



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ANA SILVINA FERREIRA FONSECA

AS ESTRATÉGIAS EVIDENCIAIS EM MATERIAL DIDÁTICO
IMPRESSO PARA EAD

FORTALEZA

2013

ANA SILVINA FERREIRA FONSECA

AS ESTRATÉGIAS EVIDENCIAIS EM MATERIAL DIDÁTICO
IMPRESSO PARA EAD

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de Pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA

2013

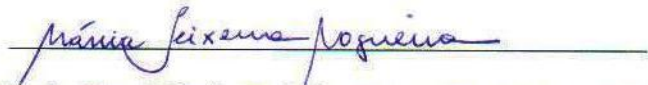
ANA SILVINA FERREIRA FONSECA

AS ESTRATÉGIAS EVIDENCIAIS EM MATERIAL DIDÁTICO
IMPRESSO PARA EAD

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de Pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: 16/12/2013.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (PPGL-UFC)
Presidente-Orientadora




Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG)
1ª examinadora



Profa. Dra. Nukácia Meyre Silva Araújo (UECE)
2ª examinadora



Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo (PPGL-UFC)
3º examinador



Profa. Dra. Aurea Zavam (PPGL-UFC)
4ª examinadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F742e Fonseca, Ana Silvana Ferreira.
As estratégias evidenciais em material didático impresso para EaD / Ana Silvana Ferreira Fonseca.
– 2013.
220 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Linguística.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.
- 1.Funcionalismo(Linguística). 2.Gramática funcional do discurso. 3.Evidenciais(Linguística).
4.Ensino à distância. 5.Material didático. I.Título.

Ao Prof. Dr. Erasmo Campelo, por ter apostado em mim, por ter acreditado que eu seria capaz de transpor meus próprios limites e por me fazer acreditar que todo sonho é possível de se realizar, basta a gente acreditar e ter força para buscá-lo.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me fazer entender que para tudo há uma ocasião certa; há um tempo certo para cada propósito debaixo do céu.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho, em especial:

À Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, não só pela amizade, carinho, profissionalismo e orientação eficaz, mas pelo esforço que fez para lapidar uma “pedra bruta” e conseguir me conduzir e motivar a chegar até aqui.

Àqueles que nunca deixaram de acreditar em mim, meus pais, Milton e Esmeraldina, e meus irmãos, Emilton, Emilson e Silvana.

Ao meu esposo Jorge Antonio, pela compreensão, companheirismo e força dados durante esta caminhada.

Aos professores Dr. Júlio César Rosa de Araújo e Dra. Cláudia Ramos Carioca, pelas significativas sugestões dadas na qualificação do projeto de tese, bem como à Dra. Izabel Larissa Lucena-Silva pelas valiosas contribuições feitas no parecer de qualificação da disciplina Seminário de Pesquisa II.

Aos idealizadores deste Doutorado, em especial, os professores Dr. José Ribamar Mendes, Dra. Mônica Magalhães Cavalcante e Dra. Maria Elias Soares.

À Universidade Federal do Maranhão e ao Instituto Federal do Maranhão por viabilizarem esta conquista.

À CAPES pelo suporte financeiro ofertado nos nove meses do Estágio Doutoral.

Aos professores que ministraram as disciplinas durante o curso, pelos conhecimentos preciosos a nós repassados.

Aos amigos de curso, pelo carinho e companheirismo.

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se à derrota, do que formar filas com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta, que não conhecem vitória nem derrota.” (T. Roosevelt)

RESUMO

O presente estudo é uma investigação que tem como objetivo discutir as estratégias evidenciais identificadas em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, com o objetivo de avaliar as indicações das fontes dos conteúdos asseverados. O *corpus* foi constituído de oito livros, escolhidos conforme Tabela de Áreas do Conhecimento (CNPQ), distribuídos da seguinte forma: quatro da grande área Ciências Humanas (Educação, Antropologia, Psicologia e Filosofia) e quatro da grande área Linguística, Letras e Artes (Língua Portuguesa, Linguística II, História das Artes Visuais I, Laboratório de Teatro I). Considerando que o interesse deste estudo é a competência comunicativa dos falantes envolvidos no processo ensino-aprendizagem, foi utilizado como aporte teórico o Funcionalismo Linguístico, mais especificamente a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008). Como resultado da análise, verificamos, entre outros, os seguintes aspectos: que as estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância apresentam aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que indicam como tipo de fonte e como tipo de evidencialidade predominantes, respectivamente, uma *terceira pessoa definida* e evidencialidade *reportativa*, demonstrando um distanciamento dos autores em relação aos conteúdos, tendo em vista o uso do chamado “argumento de autoridade” no embasamento teórico dos textos; que a evidencialidade dos tipos *inferida* e *genericidade* ocorrem, mas não são frequentes e o tipo *percepção de evento* não foi encontrado, uma vez que os conteúdos apresentados nesse tipo de produção textual são mais conceituais, isto é, assumem uma natureza mais abstrata; que, quanto ao modo de acesso, há uma predominância do *relato de 2ª mão*, o que não nos surpreende, uma vez que foram predominantes a evidencialidade *reportativa* e a fonte do tipo *terceira pessoa definida*; que as marcas linguísticas de adesão do enunciador à fonte indicada em relação a um determinado conteúdo reportado nesse material ocorrem de forma pouco significativa, porém, quando utilizadas, constituem-se de adjetivos qualificativos da fonte, verbos e outros, como advérbios e operadores argumentativos; que o produtor do material didático analisado prefere não demonstrar algum tipo de refutação/afastamento à fonte da informação; que não é frequente a coocorrência de estratégias linguísticas da modalidade epistêmica na estratégia evidencial usada na indicação da fonte dos conteúdos asseverados, mas, quando utilizadas produzem um *baixo* comprometimento; que o *verbo* é o meio linguístico mais usado para

manifestar a evidencialidade; que houve uma predominância pela anteposição da marca evidencial à fonte e ao conteúdo; que a fonte do tipo *enunciador* está ligada, mais frequentemente, à evidencialidade *inferida*, enquanto a fonte do tipo *terceira pessoa definida* está ligada, mais comumente, à evidencialidade *reportativa* e as fontes do tipo *domínio comum* e *terceira pessoa indefinida* se ligam, mais comumente, à evidencialidade *genericidade*; que os tipos evidenciais *reportativa* e *genericidade* promovem efeito de *baixo* comprometimento, enquanto o tipo *inferida* está ligada, mais comumente, a um *médio* comprometimento; que a marca de adesão serve para indicar um maior comprometimento do produtor textual em relação ao conteúdo asseverado; que, quando a fonte é o enunciador, o efeito é de um *médio* comprometimento, tendo em vista que o produtor de material didático impresso para EaD utiliza a primeira pessoa do plural, tal como no chamado “plural de modéstia”; que, quando a fonte é de *terceira pessoa indefinida*, há um equilíbrio entre o *médio* e *baixo* comprometimento; que o uso da fonte *terceira pessoa definida* indica, em geral, um *baixo* comprometimento do produtor textual; e que os meios estão relacionados, mais comumente, ao *baixo* comprometimento.

Palavras-chave: Funcionalismo. Gramática Discursivo-Funcional. Evidencialidade. Material Didático Impresso para EaD.

ABSTRACT

The present study is an investigation that aims to discuss the evidential strategies identified in their syntactic, semantic and pragmatic- discursive in printed courseware for higher education courses in the distance mode, with the aim of evaluating the indications of the sources of ensured content. The corpus was composed of eight books, chosen according to the Table of Knowledge Areas (CNPq), distributed as follows: four in the large Area of Humanities (Education, Anthropology, Psychology and Philosophy) and four in the large Area of Linguistics, Letters and Arts (Portuguese Language, Linguistics II, History of Visual Arts I, Theatre Lab I). Whereas the interest of this study is the communicative competence of speakers involved in the teaching-learning process, was used as the theoretical functionalism Language, specifically Functional Discourse Grammar (FDG), developed by Hengeveld and Mackenzie (2008). As a result of the analysis, we find, among others, the following: the evidential strategies in printed courseware for higher education students in distance mode have syntactic, semantic and pragmatic-discursive indicate as font type and how to type evidentially predominant, respectively, and a third person defined evidentially reportative, showing a gap of authors in relation to the contents, considering the use of so-called" argument from authority" in theoretical texts; evidentially that the inferred types and genericity occur but are not frequent, and the type of event perception was not found, since the contents in this type of writing are more conceptual, that is, assume a more abstract nature and that, on the access mode, there is a predominance of reports of 2nd hand, which is not surprising, since they were predominantly from evidentially reportative and source type third person set, the linguistic marks of accession of enunciating the source indicated in relation to a particular content reported in this material occur in insignificant, however, when used constitute the source of qualifying adjectives, verbs and others, such as adverbs and argumentative operators, the producer of textbooks analyzed prefers not to show any kind of rebuttal/out the source of the information, which is not frequent co-occurrence of linguistic strategies of epistemic modality evidential strategy used in the source of the ensured content and when used produce a low commitment, the verb is the medium most used language to express evidentiality, there was a predominance ante position by brand evidential the source and content, the source type annunciator is on, most often, the evidentiality inferred as the source type defined third person is linked most commonly to evidentiality reportative and sources of the type common domain and third person undefined bind, more commonly, the evidentiality generality, that the types and genericity evidential reportative promoting effect

of low commitment, while the inferred type is linked most commonly to an average commitment; membership mark that serves to indicate a greater commitment producer in relation to textual content asserted, that when the source is the utterer, the effect is of a medium commitment, considering that the producer of printed courseware for DL uses the first person plural, as in so-called " plural of modesty, "that when the source is indefinite third person there is a balance between the medium and low commitment, that the use of the third person defined source indicates, in general, a low textual commitment of the producer, and that means are related, most commonly, low commitment.

Keywords: Functionalism. Functional Discourse Grammar. Evidentiality. Printed Handouts for DL.

RESUMÉ

Le présent étude est une enquête qui a pour but discuter des stratégies de preuve identifiés dans leur syntaxique, sémantique et pragmatique discursive dans matériel didactique pour les cours d'enseignement supérieur dans le modèle à l'écart, dans le but d'évaluer les indications des sources de contenu assurés. Le corpus est composé de huit livres, choisis en fonction de Tableau des Domaines de connaissance (CNPq), répartis comme suit: quatre dans les grandes domaines (éducation, anthropologie, psychologie et philosophie) et quatre grande surface de Linguistique, Lettres et Arts (Langue Portugaise, Linguistique II, Histoire des Arts Visuels I, Laboratoire de Théâtre I). Alors que l'intérêt de cette étude est de la compétence communicative des intervenants impliqués dans le processus d'enseignement-apprentissage, a été utilisé comme cadre théorique le Fonctionnalisme Linguistique, spécifiquement, la Grammaire Discursive-fonctionnelle (GDF), développé par Hengeveld et Mackenzie (2008). À la suite de l'analyse, nous trouvons, entre autres, les suivants: les stratégies de preuve dans matériaux didactiques pour les étudiants de l'enseignement supérieur en modèle à l'écart ont présenté des aspects syntaxique, sémantique et pragmatique discursive indiquent le type de source et le type d'évidemment prédominantes, respectivement, une troisième personne définie l'évidemment reporté, montrant un écart des auteurs en ce qui concerne le contenu, prendent en compte l'utilisation de «l'argument d'autorité» dans cadres théoriques; que l'évidemment des types inférés et généralité se produisent mais ne sont pas fréquents, et le type de perception de l'événement n'a pas été trouvé, puisque les contenus présentés de ce type d'écriture sont plus conceptuelle, il peut donc dire, portent un caractère plus abstrait et que, sur le mode d'accès, il ya une prédominance de récit de 2ème main, ce qui ne nous est pas surprenant, car ils étaient pour la plupart de l'évidemment reporté et le source de type troisième de personne définie; que les marques linguistiques d'adhésion de l'énonciateur à la source indiquée par rapport à un contenu particulier signalés dans le présent document se trouvent moins signifiant, cependant, lorsqu'il est utilisé constituent en adjectifs de qualification de la source, verbes d'entre autres, comme les adverbes et les opérateurs argumentatifs; que le producteur de matériel didactique analysé préfère ne pas afficher aucun type de réfutation/l'écart de la source de l'information; qui n'est pas fréquente le co-occurrence de stratégies linguistiques de la stratégie de la modalité épistémique dans la stratégie d'évidence utilisé dans la direction de la source des contenus assurés et lorsqu'il sont utilisés produisent un engagement faible; que le verbe est la langue c'est le moyen plus utilisé pour exprimer l'évidemment; qu'il y avait une prédominance par antéposition de la marque d'

évidemment à la source et au contenu; que la source le type énonciateur est liée, mais fréquemment, à l'évidemment inféré, tandis que le type de source de la troisième personne définie est liée, le plus souvent, au déduire que le type de source définie troisième personne est liée le plus souvent l'évidemment reporté et les sources de type du domaine commun et la troisième personne indéfinie s'attachent, plus souvent, au l'évidemment généralité; que les types et généralité promouvent d'engagement des moyen effets, alors que le type inféré est liée plus souvent à un engagement plus faible; que la marque d'adhésion sert à indiquer un plus grand engagement du producteur textuel par rapport au contenu assuré; que lorsque la source est l'énonciateur, l'effet est d'un moyen engagement, en considérant que le producteur d' matériel didactique imprimé pour EaD utilise la première personne du pluriel, comme dans ce qu'on appelle « pluriel de modestie »; que, lorsque la source est la troisième personne indéfinie il y a un équilibre entre moyen et faible engagement; que l'utilisation de la source troisième personne définie indique, en général, un moyen d'engagement du producteur textuelle; et que tous les moyens sont liées, mais le plus souvent, au l'engagement plus faible.

Mots-clés: Fonctionnalisme. La Grammaire Discursive-fonctionnel. Évidemment. Matériel didactique pour EaD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Modelo de interação verbal segundo a Gramática Funcional.....	39
Figura 2: Organização Geral da Gramática Discursivo-Funcional.....	48
Figura 3: Organização do Nível Interpessoal na GDF.....	49
Figura 4: Organização do Nível Representacional na GDF.....	53
Figura 5: Categorias Semânticas.....	57
Figura 6: Organização do Nível Morfossintático na GDF.....	59
Figura 7: Organização do Nível Fonológico na GDF.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de evidencialidade.....	70
Quadro 2: Tipologia das modalidades (PALMER, 1986).....	82
Quadro 3: Tipologia das modalidades (HENGEVELD, 1988, 1989).....	84
Quadro 4: Escala de valores do grau de comprometimento.....	91
Quadro 5: Material didático impresso para EAD – Constituição da amostra.....	114
Quadro 6: Ficha de análise das ocorrências.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipo de evidencialidade no material didático impresso para EaD.....	133
Tabela 2: Tipo de fonte da informação no material didático impresso para EaD.....	139
Tabela 3: Tipo de acesso evidencial da informação no material didático impresso para EaD.....	147
Tabela 4: Tipo de marca de adesão no material didático impresso para EaD.....	152
Tabela 5: Coocorrência de modalizadores no material didático impresso para EaD	156
Tabela 6: Grau de efeito de comprometimento no material didático impresso para EaD.....	158
Tabela 7: Meios linguísticos de manifestação da evidencialidade no material didático impresso para EaD	162
Tabela 8: Posição da marca evidencial.....	166
Tabela 9: Relação entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade.....	169
Tabela 10: Relação entre tipo de evidencialidade e efeito de comprometimento.....	175
Tabela 11: Relação entre tipo de fonte e efeito de comprometimento.....	180
Tabela 12: Relação entre meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e efeito de comprometimento.....	187
Tabela 13: Relação entre marcas de adesão e efeito de comprometimento.....	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

A1: ato

A: adjetivo

ABS: absoluto

Adp: sintagma adposicional

Adjvp: sintagma adverbial

Adv: advérbio

Aff: afixo

Ap: sintagma adjetival

Aw: palavra adjetival

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

C: conteúdo comunicado

Cl: oração, cláusula

depCl: oração dependente

e: estado-de-coisas

EaD: Educação a distância

ep: episódio

f: propriedade

F1: ilocução

F: feminino

GDF: Gramática Discursivo-Funcional

GF: Gramática Funcional

Gw: palavra gramatical

INF: infinitivo

INFERR: inferida

ISBN: International Standard Book Number

l: lugar

Le: expressão linguística

m: modo

M: movimento

MEC: Ministério de Educação e Cultura

Np: sintagma nominal

Nw: palavra nominal

p: conteúdo proposicional

pI: posição inicial

pM: posição medial

pF: posição final

P1: participante (falante)

P2: participante (ouvinte)

REP: reportativo

t: tempo

UFC: Universidade Federal do Ceará

V: verbo

Vp: sintagma verbal

Vw: palavra verbal

x: indivíduo

Xp: sintagma

Xw: palavra

Xs: morfemas, raízes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Natureza e relevância da pesquisa	21
1.2 Objetivos, problemas e hipóteses	26
1.3 Metodologia	29
1.4 Organização textual da tese	30
2 PRESSUPOSTOS FUNCIONALITAS	31
2.1 Pressupostos e temas de interesse do Funcionalismo	31
2.2 A Gramática Discursivo-Funcional	42
2.2.1 Níveis de organização da GDF	48
2.2.1.1 Nível Interpessoal	49
2.2.1.2 Nível Representacional	53
2.2.1.3 Nível Morfossintático	58
2.2.1.4 Nível Fonológico	60
2.3 Síntese do capítulo	61
3 A EVIDENCIALIDADE	64
3.1 Conceitos e tipologias	65
3.2 A relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica	78
3.3 A evidencialidade como estratégia de comprometimento	90
3.4 A investigação da evidencialidade no português do Brasil	93
3.5 Síntese do capítulo	101
4 UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103
4.1 Natureza do material didático em EaD	104
4.2 Constituição e delimitação do <i>corpus</i> de análise	113
4.3 Do método de abordagem	115
4.4 Dos métodos de procedimento	116
4.5 Dos instrumentos	116
4.6 Identificação das ocorrências	117
4.7 Das categorias de análise	118

4.8	Síntese do capítulo.....	131
5	A EVIDENCIALIDADE NO MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD.....	132
5.1	A evidencialidade no material didático impresso para EaD	133
5.2	O tipo de fonte.....	139
5.3	O modo de acesso evidencial da informação.....	146
5.4	As marcas linguísticas de adesão.....	151
5.5	As marcas linguísticas de refutação/afastamento.....	154
5.6	A coocorrência da modalidade epistêmica na evidencialidade.....	155
5.7	O grau de comprometimento.....	157
5.8	Os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade.....	161
5.9	A posição da marca evidencial no enunciado.....	166
5.10	A relação entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade.....	168
5.11	A relação entre tipo de evidencialidade e efeito de comprometimento.....	174
5.12	A relação entre tipo de fonte e efeito de comprometimento.....	180
5.13	A relação entre meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e efeito de comprometimento.....	186
5.14	A relação entre presença de marcas de adesão e efeito de comprometimento.....	193
5.15	Síntese do capítulo.....	198
6	SUGESTÕES DE USO DOS EVIDENCIAIS EM MATERIAIS DIDÁTICOS IMPRESSOS PARA EAD.....	200
6.1	A indicação das fontes dos conteúdos veiculados no material didático impresso para EaD.....	201
6.3	Síntese do capítulo.....	209
7	CONCLUSÃO.....	210
	REFERÊNCIAS.....	215
	REFERÊNCIAS DO MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO.....	221

1 INTRODUÇÃO

Para abordar a categoria evidencialidade, manifestação linguística relativa à indicação da fonte da informação, usada no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, desenvolvemos um estudo ancorado em pressupostos funcionalistas, o que significa analisar a língua dentro de um quadro geral de interação social capaz de examinar as funções das manifestações linguísticas em uso nessa língua. Para tanto, usamos o suporte teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), por ser ela um modelo que busca compreender de que forma as unidades linguísticas são estruturadas em relação às intenções comunicativas dos falantes e àquilo que elas descrevem, o que a torna um protótipo dinâmico de gramática, capaz de analisar as expressões que, de fato, são usadas na língua (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

1.1 Natureza e relevância da pesquisa

A evidencialidade é estudada sob vários pontos de vista linguísticos. Ela é tratada pelo Funcionalismo como um importante domínio funcional que encontra codificação nas línguas naturais. Anderson (1986), De Hann (1997a, 1997b) e Willet (1988) dedicaram-se a sua investigação como uma categoria linguística, traçaram suas principais características e constataram que ela é um domínio gramatical que se manifesta por meio de afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres. Chafe (1986), Lazard (2001) e Plugian (2001) também reconhecem a evidencialidade como categoria linguística de domínio gramatical.

Apesar de esses estudiosos (ANDERSON, 1986; WILLET, 1988) serem considerados os precursores nessa investigação, suas pesquisas limitam-se à descrição de itens já gramaticalizados, deixando, portanto, de avaliar como um item lexical ou menos gramatical é utilizado como estratégia de indicação das fontes da informação (estratégia evidencial), ou seja, eles não descrevem este desencadeamento, não mostram o processo mais amplo de funcionamento da evidencialidade nas línguas.

De Hann (1997a, 1997b), por sua vez, constata que apenas os itens que demonstram certo grau de gramaticalização podem ser analisados como marcadores

evidenciais. Por outro lado, Boye e Harder (2009) consideram a evidencialidade um fenômeno cognitivo, comunicativo-funcional ou pragmático, que pode manifestar-se por meio gramatical, lexical ou em processo de gramaticalização.

Nos sistemas gramaticais, a marca evidencial se constitui como uso obrigatório do enunciado, cabe ao falante, então, escolher entre os tipos de fonte existentes no sistema e decidir qual é o mais apropriado para usar; mas, nos sistemas lexicais, o uso da evidencialidade não é obrigatório, sendo, pois, acionada quando o falante achar relevante para o processo de interação (máxima da relevância de Grice, 1975).

Entre os estudos acerca da manifestação da evidencialidade em língua portuguesa, realizados no Brasil, estão: Casseb-Galvão (2001), Vendrame (2005) e Lucena (2008).

Casseb-Galvão (2001) investigou os vários usos da expressão *diz que* no português escrito contemporâneo do Brasil. Defendendo a tese intitulada “Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão *diz que*”, a autora respaldou-se na teoria da Gramática Funcional e nas teorias sobre gramaticalização para provar que, a partir do processo de gramaticalização, em determinados contextos, a expressão *diz que* exerce a função de operador evidencial. Ela investigou os aspectos semânticos, funcionais, sintáticos, pragmáticos, morfosintáticos e fonológicos que identificam os valores evidenciais presentes na referida expressão. A autora constatou em sua análise que, para alcançar seu objetivo linguístico, o usuário da língua promove alterações na composição do sistema linguístico e utiliza o que ela chamou de “manobras” enunciativas em determinadas situações de interação.

Vendrame (2005) fez um estudo voltado para a análise das formas e funções da evidencialidade em construções complexas no discurso científico primário¹. Com base na gramática funcionalista holandesa, a pesquisadora selecionou para sua análise artigos científicos primários, escritos em língua portuguesa, publicados pela Editora da UNESP (*Alfa – Revista de Linguística, Naturalia e Matemática e Estatística*), e chegou à conclusão de que o subtipo de evidencialidade determina aspectos das construções complexas, tais como o tipo de predicado encaixador e a natureza argumental da construção encaixada. Por outro lado, ela percebeu que o falante na área da Linguística expõe a indicação comprometida da fonte do saber por meio da evidencialidade inferida, enquanto que os falantes das áreas da Matemática

¹ Conforme Vendrame (2005, p. 41), discurso científico primário “é o discurso produzido por enunciadores-cientistas especialistas e destinado a um público especializado. [...] É por meio desse discurso que os pesquisadores expõem os resultados de suas pesquisas a outros pesquisadores da mesma área ou de áreas adjacentes”.

e da Biologia constroem a verdade de seus enunciados a partir do distanciamento que a evidencialidade relatada de fonte definida permite.

As pesquisas de Casseb-Galvão (2001) e Vendrame (2005) contribuíram, sobremaneira, para o estudo da evidencialidade no português do Brasil, porém, não trataram, entre outros aspectos, da relação entre as estratégias evidenciais e os efeitos de comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos asseverados, o que poderia ter sido interessante para ambas as pesquisas, uma vez que, apesar de modalidade e evidencialidade serem domínios conceituais distintos - o primeiro refere-se à relação entre enunciador e enunciado, e o segundo, à indicação da fonte de uma informação; são domínios funcionais relacionados na produção dos efeitos de distanciamento e aproximação com aquilo que é asseverado. A partir desta constatação, surgiu, então, a oportunidade de verificarmos essa relação, analisando, inclusive, a existência ou não de coocorrência de manifestações linguísticas da modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais do material didático impresso para EaD.

Lucena (2008), por sua vez, preocupou-se em pesquisar a expressão da evidencialidade e sua relação com os graus de comprometimento dos oradores com os conteúdos enunciados na construção da argumentação no discurso político, nos anos 2005 e 2006, nas Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. A autora analisa a evidencialidade quanto aos aspectos sintáticos (meio linguístico, posição no enunciado), semânticos (tipo de fonte, estratégia de veiculação da informação no enunciado, o que está direcionado diretamente ao modo como o enunciador deseja demonstrar que obteve a informação por ele apresentada) e pragmáticos (grau de comprometimento do político com o teor do seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, papéis discursivos assumidos pelos itens evidenciais).

A partir das análises, a autora constatou que as marcas evidenciais do tipo relato de fonte definida predominam na construção da argumentação do discurso político, comprovando que o político prefere não se comprometer com a informação dada. Em relação às marcas evidenciais do eixo do enunciador, a autora constatou que elas são importantes para a construção da imagem legitimadora da ação política. Por fim, a pesquisa revelou que o verbo (sobretudo, de elocução) é o aspecto morfossintático mais recorrente na expressão da evidencialidade, e ocupa, majoritariamente, a posição intercalada entre a fonte e o conteúdo asseverado.

Lucena (2008) fez sua análise em cima do binômio evidencialidade/persuasão e propôs-se analisar os efeitos de comprometimento provocados pelos diferentes tipos de

evidencialidade, porém sua pesquisa não teve como objetivo verificar a correlação entre evidencialidade e modalidade epistêmica, o que poderia tê-la ajudado, por exemplo, a analisar se o tipo de evidencialidade usado pelo político influencia ou não no poder de persuasão de seu discurso, ou seja, ajudaria a detectar qual o efeito de persuasão do político e o grau de comprometimento dele com o conteúdo asseverado, a partir das escolhas feitas em relação ao tipo de evidencialidade (relacionada à fonte do conhecimento) e de modalidade epistêmica (relacionada ao grau de comprometimento). Neste caso, porém, vale ressaltar que Lucena (2008) optou, em sua pesquisa, por considerar a evidencialidade um domínio cognitivo-funcional hierarquicamente superior à modalidade epistêmica.

Os trabalhos aqui elencados possuem uma característica em comum: analisam a evidencialidade sob uma perspectiva funcionalista. No entanto, esses estudos utilizam propostas tipológicas diferentes de análise e classificação da evidencialidade, e essas diferenças precisavam ser observadas e discutidas neste estudo, com o reconhecimento de que todos eles contribuem com a discussão de um tema que, recentemente, vem chamando a atenção dos linguistas.

Apesar de os estudos aqui elencados terem contribuído para a compreensão da evidencialidade e, por vezes, para a compreensão do paralelo entre essa manifestação linguística e a modalidade epistêmica, eles abrem espaço para uma discussão dessa categoria linguística em um *corpus* ainda não explorado pelos estudiosos do Funcionalismo, no sentido de investigar as estratégias evidenciais, verificando como ocorre a citação das fontes e como se dá o grau de comprometimento dos autores em relação ao conteúdo asseverado no material didático impresso para EaD.

Alguns dos gêneros acadêmicos já estudados², investigados do ponto de vista da manifestação da evidencialidade, têm a heterogeneidade discursiva como elemento constitutivo de suas textualizações, tais como os artigos científicos, as monografias, teses e dissertações acadêmicas, porém não podemos afirmar, a partir deles, que a indicação de uma fonte indireta reportativa nesses gêneros produz sempre um efeito de baixo comprometimento dos autores com os conteúdos asseverados, ou que seja possível informar que maneiras alternativas de indicações evidenciais teriam os produtores desses textos, que não os descaracterizassem como prática discursiva destinada à veiculação de informações e à produção de conhecimento. Foi pensando em avançar nos estudos sobre evidencialidade, e contribuir com conhecimentos nesse campo de estudo, que propusemos esta pesquisa, pois

² Carioca (2009) e Timóteo (2011) estudaram, respectivamente, os trabalhos de grau (monografias, teses e dissertações) do português brasileiro e os artigos científicos.

pretendíamos, entre outros objetivos, discutir as contribuições de sentido e efeitos das indicações das fontes dos conteúdos veiculados nesse tipo de material didático.

A busca pelo conhecimento e pela informação tem sido uma das principais marcas da sociedade moderna. Busca-se, das mais variadas formas, adquirir educação de qualidade como instrumento de formação geral e profissional com o objetivo de assegurar um lugar no disputado mercado de trabalho.

Há, pelo menos, uma década, não se ouvia falar na abundância de meios midiáticos que evidenciassem, com tanta ênfase, as novas tecnologias como ferramentas de aprendizagem. A popularização da rede mundial de computadores (internet) abre espaço para um vasto e rico campo de divulgação da informação e oportuniza a um grande número de pessoas o acesso a cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação (*stricto sensu*) na modalidade de ensino Educação a Distância (doravante EaD).

Essa modalidade de educação preocupa-se, como qualquer processo pedagógico, com a formação pessoal e profissional dos alunos. Um de seus desafios centra-se na discursivização dos conteúdos, à forma como esse conteúdo chega até o aprendiz. Sendo assim, o material didático impresso para o aluno dessa modalidade deve estimular a construção de novos conhecimentos, aguçar o interesse dele pela leitura e produção de textos, oportunizar a compreensão de conceitos a partir da vinculação destes com sua realidade próxima, de maneira que o sujeito aprendiz alcance a autonomia, reinterpretando, transformando e construindo novos conceitos.

Dessa forma, o material didático impresso para a modalidade a distância deve ser produzido com o objetivo de conquistar seus alunos pela linguagem, por meio de marcas e pistas linguísticas que dão indicações precisas do que será exposto; apresentar conclusões e sínteses do conteúdo trabalhado; incluir comentários de conteúdos já vistos; e, indicar-lhes novas fontes de busca do conhecimento, pois é através dessas indicações que os alunos trilharão por novas leituras e construirão seus conhecimentos.

Exatamente nesse aspecto se centravam as preocupações de nossa pesquisa, pois, em uma análise prévia de alguns materiais didáticos impressos para essa modalidade de ensino, uma das nossas principais inquietações foi motivada pela percepção de que, em muitos desses materiais, os produtores não deixavam claro o grau de comprometimento deles com o conteúdo asseverado. Na maioria das vezes, eles se respaldavam em autores renomados, conforme observamos regularmente através das marcas linguísticas presentes nos textos, tais como: *conforme, de acordo com, segundo, para* etc., sem, contudo, demonstrar em que medida se comprometem com o conteúdo asseverado.

Por outro lado, verificamos a presença constante de outras estratégias evidenciais, além da mera indicação da fonte (citativa), o que causava efeitos variados de comprometimento desses autores com o conteúdo que estava sendo repassado. Essa observação gerou o interesse para a pesquisa, que buscou investigar como se caracterizam essas estratégias no material didático impresso, já que é constitutivo da natureza dos discursos que nele se encontram a veiculação de muitas informações, às vezes vinculadas ao enunciador, às vezes a outras fontes definidas e, até mesmo, ao domínio comum amplamente compartilhado.

Nosso interesse primeiro com a pesquisa foi verificar no *corpus* os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que expressavam a evidencialidade como estratégia textual-discursiva, bem como a relação entre as estratégias evidenciais e o efeito de comprometimento dos autores desses materiais. Para isso, foram analisados materiais elaborados por instituições reconhecidas nacionalmente na área de educação a distância.

A análise da evidencialidade nesse material contribui com aqueles que trabalham com sua produção, no sentido de que eles compreenderão melhor os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos das suas opções linguísticas.

Esperamos, então, que esta tese contribua para melhorar a qualidade do material didático produzido para EaD, tendo em vista que ela poderá orientar sua produção no que concerne à indicação das fontes na explicitação da heterogeneidade discursiva (vozes) que lhe é constitutiva.

Poderá contribuir, ainda, com o ensino da língua, da produção e interpretação do texto, bem como com a futura produção de uma gramática de referência que contemple os meios linguísticos utilizados na indicação das fontes, tendo em vista que as gramáticas tradicionais não contemplam esse conteúdo; e, por fim, para o ensino e para a produção de textos pela descrição e análise dos efeitos de sentido associados aos modos de indicação das fontes de informações.

A seguir, elencamos os objetivos, os problemas e a hipótese, para uma maior compreensão da pesquisa.

1.2 Objetivos, problemas e hipótese

Esta tese tem como objetivo geral investigar as estratégias evidenciais em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos identificadas no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, no sentido de avaliar as indicações das fontes dos conteúdos asseverados.

Para atingir o objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos:

i) verificar que tipos de fonte de informação são indicadas nas estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, observando qual tipo é predominante e como se justifica essa predominância;

ii) analisar os tipos de evidencialidade associados às indicações de fonte de informação no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância em relação à construção discursiva, observando qual tipo é mais frequentemente indicado e por quê;

iii) analisar, nas estratégias evidenciais, o efeito de comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos asseverados no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância;

iv) identificar e analisar a coocorrência de estratégias linguísticas da modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância;

v) avaliar a frequência com que aparecem marcas linguísticas de adesão ou de afastamento em relação à fonte de um determinado conteúdo reportado no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância e caracterizá-las;

vi) descrever e analisar os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância;

vii) analisar, no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, a relação entre as seguintes variáveis: tipo de fonte e tipo de evidencialidade; tipo de evidencialidade e efeitos de comprometimento; tipo de fonte e efeitos de comprometimento; meios linguísticos de manifestação de evidencialidade e efeitos de comprometimentos; e a presença de marcas de adesão e o efeito de comprometimento com relação ao conteúdo asseverado.

A partir dos objetivos delineados, buscamos responder ao seguinte questionamento geral: Que aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos

caracterizam a manifestação da evidencialidade na indicação das fontes dos conteúdos asseverados no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância?

Com caráter mais específico, elencamos os seguintes questionamentos:

i) que tipos de fonte de informação são indicados nas estratégias evidenciais do material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância e qual desses tipos é o mais frequentemente indicado e por que o é?

ii) Que tipos de evidencialidade estão associados às indicações de fonte de informação do material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância em relação à construção discursiva e qual desses tipos é mais frequentemente indicado e como se explica essa predominância?

iii) Que possíveis efeitos de comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos asseverados no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância decorrem das opções quanto à indicação das fontes nas estratégias evidenciais?

iv) Como se caracteriza a coocorrência das estratégias modais epistêmicas nas estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância?

v) Com que frequência ocorrem as marcas linguísticas de adesão ou de afastamento em relação à fonte de um determinado conteúdo reportado no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância? Como se caracterizam essas marcas quanto aos efeitos de sentido produzidos?

vi) Quais os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância?

vii) Que relações podem ser estabelecidas entre: tipo de fonte e tipo de evidencialidade; tipo de evidencialidade e efeitos de comprometimento; tipo de fonte e efeitos de comprometimento; meios linguísticos de manifestação de evidencialidade e efeitos de comprometimento; e a presença de marcas de adesão/afastamento e o efeito de comprometimento com relação ao conteúdo asseverado?

Para responder as questões de pesquisa formuladas (problema geral/específicos), partimos de hipóteses que recortam o fenômeno da manifestação da evidencialidade no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivo. Tais hipóteses serão retomadas na discussão de cada resultado parcial da pesquisa. Nossa hipótese básica era a de que as estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância apresentavam aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que indicavam como

tipo de fonte e como tipo de evidencialidade predominantes uma terceira pessoa definida e evidencialidade reportativa, respectivamente.

Passemos, agora, para alguns aspectos importantes relacionados à metodologia desta tese.

1.3 Metodologia

O *corpus* desta tese é composto por oito livros que foram elaborados por instituições reconhecidas nacionalmente na área de educação a distância, que fazem parte do sistema SisUAB, uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil (doravante UAB), que é responsável pelo cadastramento e pela consulta de informações sobre instituições, polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores.

A UAB, criada em 2005, é um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior por meio do uso da modalidade educação a distância. É exatamente o material didático impresso elaborado por Instituições de Ensino Superior que atuam nessa modalidade e se encontram cadastradas no sistema que foi analisado na presente tese, pois ele segue normas de elaboração ditadas pelos Referenciais de Qualidade para a EaD, propostas pelo MEC, que, apesar de não terem força de Lei, funcionam como um parâmetro norteador para balizar os atos legais do poder público em relação aos processos específicos de regulação e avaliação da modalidade a distância.

Entre as suposições feitas, estava a de que nesses materiais havia um predomínio de fontes que não são o próprio autor, o que, de certa forma, alargaria o aparecimento de marcas evidenciais em relação ao grau de comprometimento do autor com a informação veiculada.

Dos livros foram analisados somente os capítulos referentes aos conteúdos. Descartaram-se as partes relativas às apresentações (introduções), conclusões e comentários adicionais, por não apresentarem ocorrências significativas de estratégias evidenciais.

Após o levantamento, foram selecionadas 580 ocorrências relativas ao objeto pesquisado, analisadas com base nas categorias de análise descritas no capítulo 4.

A seguir, dispomos a organização textual desta tese.

1. 4 Organização textual da tese

Esta tese possui uma Introdução, em que apresentamos a natureza e a relevância da pesquisa; os objetivos, os problemas e a hipótese básica; a metodologia e a organização textual da tese.

Apresentamos, em seguida, um segundo capítulo com a exposição dos pressupostos funcionalistas (Pressupostos e temas de interesse do Funcionalismo e a Gramática Discursivo-Funcional (GDF)).

No terceiro capítulo, fazemos uma revisão da literatura sobre evidencialidade, levando-se em consideração os aspectos conceituais, as tipologias, a relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica, a evidencialidade como estratégia de comprometimento e a investigação da evidencialidade no português do Brasil.

No quarto capítulo, apresentamos o universo da pesquisa e os procedimentos metodológicos, incluindo uma caracterização do material didático impresso para educação a distância, a constituição e a delimitação do *corpus*, o método de abordagem, os métodos de procedimento, os instrumentos, a identificação das ocorrências e as categorias de análise.

No quinto capítulo, procedemos à análise e discussão dos resultados deste estudo sobre a evidencialidade no material didático impresso para educação a distância.

No sexto capítulo, oferecemos algumas sugestões de uso de estratégias evidenciais em materiais didáticos impressos para educação a distância.

E, por fim, apresentamos as conclusões finais com a sistematização dos principais resultados, e discutimos os avanços e a perspectiva de futuras investigações sobre o tema.

2 PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS

A essência do **funcionalismo** é que a língua encontra fins comunicativos. E o que se comunica não é apenas um conteúdo (intelectual, cognitivo), mas também a natureza e o propósito do evento de fala como um fenômeno cultural e cognitivo.

(NOGUEIRA, 2013, p. 5)

Considerando que o interesse desta pesquisa se apoia na competência comunicativa dos falantes envolvidos no processo ensino-aprendizagem da modalidade educação a distância, serão utilizados como aporte teórico os pressupostos funcionalistas, tendo em vista compreendermos que o estudo das expressões linguísticas se realiza em um contexto de interação social que prioriza a análise das funções dessas unidades linguísticas sobre seus aspectos estritamente formais. Nesse contexto de interação, o funcionalismo linguístico será utilizado com o objetivo de analisar o papel das expressões evidenciais no material didático impresso para EaD, no sentido de evidenciar como se caracterizam a indicação das fontes dos conteúdos veiculados.

2.1 Pressupostos e temas de interesse do Funcionalismo

Os aspectos funcionais da linguagem têm sido alvo de muitas discussões. Apesar disso, alguns entendimentos sobre as noções básicas de uma gramática funcionalista já são considerados sedimentados, como pode ser constatado no rol traçado por Neves (2010, p. 16), *in verbis*:

- A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideaux, 1987).

- A língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicitada como um sistema autônomo (Givón, 1995).
- As formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas (Halliday, 1985).
- Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (Dik, 1978, 1980, 1989, 1997; Givón, 1984; Hengeveld, 1997).
- A gramática inclui o embasamento cognitivo das unidades linguísticas no conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (Beaugrande, 1993).
- Existe uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (Mackenzie, 1992).
- O falante procede a escolhas, e a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas (Halliday, 1973, 1985).
- A gramática é susceptível às pressões do uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso (Givón, 1979b), visto o discurso como a rede total de eventos comunicativos relevantes (Beaugrande, 1993).
- A gramática resolve-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985).
- O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa (Martinet, 1994).

A teoria funcionalista está intimamente ligada à Escola Linguística de Praga, formada por um grupo de estudiosos de Praga, entre os anos de 1928 e 1939, que acreditava ser a linguagem um instrumento capaz de levar o ser humano à reação e à referência a uma realidade extralinguística.

Concepções diferentes de língua estão ligadas a duas tendências teóricas nos estudos linguísticos: ao **formalismo**, que coloca o foco da atenção na competência linguística, isto é, no conhecimento linguístico subjacente ao desempenho dos falantes. Os defensores dessa tendência entendem que a língua é uma entidade autônoma, independente do uso e da comunicação no contexto social. Dessa forma, estudam a língua de modo descontextualizado, priorizando características internas, isto é, seus constituintes e a relação entre eles, em vez de estudarem a relação entre seus constituintes e os significados possíveis de serem produzidos; e ao **funcionalismo**, que se diferencia do paradigma teórico formalista por propagar a ideia de que as funções externas à linguagem influenciam a estrutura gramatical das línguas. Sendo assim, as línguas se adequam às diferentes situações de comunicação. Enquanto o formalismo se interessa pelas propriedades comuns, universais da linguagem, o funcionalismo busca relacionar forma e função, isto é, concebe a língua como estrutura que só funciona na interação social, só podendo ser explicada quando relacionada ao processo de comunicação.

Apesar de Neves (2010) afirmar ser uma tarefa difícil caracterizar o funcionalismo, por ele estar mais ligado a seus representantes do que à preocupação em definir suas características, é nesta corrente que este estudo se fundamenta, pois mesmo havendo um grande número de modelos funcionalistas, tantos quantos são os estudiosos ligados a eles, existem questões básicas marcando os vários modelos, e uma delas é o fato de que todos se interessam pela forma como os usuários da língua eficientemente se comunicam.

Para Martinet (1994), por exemplo, o que deve guiar um linguista é a competência comunicativa, pois a língua deve funcionar como um instrumento de comunicação da experiência, sendo esta entendida como tudo aquilo que o homem sente, percebe e compreende nos distintos momentos da vida. Vale ressaltar que, essa competência comunicativa atrai para si as noções dos termos **função** e **funcional**, pois a organização interna da linguagem recebe tratamento funcional, ou seja, é investigada a partir da competência comunicativa dos usuários da língua. **Função**, apesar de ser um termo que comporta vários sentidos, designa, aqui, o papel que uma entidade linguística desempenha no processo de comunicação, implica relação; e **funcional** é o papel da língua para as pessoas na interação social.

Os pressupostos teóricos funcionalistas elencados por Neves (2010, p. 16) estão balizados pelas ideias da Escola Linguística de Praga, da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday, do Funcionalismo Norte-americano, em que se sobressai o nome de Givón; e do Funcionalismo Holandês, cujos expoentes são Simon Dik, Hengeveld e Mackenzie.

O Funcionalismo continua sendo objeto de estudo para muitos pesquisadores e no centro das investigações funcionalistas existem temas recorrentes, tais como: relação entre discurso e gramática, gramática e cognição, predicação, consideração do dinamismo da língua, referenciação, liberdade organizacional do falante dentro das restrições construcionais, junção, fluidez das categorias (teoria dos protótipos), modalização, reformulação, distribuição de informação e fluxo de atenção, gramaticalização, motivação icônica e competições de motivações, a relação entre a prototipia, a iconicidade, o embate de forças, o conflito de motivações na determinação da gramática e a evidencialidade etc. (NEVES, 2010).

A recorrência a estes temas se dá pelo fato de a Gramática Funcional (doravante GF) buscar a integração do falante, não sua marginalização, pois quando descobre uma alteração na língua falada, a GF tenta explicar a funcionalidade dessa alteração através de processos de mudança linguística, entre eles, a gramaticalização, processo diacrônico em que se atribui um caráter gramatical a uma palavra antes autônoma. Sua preocupação maior é que a capacidade de realização da comunicação pelos indivíduos seja satisfatória,

independentemente da produção de construtos perfeitos de linguagem, leva em conta as capacidades de fazer sentido, produzir a informação, criar textos e promover a interação social.

Iniciando um breve percurso pelos pressupostos propagados por cada uma de suas correntes, temos que o funcionalismo inglês, defendido por Halliday, influenciado pelos trabalhos etnográficos de Malinowski, de Boas-Sapir-Whorf e de seu professor John Rupert Firth, se centra na noção de **função**, isto é, “o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo aos muitos e variados tipos universais de demanda (NEVES, 2010, p. 18)”.

Halliday (1985) adota uma teoria denominada *sistêmico-funcional* cuja gramática se assenta “numa base sistêmica (e paradigmática), na qual o enunciado não parte de uma estrutura profunda abstrata, mas das escolhas que o falante faz quando o compõe para um propósito específico, com elas produzindo significado (*apud* NEVES, 2010, p. 18)”.

Na introdução de sua *Introduction to Functional Grammar*, Halliday (1985, p. xiv) a define como uma teoria sistêmico-funcional do significado como escolha, por meio da qual a língua, como qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como rede de opções engrenadas. Por meio de uma gramática dessa natureza, a análise linguística revela por que um texto significa o que significa e avalia se ele atinge efetivamente, ou não, os seus propósitos (p. xv).

Sua orientação é de uma teoria sistêmico-funcional que procura definir as relações relevantes existentes naquilo que é semanticamente escolhido na língua como um todo, no sentido de compreender, por exemplo, por que um falante da língua escolhe para fazer o seu enunciado um item lexical em detrimento de outro disponível no acervo linguístico. Ele também prega a máxima de que tudo o que é dito ou escrito se desenvolve em um contexto de uso, isto é, a língua evolui para satisfazer as necessidades humanas (HALLIDAY, 1985).

O usuário da língua a utiliza para atingir diferentes objetivos. Dependendo do contexto, do grupo social de que faz parte e das mais variadas situações em que ele esteja inserido, a língua é usada de forma diferente. Na verdade, ela é um sistema que possui os elementos necessários para que o indivíduo a utilize em situações concretas, mas são os fatores externos que vão determinar como o falante procederá a suas escolhas, pois o indivíduo desempenha funções sociais nos eventos de fala e se coloca como sujeito desses eventos.

Para Halliday (1985) uma gramática funcional é aquela capaz de explicar tudo que é usado na língua, ou seja, ela é essencialmente uma gramática “natural” e tem como objetivo

explicar os usos da língua, uma vez que são estes que, através das gerações, vêm dando forma ao sistema linguístico.

As línguas se organizam em torno de um significado ideacional (entender o ambiente), também chamado de reflexivo, e de um significado interpessoal (influir sobre os outros) ou ativo. Halliday (1985) incluiu um terceiro componente metafuncional e o denominou **textual**. Para ele, as orações trazem em si conteúdos semânticos que se relacionam às três funções básicas da comunicação: a **ideacional** ou **expressão do conteúdo**, relacionada às experiências do mundo interno e externo do falante, ou seja, está relacionada ao mundo real, concreto, ou de seu universo subjetivo, interior. Refere-se àquilo que é dito, àquilo que é interpretado e expresso baseando-se na experiência tida a partir dos processos do mundo exterior e dos processos mentais e abstratos de todos os tipos. A manifestação dessa função na constituição sintática ocorre na transitividade, pois esta categoriza as experiências do falante de variadas formas. Esta metafunção centra-se no conteúdo do discurso, ou melhor, serve para indicar quais atividades se realizam, quem e como são os participantes dessas atividades. Ela irá revelar como os sujeitos representam a realidade, material e simbólica, por meio do discurso.

A **função interpessoal**, por sua vez, relaciona-se aos papéis do discurso, ou melhor, abrange os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais do falante, relações estas expressas pelo modo, acrescentando as variadas intervenções deste nos atos de fala e nas situações de fala. Esta função designa o uso da linguagem pelo falante como um meio de participar do evento de fala, permitindo, assim, que ele participe da situação comunicativa para, entre outras funções, expressar opinião, dúvida, crença, aprovação, desaprovação. Ela permite ao sujeito estabelecer-se em um processo de interação, representando ações sobre os outros, dentro de uma realidade social, no sentido de desencadear novas ações.

E, por último, a **função textual** que é uma espécie de função instrumental para as funções anteriormente descritas, pois o ato comunicativo precisa da elaboração de discursos. É esta função que habilita o falante a criar um texto, bem como a diferenciar um texto de um conjunto aleatório de frases. Nela a linguagem mantém vínculos com ela mesma e se adequa às situações em que é usada. Ela expressa a estrutura e a formatação textuais, isto é, organiza o texto de determinada maneira que capacita participantes a expressar experiências e relações intersubjetivas em seus textos de forma coesa e coerente.

As funções **ideacional**, **interpessoal** e **textual** se relacionam e se atualizam nas cláusulas, estruturando o contexto interacional das conversas, equilibrando o ato de fala em representação, troca e mensagem.

Para Halliday (1985), essas metafunções dão conta dos modos de usos da linguagem e interação na construção do texto dando-lhe um caráter multifuncional, refletido diretamente na estrutura da oração.

A partir da compreensão das metafunções propostas por Halliday, temos que as gramáticas funcionais se assentam no binômio texto/discurso, tendo em vista que a língua funciona como uma cadeia de opções de significado paradigmático e se organiza a partir dessas metafunções.

Outra corrente importante do funcionalismo é a norte-americana que, por sua vez, é representada, entre outros teóricos, por Talmy Givón que, influenciado pelas descobertas de Sankoff, publica *From Discourse to Syntax: grammar as a processing strategy* (1979), afirmando ser a língua vista como um mecanismo complexo que unifica os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática, sendo descrito, adequadamente, se forem considerados seus aspectos cognitivos e comunicativos que regem seu funcionamento, muito bem descrito por Neves (2010, p. 19) ao expressar que ele se:

[...] fixa particularmente no postulado da não-autonomia do sistema linguístico, na concepção da estruturação interna da gramática como um organismo que unifica sintaxe, semântica e pragmática (sendo a sintaxe a codificação dos domínios funcionais que são: a semântica, proposicional; a pragmática, discursiva) e no exame dos aspectos icônicos da gramática. Para Givón (1995) a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo porque a gramática só pode ser entendida por referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

Esse autor postula dois polos extremos de modalidade comunicativa: o pragmático e o sintático. Estes polos podem ser caracterizados por suas propriedades estruturais, a partir de parâmetros funcionais. Para Givón, a oração é tida como a unidade básica do processamento da informação e o discurso é multiproposicional.

Givón (1995) sintetiza o arcabouço teórico funcionalista afirmando entre outras premissas que: i) a linguagem é uma atividade sociocultural; ii) a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; iii) a estrutura é não-arbitrária, motivada e icônica; iv) a mudança e variação estão sempre presentes; v) o sentido é contextualmente dependente e não-autônomo; vi) as categorias não são discretas; vii) a estrutura é maleável e não-rígida; viii) as gramáticas são emergentes; ix) as regras da gramática permitem exceções, uma vez que nenhuma regra é cem por cento predominante.

É importante notar, que na concepção de Givón, desde Aristóteles existe uma abordagem funcionalista, pois ele considera os contextos comunicativos nas abordagens sobre a língua (GIVÓN, 1995). Sendo assim, este autor entende que a sintaxe existe para desempenhar uma certa função, e é esta função que determina a sua maneira de ser, pois ela é uma estrutura que passa por constantes mutações em consequência das alterações do discurso, isto é, a sintaxe é assim por conta das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no processo de interação discursiva. Dessa forma, para compreendê-la, faz-se necessário o estudo da língua em uso, ou seja, a língua é observada do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística, uma vez que é nesse contexto que a gramática é constituída.

Já Simon Dik (1989), um dos maiores representantes do funcionalismo holandês, propõe um modelo de interação verbal em que a língua funciona como instrumento de interação social, capaz de proporcionar relações entre seus usuários no sentido de provocar modificações específicas (adição, substituição, rememoração) na informação pragmática daqueles que interagem (falante/ouvinte) durante o processo de comunicação, levando-os a formular e codificar adequadamente suas intenções comunicativas. Ele faz distinção entre o sistema da língua e o uso dela, evitando, no entanto, estudá-los individualmente abstraindo-se um do outro.

Entendemos que na Gramática Funcional de Dik, as noções sobre função desempenham papéis essenciais e fundamentais em diferentes níveis de organização gramatical. Sua teoria está baseada em dados e descrições de variadas línguas, por isso apresenta um elevado grau de adequação tipológica. Ela oferece uma plataforma para as teorias linguísticas interessadas em representação e formalismo e para as teorias linguísticas descritivas interessadas em dados e análises. É considerada “funcional” por levar em consideração que é preciso uma visão funcional sobre a natureza da linguagem, atribui uma importância primordial para as relações funcionais em diferentes níveis da organização da gramática e deseja ser aplicável à análise de diferentes aspectos da linguagem e uso da língua.

Diante do exposto, constatamos, a partir da leitura da obra de Dik, que são de suma importância para a GF a *adequação pragmática*, para a qual a teoria deve ser formulada em termos de regras e princípios que podem ser aplicados a qualquer tipo de linguagem natural; a *adequação psicológica*, para a qual a teoria diz que uma língua deve ser compatível com o que se sabe sobre os mecanismos psicológicos envolvidos no processamento de linguagem natural; e, não menos importante, a *adequação tipológica*, para a qual a teoria

deve ser formulada em termos de regras e princípios que podem ser aplicados a qualquer tipo de linguagem natural (DIK, 1989).

Compreendemos, pois que a GF tem um alto grau de aplicabilidade prática na análise de diversos aspectos da língua e da utilização da linguagem, pois ela tenta maximizar o grau de adequação tipológica, minimizando o grau de abstração da análise linguística, a partir de restrições no sentido de evitar mudanças de estrutura das operações e elementos vazios na estrutura subjacente que não recebem expressão; dispositivos de filtro não são permitidos, bem como não é aplicada uma decomposição lexical abstrata, em vez das relações semânticas entre as palavras, estas são contabilizadas através de definições de significado (DIK, 1989).

Dik corrobora a ideia de que a Gramática Funcional integra três componentes linguísticos: o **semântico**, o **sintático** e o **pragmático**. No **nível semântico**, por exemplo, são especificados:

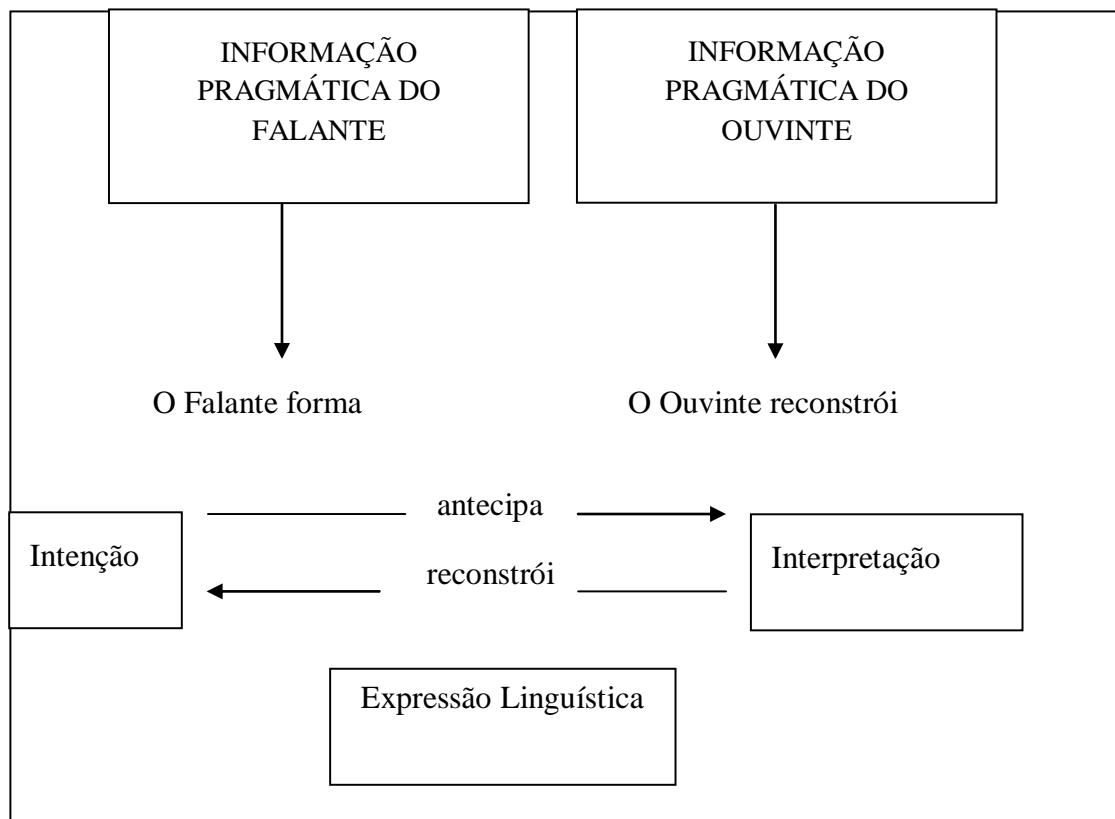
[...] os ‘papéis’ que os referentes dos termos envolvidos desempenham no ‘estado-de-coisas’ designado pela predicação na qual esses termos ocorrem; no **nível sintático**, é especificada a ‘perspectiva’ a partir da qual um estado-de-coisas é apresentado em uma expressão linguística; e no **nível pragmático**, é especificado ‘estatuto informacional’ de um constituinte dentro de um amplo cenário comunicativo no qual ele ocorre, isto é, em relação à informação pragmática do falante e do ouvinte (DIK, 1989, p. 24).

Sendo um modelo do tipo *bottom-up*, a GF de Dik inicia-se com a seleção de itens lexicais para, em seguida, expandir gradualmente a estrutura subjacente da oração, ou melhor, as estruturas subjacentes da oração vão sendo construídas de forma gradual, partindo das unidades menores, Termos e Predicados, para as unidades maiores, Predicação (que designa um Estado-de-Coisas), Proposição (que representa um fato possível) e a Cláusula (nível da frase ou ato de fala). É uma gramática que traz a oração como unidade maior de análise, porém não constitui um modelo de produção, mas de descrição da oração, em que as expressões linguísticas são analisadas a partir do seu contexto de uso. Sendo assim, ela deixa sem explicação muitos fenômenos linguísticos extra e intra-oracionais, tais como as cadeias anafóricas, por não serem estabelecidas no modelo relações entre duas ou mais orações, o que a torna incapaz de descrever por completo a língua e os fenômenos linguísticos, daí a necessidade de sua expansão para uma gramática do discurso.

Compreendemos, então, que as propostas teórico-metodológicas do funcionalismo dikiano centram-se entre as abordagens formais radicais, limitadas a estudar as formas linguísticas independentemente do contexto de uso e que consideram a estrutura das unidades linguísticas como a idealização de um conjunto de regras subjacentes, e as abordagens funcionais radicais, que tendem a negar a existência da estrutura linguística e vê-la apenas como a manifestação efêmera da tentativa do falante em expressar suas intenções comunicativas (BUTLER, 2003).

Dik (1989) entende que o ponto de vista funcionalista para o estudo de uma língua busca verificar como opera o usuário dessa língua em interações comunicativas. Na verdade, essas interações ocorrem por meio da linguagem e são tratadas por ele conforme a seguinte ilustração:

Figura 1 – Modelo de interação verbal segundo a Gramática Funcional



Fonte: Traduzido de DIK (1997, p. 8).

Compreendemos, portanto, que esse modelo de interação verbal leva em consideração aspectos sociais e linguísticos que, na realidade, subjazem à interação comunicativa, pois para a GF os usuários da língua possuem conhecimentos, crenças, pressupostos, opiniões e sentimentos em qualquer estágio da interação verbal, isto é, o falante tem a informação pragmática necessária para acrescentar ou modificar a informação pragmática do ouvinte.

Dik (1989) compreende, pois, que o homem é mais que um animal linguístico, e que o processo de comunicação envolve as funções humanas mais elevadas que apenas a função linguística. Para esse estudioso, o homem tem além da **capacidade linguística**, a **capacidade epistêmica**, que o leva a construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; a **capacidade lógica**, em que o usuário compõe outras formas de conhecimento a partir do conhecimento de mundo acumulado, através de regras de raciocínio; a **capacidade perceptual**, a partir da qual o homem percebe o ambiente e após essa percepção compõe e interpreta expressões linguísticas; e, por último, a **capacidade social**, que dá ao usuário a possibilidade de determinar como aquilo que tem que ser dito deve ser dito, de acordo com o meio em que ele está inserido, no sentido de atingir seus objetivos.

Entendemos, desse modo, que, quando Dik enfatiza a capacidade comunicativa bem como a capacidade linguística dos falantes, ele demonstra que a relação (de entendimento ou desentendimento) entre os indivíduos nas interações sociais depende tanto dos sentidos que são codificados pelas expressões linguísticas, quanto dos conteúdos socializados entre falante e ouvinte.

Vimos que a GF de Dik, cuja preocupação é valorizar o papel da expressão linguística na comunicação, pauta-se em dois princípios básicos: (i) deve tentar explicar as regras e princípios subjacentes à construção de expressões linguísticas em termos de sua funcionalidade no que diz respeito ao modo como essas expressões são usadas; e, (ii) deve estar integrada a uma teoria pragmática maior de interação verbal. Levando em consideração as condições reais de produção das expressões linguísticas, Dik (1989, p. 9) afirma que essa produção, na interação social por meio da linguagem, depende de três fatores:

- (i) da intenção do falante;
- (ii) da sua informação pragmática;
- (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte, com base na informação pragmática que o falante acredita estar disponível ao ouvinte.

Por outro lado, a interpretação do ouvinte depende:

- (i) da própria expressão linguística;
- (ii) da sua informação pragmática;
- (iii) da hipótese do ouvinte sobre a intenção comunicativa do falante.

Inferimos, pois, que a expressão linguística faz a mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, ou seja, a expressão linguística não estabelece uma relação necessária entre as duas. Na verdade, a expressão linguística em si mesma não garante a eficácia do ato comunicativo, mas é uma mediação entre intenção do falante e interpretação do ouvinte. O que ocorre é, tão somente, uma relação entre a informação necessária correspondente a algumas intenções para algumas interpretações, a partir da estrutura dada na informação pragmática que está ao alcance do falante e do ouvinte.

A interação verbal é definida por Dik como uma *atividade cooperativa*, tendo em vista envolver, pelo menos, dois participantes (falante e ouvinte). Ela é formada por regras pragmáticas, que comandam os padrões de interação verbal, e, por *regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas*, que governam a constituição dos enunciados.

Quanto à *integração dos níveis de análise*, isto é, a sistematização dos domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática, Dik entende que esta é vista como um quadro amplo em que a semântica e a sintaxe devem ser inseridas para que possam ser harmonicamente analisadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica. Assim, ele demonstra o quanto o contexto comunicativo é importante para a interpretação de cada unidade linguística.

A proposta de Dik para a descrição linguística é que a estrutura oracional seja analisada em camadas hierarquicamente ordenadas. Sendo assim, a análise parte de níveis mais baixos, em que a oração representa um *Estado-de-Coisas*, ou seja, algo que pode ocorrer em um dado mundo real ou ficcional, tendo, então, uma *função representacional*, para um nível mais elevado, em que a oração designa uma *proposição*, definida como um conteúdo proposicional, que, revestido de uma força ilocucionária, corresponderá a uma *cláusula*, um *ato de fala*, representando uma *função interpessoal*.

Em relação aos aspectos modais, o modelo dikiano faz distinção entre as modalidades **Inerente, Objetiva e Subjetiva**, que se definem a partir da correlação com os diferentes níveis funcionais na estrutura da cláusula. A primeira contempla os usos modais dinâmicos (habilidade e volição) e alguns usos modais deônticos (orientados para o

participante de um Estado-de-Coisas) e se relaciona aos significados linguísticos usados por um sujeito para caracterizar a relação entre um participante em um determinado Estado-de-Coisas e a potencial atualização desse Estado-de-Coisas; a segunda contempla todos os usos deônticos não inerentes e os usos epistêmicos objetivos e se relaciona aos significados linguísticos usados por um sujeito para avaliar a realidade de um Estado-de-Coisas em termos de seu conhecimento de Estado-de-Coisas possíveis, sendo que a avaliação é feita independentemente da crença do falante; e a terceira contempla os usos epistêmicos subjetivos (epistemológicos e bulomaicos) e os usos evidenciais (inferências, citativos e experienciais), voltando-se para os significados linguísticos usados por um sujeito para expressar seu comprometimento com a verdade da proposição. Nesse tipo, a avaliação é apresentada, não há manifestação da subjetividade do falante. Conforme essa classificação feita por Dik, percebemos que há uma relação de inclusão entre modalidade epistêmica e evidencialidade.

No próximo capítulo, trataremos, mais especificamente, das propostas tipológicas para investigação da modalidade e da evidencialidade do *corpus* desta tese à luz da GDF.

Algumas limitações do modelo dikiano motivaram a formalização de uma Nova Arquitetura da Gramática Funcional, denominada Gramática Discursivo-Funcional, desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008), modelo este que será utilizado como base da fundamentação teórica desta tese.

Os teóricos citados muito contribuíram com o crescimento do Funcionalismo. Por servir de suporte teórico para esta investigação sobre a evidencialidade no material didático impresso para EaD, a nova vertente da Gramática Funcional, a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), passa a ser descrita, com maior detalhamento, nas seções a seguir.

2.2 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), desenvolvida por Kees Hengeveld e J. Lachlan Mackenzie, em 2008, começou a ser engendrada a partir da proposta feita por Hengeveld, na Nona Conferência Internacional sobre Gramática Funcional (GF), realizada em Madri, no ano de 2000. Baseada na Gramática Funcional de Simon Dik (1997), esta nova proposta partiu do desejo de manter aquilo que a GF tinha de melhor, mas com o objetivo de

umentar sua abrangência. A adição da palavra “Discurso” ao novo modelo deu-se no sentido de conscientizar os estudiosos de que o que deve estar em maior destaque em uma teoria é o impacto dos recursos discursivos sobre as formas linguísticas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Sendo uma continuidade da Gramática Funcional, a GDF manteve a combinação de neutralidade tipológica com rigor formal, bem como procurou conciliar o fato de que as línguas são complexos estruturados que se adéquam para a função de instrumento de comunicação entre os seres humanos. Porém, foi além desta proposta ao investir mais nas adequações pragmática e psicológica em sua teoria, adotando como premissa básica a capacidade que o falante tem de influenciar o ouvinte por meio do uso de um discurso linguístico. O que ela busca é esclarecer a relação entre a adequação pragmática por meio da instrumentalidade do sistema de linguagem na criação e manutenção de relações comunicativas, bem como a adequação psicológica ao obedecer a restrições cognitivas gerais sobre a produção e interpretação do discurso. Sendo assim, seus pressupostos se posicionam entre uma abordagem funcional e uma abordagem formal da gramática e auxiliam na interpretação do processo de mudança da língua.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 9) entendem que a Gramática Discursivo-Funcional é assim denominada “pelo fato de buscar entender a estrutura dos enunciados em seu contexto discursivo (não no sentido de um modelo de análise do discurso). A intenção do falante não surge no vácuo, mas sim em um contexto comunicativo multifacetado”.³

Essa nova proposta gramatical apresenta entre outras características: a **organização hierárquica de cima para baixo** (*top-down*), isto é, as decisões elaboradas nos níveis e nas camadas superiores estabelecem e limitam as contingências nos níveis e camadas inferiores. Ela trabalha inicialmente com a intenção do falante, depois com a articulação da expressão linguística real, ou seja, primeiro o falante decide qual é o seu propósito comunicativo, em seguida, escolhe a informação mais adequada, depois, codifica a informação gramatical e fonologicamente e, por fim, a articula.

Com essa organização, a GDF distingue duas grandes operações: a **Formulação** e a **Codificação**. A primeira dita as regras que determinam o que é válido pragmática e

³ Functional Discourse Grammar is so called because it seeks to understand the structure of utterances in their discourse context, though it is in no sense a discourse-analytical model. The intention developed by the speaker does not arise in a vacuum, but in a multifaceted communicative context (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 9). Tradução da autora.

semanticamente em uma língua, e a segunda, refere-se às regras que convertem as representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas.

A **Formulação** envolve três processos interligados: a seleção de esquemas apropriados para os níveis Interpessoal e Representacional, a inserção de lexemas apropriados para esses esquemas, bem como a aplicação de operadores primários simbolizando as distinções gramaticais exigidas na língua em análise.

A **Codificação** também envolve três processos: a seleção de modelos adequados aos níveis Morfossintático e Fonológico; a inserção livre de morfemas gramaticais e conjugados; e, a aplicação dos operadores que desempenham um papel no processo de articulação de saída da gramática.

A GDF é um modelo codificado de intenções e conceituações. Sua organização de cima para baixo objetiva descrever as unidades do discurso, não das orações. Estas são apenas uma das opções que o falante pode utilizar para contribuir com a formação de um discurso contínuo em que a Formulação precede a Codificação. Em um modelo descendente de produção do discurso, a geração de estruturas subjacentes e, em particular, as interfaces entre os vários níveis, podem ser descritas em termos das decisões comunicativas que um falante toma na construção de um enunciado.

Outra característica importante é a **adoção do discurso como unidade básica de análise**. Justificam os autores da GDF que a necessidade de uma gramática orientada para o discurso torna-se evidente quando se considera unidades menores do que as frases - as *holófrases*, isto é, expressões linguísticas com estrutura oracional incompleta, mas que em um contexto situacional podem ser consideradas completas e independentes, desde que cumpram seu papel na comunicação (Como exemplo: Parabéns! Bom dia!).

Essa nova proposta deixa de ser uma gramática da frase para ser uma gramática orientada para o discurso, pois existem fenômenos linguísticos que só conseguem ser explicados em termos de unidades maiores do que a frase individual, tais como partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas de verbos da narrativa e muitos outros aspectos da gramática que requerem uma análise que tome um contexto linguístico mais amplo em consideração; bem como já dito, existem muitas expressões linguísticas que são menores do que a frase individual, apesar de funcionarem como enunciados completos e independentes dentro do discurso.

Esse novo modelo se caracteriza também por fazer **distinção entre os níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico**, ou seja, a Gramática Discursivo-Funcional propõe quatro níveis de organização que precisam ser reconhecidos

dentro de uma gramática, quais sejam: o **Interpessoal** (representa uma unidade linguística em termos da sua função comunicativa), o **Representacional** (representa uma unidade linguística em termos de sua categoria semântica), o **Morfossintático**, e o **Fonológico**. Os dois primeiros destinam-se à Formulação, isto é, às análises pragmática e semântica, e, os dois últimos, à Codificação, responsável pelas análises morfossintáticas e fonológicas.

A existência desses níveis se justifica pela possibilidade da referência anafórica ser percebida em dois diferentes turnos conversacionais, como observamos em (5), em que a referência é pragmática, a ato de fala. Em (6), a referência é a um estado de coisas (Há muitos sinais de trânsito nesta cidade), entidade do nível Representacional, em (7) a referência é a sintagmas nominais, e, em (8) à expressão fonológica.

Nível interpessoal (Pragmática)

(5) A. Saia daqui já!

B. Não me fale assim!

Nível Representacional (Semântica)

(6) A. Há muitos sinais de trânsito nesta cidade.

B. Eu não havia notado isso.

Nível Estrutural (Morfossintático)

(7) A. Eu comi ‘lamb chop’ ontem à noite.

B. É assim que você diz ‘costela de carneiro’ em inglês?

Nível Fonológico (Fonologia)

(8) A. Eu comi uma /pa’eya / ontem à noite.

B. Isso não seria /pa’eya/⁴

⁴ Interpersonal Level

(5) A Get out of here!

B Don’t talk to me like *that*!

Representational Level

(6) A There are lots of traffic lights in this town.

B I didn’t notice *that*.

Morphosyntactic Level

(7) A *I had chuletas de cordero* last night.

B Is *that* how you say ‘lamb chops’ in Spanish?

Phonological Level

(8) A *I had /tSu”letasdekor”dero/* last night.

B Shouldn’t *that* be ‘/tSu”letasdeθor”dero /’? (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 5)

A natureza desses níveis é puramente linguística, pois vemos, com os exemplos acima, que eles descrevem a linguagem a partir das funções que ela permite desempenhar quando há possibilidade de serem codificadas na gramática das línguas particulares. Isto também vale para os níveis Interpessoal e Representacional, porque eles descrevem a língua a partir de suas funções e significados, mas apenas na medida em que estas funções e significados são codificados na gramática da língua. Assim, o Nível Interpessoal representa uma unidade linguística em termos da sua função de comunicação, e o Nível Representacional, em termos de sua categoria semântica (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, pp. 1-45).

Na GDF os níveis se estruturam separadamente, porém, dependendo da intenção comunicativa do falante, eles interagem entre si, proporcionando uma maior dinamicidade entre seus componentes, uma vez que as regras de Formulação interligam os níveis Interpessoal e Representacional, caso seja necessário um conteúdo semântico. Quando somente o conteúdo pragmático for comunicado, a GDF explicita uma relação direta do Nível Interpessoal com os da Codificação.

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 46), o Nível Interpessoal representa a interação entre falante e ouvinte. Este nível revela-se a partir das estratégias advindas da Retórica e da Pragmática usadas para atingir os objetivos comunicativos. A Retórica é responsável pela forma como o discurso é planejado e como ocorre a produção de sentido para que se concretize a estratégia comunicativa, e, a Pragmática relaciona-se ao modo como o falante constrói a mensagem visando atingir as expectativas do ouvinte.

Por outro lado, o Nível Representacional está relacionado às categorias semânticas, ou seja, concerne ao modo como as unidades linguísticas se relacionam e como são usadas no processo de comunicação, no sentido de verificar o significado das unidades lexicais e unidades complexas dentro desse processo. A distinção das unidades do Nível Representacional ocorre a partir das categorias ontológicas designadas, ou seja, as categorias semânticas. O critério para a distinção dessas categorias está relacionado às configurações morfossintáticas semanticamente baseadas que são permitidas nas línguas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.131).

O Nível Morfossintático, por sua vez, codifica as informações semânticas e pragmáticas, contribui com o interlocutor no sentido de ajudá-lo a interpretar as relações que envolvem iconicidade, as funções sintáticas, as pragmáticas, as semânticas e os limites de domínio. Este nível também aplica uma perspectiva de cima para baixo em relação a sua

organização hierárquica interna, porém Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 283) afirmam que essa hierarquia está relacionada a fatores individuais.

E, por fim, o Nível Fonológico complementa o Nível Morfossintático e recebe *input* dos outros níveis (Interpessoal, Representacional e Morfossintático), isto é, ele atua a partir de *input* fonêmico e não fonêmico usando os padrões prosódicos, um inventário de sequências segmentais e um conjunto de operadores terciários que terão seu efeito no Componente de Saída⁵.

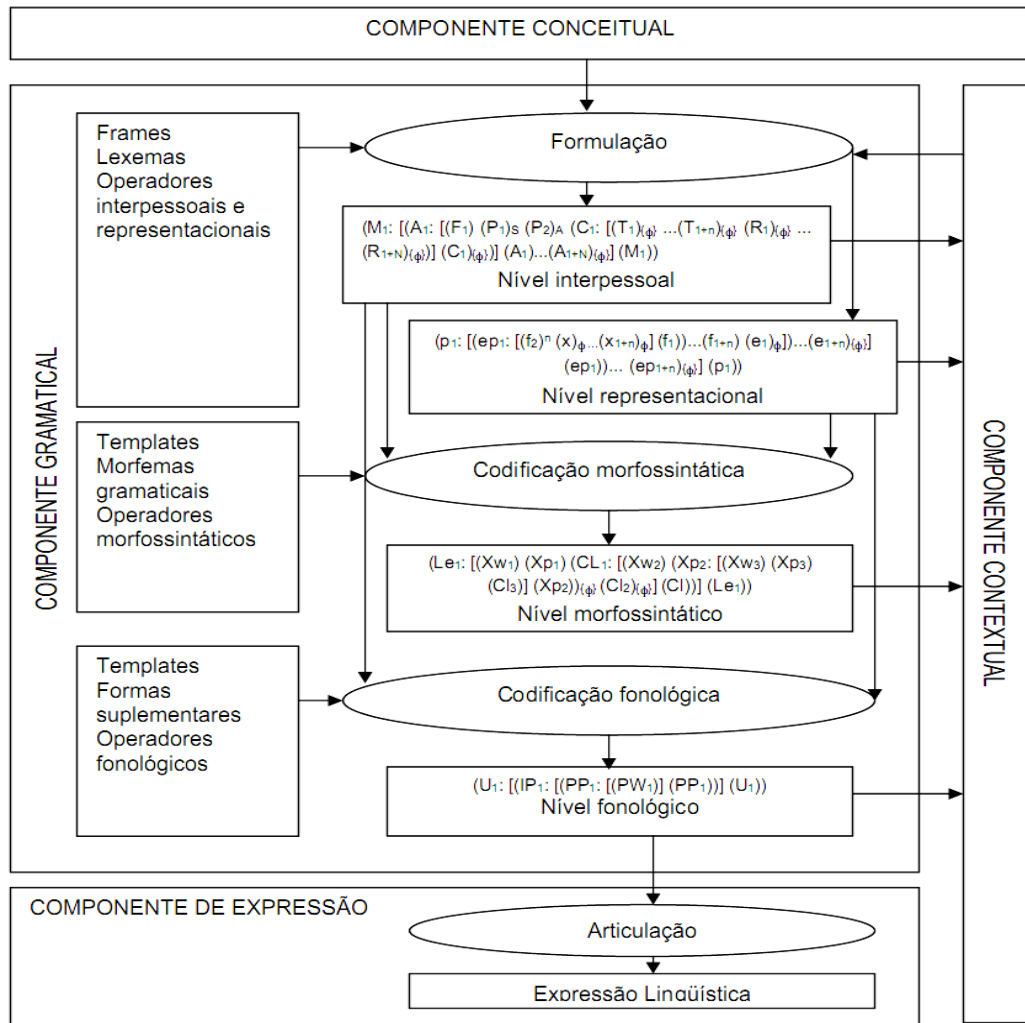
Outra característica significativa da GDF refere-se aos componentes que integram o modelo - **Componente Conceitual, Componente Contextual, Componente Gramatical e Componente de Saída**. Os autores entendem que, para se considerar um modelo de interação verbal mais amplo, é preciso que o Componente Gramatical esteja ligado a um Componente Conceitual, a um Componente Contextual e a um Componente de Saída. O Componente Conceitual desenvolve uma intenção comunicativa que é relevante para o evento de fala e interage com a operação de Formulação, que converte a intenção em linguagem específica de representação nos níveis Interpessoal e de Representação. Ele representa as intenções comunicativas e conceptualizações que demandarão formulação no Componente Gramatical. O Componente Contextual é responsável pelo armazenamento dos aspectos da comunicação, ele contém as descrições do conteúdo do momento em que o evento de fala acontece e da relação entre os participantes do evento, bem como traz informações que podem influenciar a formulação dos atos discursivos, cujo contexto comunicativo em que se desenvolve a intenção comunicativa do falante é formado pelos aspectos socioculturais da interação verbal.

O Componente Gramatical é formado pelas operações de Formulação (níveis Interpessoal e Representacional) e Codificação (níveis Morfossintático e Fonológico). O Componente de Saída (*Output*) é o que converte as estruturas finais do Componente Gramatical em expressão linguística. Nele ocorre a tradução da representação fonológica do ato discursivo para a forma fonética, ou melhor, ele converte a informação fonológica em sinais acústicos, gráficos ou visuais, interagindo de diferentes formas com as duas operações fundamentais que ocorrem dentro do Componente Gramatical, isto é, a Formulação que produz representações pragmáticas e semânticas válidas dos níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente; e, a Codificação que traduz a informação representada nos níveis Morfossintático e Fonológico.

A figura, a seguir, mostra, mais claramente, a arquitetura geral da GDF:

⁵ A estrutura destes níveis da GDF será detalhada no item 2.2.1.

Figura 2 - Organização Geral da Gramática Discursivo-Funcional



Fonte: Traduzido de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 13).

A seguir, abordaremos, mais detalhadamente, cada nível de organização da Gramática Discursivo-Funcional.

2.2.1 Níveis de organização da GDF

Como mencionado no item 2.2, Hengeveld e Mackenzie (2008) organizaram a estrutura da GDF em quatro níveis que se responsabilizam pela descrição das funções e dos significados dos elementos linguísticos presentes na estrutura gramatical de uma dada língua. Seguindo a disposição dos níveis na estrutura hierárquica desse novo modelo gramatical,

constatamos que eles aparecem, de cima para baixo, na seguinte sequência: **Nível Interpessoal**, **Nível Representacional**, **Nível Morfossintático** e **Nível Fonológico**, que passam a ser descritos, a seguir:

2.2.1.1 *Nível Interpessoal*

O Nível Interpessoal condiciona os aspectos formais de uma unidade linguística, pois é nele que estão descritas as propriedades das unidades linguísticas que irão refletir na interação verbal. Os autores partem do pressuposto de que cada integrante da interação tem um objetivo em mente e estratégias para atingir tal objetivo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

As unidades discursivas a que as funções pragmáticas são designadas em conjunto formam uma estrutura hierárquica dentro do Nível Interpessoal, que se organiza de cima para baixo, mostrando inicialmente o *Move* como o nível mais alto da hierarquia, sendo composto de Atos Discursivos. Estes, por sua vez, se organizam a partir de um esquema ilocucionário formado por Falante e Ouvinte, capazes de construir seus argumentos a partir de um Conteúdo Comunicado, que se constitui de Subatos (Atribuição e Referência), responsáveis pelas funções pragmáticas. Cada camada pode ser lexicalmente modificada ou ainda sofrer modificação a partir de um operador.

A hierarquização desse nível fica mais bem visualizada a partir do esquema a seguir:

Figura 3 - Organização do Nível Interpessoal na GDF

$(\pi M_i: [$	Move
$(\pi A_i: [$	Ato
$(\pi F_i: ILL (F_i): \sum (F_i))$	Ilocução básica
$(\pi P_1: \dots (P_1): \sum (P_1)) \phi$	Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \sum (P_2)) \phi$	Ouvinte
$(\pi C_i: [$	Conteúdo Comunicado
$(\pi T_1 [\dots] (T_1): \sum (T_1)) \phi$	Subato de Atribuição
$(\pi R_1 [\dots] (R_1): \sum (R_1)) \phi$	Subato de Referência
$] (C_i): \sum (C_i)) \phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_i): \sum (A_i)) \phi$	Ato
$] (M_i): \sum (M_i)) F$	Move

Fonte: Traduzido de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 49).

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), o *Move* é a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical. Representado pela letra (M), ele abre a possibilidade de uma reação do interlocutor a uma solicitação, isto é, tem um efeito perlocucionário, que pode provocar uma resposta a uma pergunta ou uma objeção a uma determinada discussão. Pode ser formado por um ou mais atos. É nas conversações que o *Move* é percebido de forma mais clara, pois nelas ele corresponde, aproximadamente, aos turnos de fala, como podemos ver nos exemplos⁶ abaixo:

- (1) A: Qual é a capital da Latvia?
B: Riga.⁷

A partir desse exemplo, percebemos que há nitidamente um *Move* de iniciação, formado pela pergunta feita em “A” e um *Move* de reação disposto em “B”.

Porém, não há uma correspondência perfeita entre os *Moves*, uma vez que o falante pode executar mais de um *Move* em um único turno, como ocorre em (2), a seguir:

- (2) A: Qual é a capital da Letônia?
B: Riga. Por que a pergunta?
A: Eu estou fazendo minha lição de casa.⁸

Por outro lado, o *Move* pode ser formado por dois ou mais Atos Discursivos, neste caso geralmente ocorrem dois tipos de relação que são baseadas a partir do *status* comunicativo que eles possuem: a **equipolência** e a **dependência**. A primeira se estabelece entre dois atos que possuem um mesmo estatuto comunicativo, aparece um *Move* de iniciação que provoca um *Move* de reação composto por dois atos com contornos de entonação independentes, porém com o mesmo estatuto comunicativo, conforme vemos no exemplo dado pelos autores da GDF:

⁶ Os exemplos de 1 a 15 relacionados neste capítulo foram retirados de Hengeveld e Mackenzie, 2008.

⁷ (1) A: What is the capital of Latvia?

B: Riga. (p. 50).

⁸ (2) A: What is the capital of Latvia?

B: Riga. Why do you ask?

A: I'm doing my homework. (p. 50).

- (3) A: O que aconteceu ontem na Scottish Premier League?
B: Celtic venceu. E Rangers perdeu.⁹

O segundo tipo de reação se estabelece entre Atos Discursivos cujo estatuto comunicativo é diferente. Ela está relacionada com a função retórica que o Ato desempenha em relação ao outro, neste caso, são realizados dois atos com entonação distinta, o primeiro formado por uma ilocução imperativa e o segundo por uma ilocução declarativa, como pode ser observado no exemplo a seguir:

- (4) Cuidado, porque haverá perguntas capciosas no exame.¹⁰

Há casos em que o falante pode utilizar dois ou mais *Moves* em um único turno, o que vai facilitar a percepção da diferença de cada *Move* é a entonação.

- (5) Cliente: Bom dia! (Move C1)
Açougueiro: Bom dia! (Move B1) O que vai querer hoje? (Move B2)¹¹

Os *Moves* formados por vários Atos Discursivos são denominados pelos autores da GDF de *Moves* Complexos, compostos geralmente por um *Move* de iniciação, um *Move* de reação e um *Move* de avaliação, como podemos observar em (6):

- (6) A: Qual é a capital da Latvia?
B: Riga, Senhor.
A: Bom, garoto!¹²

⁹ (3) A: What happened yesterday in the Scottish Premier League?
B: Celtic won. And Rangers lost. (p. 53).

¹⁰ (4) Watch out, because there will be trick questions in the exam. (p. 53).

¹¹ (5) Customer: Good morning. (Move C1)
Butcher: Good morning. (Move B1)
What will it be today? (Move B2) (p. 51).

¹² (6) A: What is the capital of Latvia?
B: Riga.
A: Good, student. (p. 50).

Na língua escrita, o *Move* é reconhecido através do parágrafo. Nos gêneros narrativos ele corresponde a um episódio. Entretanto, enquanto o episódio está relacionado a um conjunto de Estado-de-Coisas, o *Move* é considerado uma unidade estratégica que deriva das intenções comunicativas do falante.

Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que o *Move* pode ser lexicalmente modificado por elementos do léxico que especificam seu papel no andamento do discurso. Estes modificadores podem aparecer da seguinte forma: (M1: [...] (M1): Σ (M1)). Sendo assim, para resumir um monólogo narrativo, podem ser utilizadas expressões que interrompem uma longa história.

O *Move* também pode ser gramaticalmente modificado, neste caso, o elemento gramatical é representado por um operador na posição π (M1 π : [...] (M1)).

O Ato Discursivo é o segundo componente do Nível Interpessoal. Ele vai corresponder à menor unidade identificável de uma conduta comunicativa e se constitui de Ilocução, Participante(s) e Conteúdo Comunicado.

A Ilocução corresponde ao uso conversacional/interpessoal convencionalizado na realização da intenção comunicativa do falante em cada Ato, indicando os objetivos dos atos verbais de cada participante, ou melhor, ela vai especificar a relação entre Participantes e Conteúdo Comunicado. Considerada como o centro de um Ato Discursivo, a Ilocução se apresenta ora Declarativa, isto é, quando o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado é informado ao Ouvinte pelo Falante; ora Interrogativa, quando o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado é solicitado pelo Falante para que seja respondido pelo Ouvinte, ora Imperativa, quando a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado é usada pelo Falante para orientar o Ouvinte.

Os Participantes representam nessa cadeia o Falante e o Ouvinte, que alternam seus papéis no processo de comunicação. E o Conteúdo Comunicado representa a totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Ouvinte. Ele é formado por Subatos de Atribuição que equivalem a uma tentativa de o Falante evocar uma propriedade, e por Subatos de Referência, que são uma tentativa de o Falante evocar um referente.

A seguir, veremos como é disposto o Nível Representacional na Gramática Discursivo-Funcional.

2.2.1.2 *Nível Representacional*

O Nível Representacional foca-se nos aspectos semânticos das unidades linguísticas. Estes aspectos vão abranger o modo como se dá a relação entre a língua(gem) e o mundo que ela descreve, bem como os significados de unidades lexicais e de unidades complexas isoladas a partir dos modos como são usados no processo de comunicação. Sendo assim, o que acontece neste nível é a relação das unidades linguísticas com a realidade ou a imaginação descrita. Ele está hierarquicamente organizado da seguinte forma:

Figura 4 - Organização do Nível Representacional na GDF

$(\pi p_i: [$	Conteúdo proposicional
$(\pi ep_i:$	Episódio
$(\pi e_i:$	Estado-de-coisas
$[(\pi fi: [$	Propriedade Configuracional
$(\pi v_i: \blacklozenge (v_i): [\sigma (v_i) \Phi])$	Alguma categoria semântica
\dots	
\dots	
$(\pi v_{i+n}: \blacklozenge (v_{i+n}): [\sigma (v_{i+n}) \Phi]) \Phi$	Alguma categoria semântica
$] (f_i): [\sigma (f_i) \Phi]$	Propriedade Configuracional
$(e_i) \Phi]: [\sigma (e_i) \Phi]$	Estado-de-Coisas
$(ep_i): [\sigma (ep_i) \Phi]$	Episódio
$(p_i): [\sigma (p_i) \Phi]$	Conteúdo Proposicional

Fonte: Traduzido de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 142).

Nesse nível, a estrutura hierárquica é organizada em camadas, nas quais aparece como unidade mais alta o Conteúdo Proposicional, que pode ser composto por um ou mais Estado-de-Coisas. Ele diz respeito a construtos mentais, crenças e expectativas criadas por aqueles que o consideram, portanto não existe no espaço ou no tempo. Apresenta-se como factual, quando se apresentam como peças de conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não factual, quando manifestam esperanças ou vontades em relação a um mundo imaginário. O Conteúdo Proposicional pode ser qualificado em relação a atitudes proposicionais (certo, duvidoso, incerto) ou em relação a sua origem ou fonte (conhecimento

compartilhado, evidência sensorial, inferência), através dos modificadores e dos operadores (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Os autores da GDF explicam que o Conteúdo Proposicional não é igual ao Conteúdo Comunicado descrito no nível Representacional. O Conteúdo Comunicado constitui o conteúdo da mensagem de um Ato Discursivo, porém ele não é necessariamente proposicional em sua natureza. Assim, apesar de um Conteúdo Comunicado de um Ato poder corresponder a um Conteúdo Proposicional, ele não é idêntico a este. A diferença está no fato de que o Conteúdo Comunicado é do âmbito do Falante (isto é, atribuído ao Falante), enquanto o Conteúdo Proposicional não necessariamente o é. Isso significa que o Conteúdo Proposicional pode ser atribuído sem nenhum problema a outra pessoa que não ao Falante, tal como podemos notar no exemplo abaixo, em que o Conteúdo Proposicional é atribuído a outra pessoa, Jenny:

(7) Jenny acreditava que sua mãe iria visitá-la.¹³

O Conteúdo Proposicional pode ser configurado da seguinte forma:

(8) $(p_1 \pi: [(ep_1) \dots (ep_{i+n}) \{\varphi\}] (p_1): [\sigma \varphi (p_1)])$ ¹⁴

A partir dessa estrutura temos que o Conteúdo Proposicional se constitui de um Episódio (ep_1), mas poderá conter mais de um, sendo representado na sequência por (ep_{i+n}) , que, por sua vez, pode aparecer com uma função semântica (φ). Um Conteúdo Proposicional poderá conter modificadores e operadores.

A segunda camada do nível Representacional é o Episódio, que se constitui de um ou mais Estado-de-Coisas tematicamente coerentes, tendo em vista que eles mostram a unidade ou a continuidade do Tempo (t), Lugar (l) e os Indivíduos (x).

A configuração do Episódio se dá da seguinte forma:

(9) $(ep_1 \pi: [(e_1) \dots (e_{i+n}) \{\varphi\}] (ep_1): [\sigma \varphi (ep_1)])$ ¹⁵

¹³ (7) Jenny believed that *her mother would visit her*. (p. 144).

¹⁴ Traduzido de HENGEVELD; MACKENZIE (p. 145).

¹⁵ (p. 157).

Hengeveld e Mackenzie (2008) citam, entre outros exemplos para o Episódio, o gênero receita culinária, em que os passos importantes para a preparação de um prato vão constituir os episódios da receita, conforme exemplo a seguir:

(10) Coloque a água, o alho, a cebola, o pimentão, a pimenta, o espinafre e os legumes cortados em pedaços em uma panela, quando começar a ferver, adicione as ervas. Assim que os vegetais estiverem cozidos, você pode tirar, se quiser, os pedaços de alho, pimentão, pimenta e cebola, tire as ervas e comece a misturar os legumes com o caldo pouco a pouco. Assim que se tornar espessa, adicione a margarina, o leite, misture bem e coloque-o na panela de novo.¹⁶

O Estado-de-Coisas é considerado o núcleo básico da configuração no nível representacional. É uma entidade que pode ser localizada em um tempo relativo e pode ser avaliada em termos de seus estatutos de realidade. Dessa forma, por sua característica temporal, ele se distingue dos Indivíduos e do Conteúdo Preposicional.

O quadro geral de Estado-de-Coisas se apresenta com a seguinte configuração:

(11) (e_i: [[[f_i: [...] (f_i)) ... (f_i + n: [...] (f_i + n)) {φ}] φ (e_i)]¹⁷

Como exemplo para Estado-de-Coisas, os autores da GDF dão os seguintes:

(12) O homem viu o jogo.¹⁸

(13) O homem viu sua equipe vencer a oposição.¹⁹

Para os autores da GDF, os Estado-de-Coisas podem tanto integrar Conteúdos Proposicionais quanto Episódios (Combinações tematicamente coerentes de Estado-de-Coisas). A diferença entre eles está no fato de que os Episódios admitem modificadores de

¹⁶(10) En una olla coloca el agua, el ajo, cebolla, pimentón, ají dulce, la espinaca y los vegetales picados en trozos, cuando comience a hervir, anada las hierbas aromáticas . . . *Una vez* blandos los vegetales puedes retirar, si los deseas, los trozos de ajo, pimentón, ají y cebolla, retira las hierbas y comienza a licuar poco a poco las verduras con el caldo. *Una vez* que tenga consistencia de crema, anade la margarina, la leche, licua bien y lleva nuevamente a la olla. (Tradução feita pela autora) (p. 158)

¹⁷ (p. 166).

¹⁸ (12) The man saw *the game*. (p. 168).

¹⁹ (13) The man saw *his team beat the opposition*. (p. 168).

tempo absoluto (como *ontem*, *hoje*, *amanhã*) e os Estado-de-Coisas admitem modificadores de tempo relativo (como *depois do almoço*, *em uma hora*, *terça-feira*), pois não exigem que a localização no tempo e no espaço seja demarcada de forma absoluta.

A Propriedade não tem existência independente, pois só pode ser avaliada quando associada a outro tipo de entidade descrita pelas propriedades em geral, ou seja, só pode ser avaliada em termos de sua aplicabilidade. Ela apresenta um papel crucial na construção de representações semânticas, pois constitui o inventário de quadros de predicação relevantes para uma língua. Ela se apresenta de duas formas: **Propriedades Lexicais** e **Propriedades Configuracionais**. Estas correspondem ao inventário de esquemas de predicação relevantes de uma língua, como observamos em:

(14) As chuvas fortes causaram uma série de prejuízos.²⁰

As **Propriedades Lexicais**, por sua vez, são de extrema importância para a construção de representações semânticas de outras categorias, pois elas servem para, entre outras coisas, caracterizar um indivíduo, conforme observamos em:

(15) Homem altamente inteligente.²¹

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), as Categorias Semânticas seguem uma determinada ordem quando se leva em consideração a análise das línguas, sendo assim, o indivíduo passa a ser considerado uma entidade de primeira ordem, podendo ser localizado no espaço e avaliado em termos de sua existência (exemplo, *cadeira*); o Estado-de-Coisas é a entidade de segunda ordem, que pode ser localizado no espaço e no tempo e pode ser avaliado em termos de sua realidade (exemplo, *encontro*); o Conteúdo Proposicional é a entidade de terceira ordem, que constitui um construto mental, não podendo assim ser localizada nem no espaço nem no tempo, mas avaliada em termos de verdade (exemplo, *ideia*); há, ainda, um

²⁰ (14) The heavy rainfall (e) caused (f) a lot of damage (e). (p. 181).

²¹ (15) (xi : [(fi: man (fi)) (xi)φ]: [(fj: intelligent (fj): [(fk: high (fk)) (fj)φ] (xi)φ]) (p. 215).

elemento de zero ordem que pode ser aplicado a entidade de primeira, segunda e terceira ordem, a Propriedade (exemplo, *cor*).

Vale ressaltar, quanto às categorias e funções, que a natureza semântica de uma unidade linguística é independente da função em que ela é usada.

Existem ainda outras Categorias Semânticas consideradas relevantes neste nível: *localização, tempo, episódio, maneira, razão e quantidade*, que serão descritas a partir de suas necessidades na análise do *corpus*, mas que podem ser visualizadas e exemplificadas conforme o quadro a seguir:

Figura 5 - Categorias semânticas

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	Cor
Indivíduo	x	Cadeira
Estado-de-Coisas	e	Encontro
Conteúdo Proposicional	p	Ideia
Localização	l	Topo
Tempo	t	Momento
Episódio	ep	Incidente
Maneira	m	Jeito
Razão	r	Razão
Quantidade	q	Litro

Fonte: Traduzido de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 136).

A formalização do Nível Representacional é a seguinte:

$$(p_i: [(ep_i: [(e_i: [(f_i: [(f_i)_n (x_i)_ . . . (x_{i+n})_] (f_i)) . . . (f_{i+n}) (e_i)_]) . . . (e_{i+n})\{_}\}] (ep_i)) . . . (ep_{i+n})\{_}\}] (p_i))^{22}$$

Os dois itens anteriores mostraram como os Atos Discursivos e os Conteúdos Proposicionais são tratados nos níveis Interpessoal e Representacional. Esses níveis, conforme prescrevem os autores da GDF, ocupam-se com a tradução das intenções conceituais nas estruturas de linguagens específicas que fundamentam as formas linguísticas, isto é, a Formulação. Percebemos um elevado grau de paralelismo entre eles, porém divergem em aspectos importantes dado que diferem em sua funcionalidade. Os próximos níveis a serem descritos cuidam da Codificação. O Nível Morfossintático tem a tarefa de receber o *input* dos dois níveis anteriores e fazer emergir os dois numa representação estrutural simples, a ser convertida em uma construção fonológica no nível seguinte, que será a entrada para o articulador, o componente de saída do modelo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Passemos, então, para a descrição do Nível Morfossintático.

2.2.1.3 Nível Morfossintático

Conforme a arquitetura proposta pela GDF, o Nível Morfossintático se responsabiliza por receber o *input* dos níveis Interpessoal e Representacional, pois ele é um nível dependente dos anteriores, mas aplica seus próprios princípios de organização: não adiciona nem subtrai informação semântica ou pragmática. A entrada contém informações lexicais que devem ser preservadas na saída, além disso, ela contém uma série de informações não lexicais: (i) informação sobre dependências (núcleo/modificador); (ii) informação sobre funções; (iii) informação sobre operadores e (iv) informação abstrata do tipo que deve ser convertido em proformas de vários tipos (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008).

Sua representação na GDF é feita da seguinte forma:

²² (p. 279).

$$(le_i: [(cl_i: [(xp_i: [(xw_i)_n (xp_2)_n] (xp_1)_n] (cl_i)_n] (le_i))])$$

Essa estrutura hierárquica decrescente ocorre, como mostra a estrutura acima, a partir das seguintes camadas: Expressão Linguística (le); Oração (cl); Sintagma (xp); Palavra (xw), em que a Expressão Linguística é constituída de Orações. Cada Oração é composta por Sintagmas de vários tipos. Cada Sintagma se constitui de palavras e, cada uma delas se constitui de morfemas, conforme organização e arquitetura abaixo estruturadas:

Figura 6 - Organização do Nível Morfossintático na GDF

(Le:	Expressão linguística
(Cl:	Oração
(Xp:	Sintagma
(Xw:	Palavra
(Xs:	Raiz
(Aff:	Afixo
(Xw))	Palavra
(Xp))	Sintagma
(Cl))	Oração
(Le))	Expressão linguística

Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 291).

A Expressão Linguística, definida como qualquer conjunto de, pelo menos, uma unidade morfossintática, é a camada mais elevada desse nível e, a partir desta hierarquização, a GDF cria a possibilidade de lidar diretamente com *holófrases* e expressões não-sentenciais. A Oração, segunda camada apresentada na estrutura, pode operar como domínio para vários processos morfossintáticos, pois ela é um agrupamento de um ou mais Sintagmas ou Palavras. O Sintagma tem como núcleo um item lexical que é transmitido a partir dos níveis Interpessoal ou Representacional. A Palavra pode ser formada de raízes e afixos e encaixar camadas superiores como Sintagmas e Orações.

Portanto, esse nível vai se responsabilizar pela codificação das informações semânticas e pragmáticas, uma vez que ele leva o interlocutor a interpretar os aspectos que envolvem a Iconicidade, aplicada aos níveis mais altos, como a ordenação dos Estado-de-Coisas que estão relacionados à experiência física e mental dos Indivíduos, no sentido de expressar a correspondência entre os níveis mais elevados, mostrando a ordem como se move

e age o discurso no nível Interpessoal, bem como a ordem com que são introduzidos e expressos os Episódios e as Proposições no nível Representacional; a Integridade do Domínio, referente à preferência por unidades que, juntas nos dois primeiros níveis, podem ser justapostas uma a outra no nível Morfossintático; e a Estabilidade Funcional, que diz respeito à exigência de que os constituintes com a mesma especificação sejam colocados na mesma posição em relação a outras categorias. Sendo assim, este nível vai estabelecer as relações gramaticais que expressam conteúdos semânticos e pragmáticos. Esses princípios contribuem para maximizar o paralelismo entre as estruturas, aumentando assim a transparência e interpretabilidade da estrutura linguística (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A seguir, vejamos a disposição do Nível Fonológico na Gramática Discursivo-Funcional.

2.2.1.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico é responsável por prover uma representação de cada Ato Discursivo, a fim de que isso sirva como *input* para o Componente *Output*, isto é, o “articulador” que se relaciona com recursos, tais como frequência, intensidade, duração etc. Ele funciona em paralelo com os demais níveis, pois recebe *input* dos outros três níveis e é dependente deles para o seu funcionamento. A hierarquia deste nível reconhece as unidades dispostas, da maior para a menor, da seguinte forma:

Figura 7 - Organização do Nível Fonológico na GDF

(u ₁)	Elocução	Elocução/Enunciado
(pl ₁) ⁿ	Sintagma intonacional	Sintagma intonacional
(pp ₁) ⁿ	Sintagma fonológico	Sintagma fonológico
(pw ₁) ⁿ	Palavra fonológica	Palavra fonológica
(f ₁) ⁿ	Pé	Pé
(ps ₁) ⁿ	Sílaba	Sílaba
(pf ₁) ⁿ	Pé	Pé
(pw ₁) ⁿ	Palavra fonológica	Palavra fonológica
(pp ₁) ⁿ	Sintagma fonológico	Sintagma fonológico
(pl ₁) ⁿ	Sintagma intonacional	Sintagma intonacional
(u ₁)	Elocução	Elocução

Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 428).

Nesse nível, a expressão linguística é analisada a partir de suas unidades fonológicas, pois sua relação maior é com o componente prosódico das expressões linguísticas, uma vez que ele atua a partir de *input* fonêmico e não fonêmico usando três conjuntos de primitivos: i) os padrões prosódicos (*templates*), aplicados em cada camada de análise; ii) um inventário de sequências segmentais, que expressam as configurações de morfemas ou de *placeholders*; iii) um conjunto de operadores terciários que terão seu efeito no Componente de Saída.

O Enunciado equivale a um ou mais Sintagmas Entonacionais, que se formam a partir de um ou mais Sintagmas Fonológicos, contendo uma ou mais Palavras Fonológicas, que se compõem de um ou mais Pés, e estes, por sua vez, são compostos de Sílabas (s).

Este pequeno esboço da Gramática Discursivo-Funcional é apenas para mostrar sua capacidade descritiva como gramática tipologicamente orientada. Sendo assim, esse modelo teórico se mostra eficiente para embasar a análise pretendida nesta tese, pois ele vem sendo utilizado em várias práticas de análises linguísticas, tendo em vista sua aplicabilidade na compreensão dos mais variados fenômenos, compreendendo quatro níveis de análise, integrados em um modelo de quatro componentes naturais da língua. Além disso, cumpre dizer que a modalidade e a evidencialidade têm recebido a atenção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que adotam esse enfoque teórico, o que tem contribuído não apenas para a elucidação dessas categorias, como também para o aperfeiçoamento da proposta teórica. Dessa forma, no próximo capítulo abordaremos a proposta tipológica da GDF para o estudo da evidencialidade e da modalidade epistêmica.

Apresentamos, a seguir, uma síntese dos principais tópicos desenvolvidos neste capítulo.

2.3 Síntese do capítulo

O capítulo que ora encerramos trata especificamente dos pressupostos e temas de interesse do Funcionalismo, em especial a Gramática Funcional de Simon Dik (GF - 1989, 1997) e a Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (GDF - 2008), que entendem ser a língua um instrumento de interação social, portanto compreendem que as expressões linguísticas são estudadas dentro de um contexto comunicativo, ou seja, a partir do

uso efetivo que o falante faz da língua, levando em consideração os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos.

Sabemos que, ainda que comunguem com alguns aspectos teóricos, as duas formas de gramática descritas são independentes entre si. A GF é um modelo gramatical da competência comunicativa, em que funções e regras gramaticais são vistas como instrumentais com relação à Pragmática. A GDF é uma gramática funcional orientada para o discurso que coloca a Pragmática como nível mais alto a comandar as escolhas nos demais níveis. Nela, o ato discursivo passa a ser a unidade central de análise por abarcar tanto as unidades menores quanto as unidades maiores que a oração.

Uma das diferenças entre a GF e a GDF relaciona-se ao modo de organização das unidades linguísticas. A GDF apresenta uma estrutura hierárquica descendente, portanto, *top-down*, ao passo que a GF tem um modo de organização ascendente, ou seja, *bottom-up*. Na GDF, a formulação das expressões linguísticas parte do Componente Conceitual, isto é, das intenções comunicativas em direção aos níveis mais baixos do modelo gramatical, as operações de codificação morfossintática e fonológica.

A GDF capta as estruturas das unidades linguísticas em termos do mundo que elas descrevem e as intenções comunicativas com as quais elas são produzidas, em termos das suas funções interpessoais e representacionais. Sendo assim, ela distingue os seguintes níveis: o Interpessoal (Pragmático), o Representacional (Semântico), o Morfossintático e Fonológico, nesta ordem hierárquica.

O Nível Interpessoal relaciona-se aos aspectos pragmáticos, refletindo, portanto, as intenções comunicativas do Falante. A camada mais alta desse nível é o *Move*, que representa a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical.

O Nível Representacional está relacionado aos aspectos semânticos de uma expressão linguística, ou seja, relação entre a língua(gem) e o mundo que ela descreve, e os significados de unidades lexicais e unidades complexas isoladas a partir dos modos como são usados na comunicação. Sua camada mais alta é o Conteúdo Proposicional, que é a entidade de terceira ordem, que constitui um construto mental, não podendo assim ser localizado nem no espaço nem no tempo, mas avaliado em termos de verdade.

O Nível Morfossintático é responsável por receber o *input* dos outros dois níveis (Interpessoal e Representacional), fazendo-os emergir numa representação estrutural simples. É um nível dependente dos anteriores, mas aplica seus próprios princípios de organização: não adiciona nem subtrai informação semântica ou pragmática.

O Nível Fonológico é responsável por prover uma representação de cada Ato Discursivo, a fim de que isto sirva como *input* para o “Componente *Output*”, o “articulador” que se relaciona com aspectos como frequência, intensidade, duração etc. Funciona em paralelo com os demais níveis, pois ele recebe “input” dos outros três níveis e é dependente deles para o seu funcionamento.

No capítulo 3, a seguir, abordamos a evidencialidade elencando seus principais conceitos e tipologias, a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade, a evidencialidade como estratégia de comprometimento e a investigação da evidencialidade no português do Brasil.

3 A EVIDENCIALIDADE

“Cada evidencial tem uma história própria e uma trajetória de desenvolvimento. Um evidencial pode vir de um verbo *dicendi* ou de um verbo de percepção. Ou pode desenvolver-se de uma outra classe aberta ou fechada via gramaticalização e reanálise. Um sistema evidencial mais restrito pode se desenvolver de estratégias evidenciais.”

(AIKHENVALD, 2004, p. 20/21).²³

A evidencialidade é um domínio funcional que diz respeito à fonte do conhecimento asseverado, podendo indicar o modo como esse conhecimento foi obtido, bem como o grau de comprometimento do falante em relação a essa informação. Diariamente a utilizamos em nossos discursos, porém não a percebemos em sua complexidade cognitivo-discursiva. Mas, enunciados como *Vi Pedro falando inglês, Ouço Pedro falar inglês, Parece que Pedro fala inglês, José me disse que Pedro fala inglês e Disseram-me que Pedro fala inglês* demonstram diferença quanto à fonte da informação veiculada no conteúdo da proposição, e, por conseguinte, indicam de diferente modo, como esse conteúdo foi adquirido.

O termo “evidencialidade” foi usado pela primeira vez por Boas (1911) e Sapir (1921). Ele foi introduzido na literatura da ciência da linguagem em 1957, a partir do trabalho de Roman Jakobson, *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*, quando este autor passa a considerar a evidencialidade como uma categoria linguística responsável por marcar a fonte do conteúdo informado. Porém, seu uso é mais recorrente na década de 1980, quando Chafe e Nichols (1986) publicaram *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*, uma obra composta pela compilação dos trabalhos apresentados na primeira conferência realizada

²³ Every evidential has its own history, and a pathway of development. An evidential may go back to a verb of speech, or a verb of perception. Or it can develop out of another open or closed class via grammaticalization and reanalysis. A small evidentiality system may develop out of one of the evidentiality strategies.

sobre este assunto em Berkeley (EUA), em 1981. Outro importante evento sobre esse tema foi o Colóquio Internacional de Pragmática, em 1998, em que foram realizados vários debates, sob a coordenação de Patrick Dendale e Liliane Tasmowski, denominados *Débat's sur l'Evidentialité*.

Neste capítulo, definiremos a evidencialidade como domínio funcional que marca, além da origem da informação, o nível de comprometimento do falante em relação ao conteúdo apresentado na proposição. Para tanto, organizamos a seção em quatro subseções, em que apresentamos, na sequência, os seguintes temas: em 3.1, discutimos o conceito e as tipologias relativas à evidencialidade; em 3.2, tratamos da relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica; em 3.3, apresentamos a evidencialidade como estratégia de comprometimento; e, em 3.4, relatamos os estudos mais recentes sobre a evidencialidade no português do Brasil.

Passemos, pois, ao desenvolvimento de cada subseção.

3.1 Conceitos e tipologias

O estudo sobre a evidencialidade é permeado pelo interesse na relação entre a origem da informação e a atitude epistêmica do falante, ou seja, o comprometimento do falante com o valor de verdade do que assevera.

Apesar de o conceito não ser consenso entre os autores, Botne (1997, p. 509) se posiciona sobre o assunto e a define de duas formas distintas, uma em sentido estrito, e outra em sentido lato, conforme disposto a seguir:

A evidencialidade foi concebida, em um **sentido estrito**, incluindo os elementos gramaticais que codificam a fonte de conhecimento expressa em uma proposição, e em um **sentido lato**, incluindo os elementos gramaticais que codificam tanto a fonte de conhecimento como a atitude do falante acerca do grau de convicção/segurança que ele tem na confiabilidade desse conhecimento.²⁴

²⁴ The evidentiality was designed, in a strict sense, including the grammatical elements that encode the source of knowledge expressed in a proposition, and in a broad sense, including the grammatical elements that encode both the source of knowledge as the speaker's attitude about the degree conviction / security that it has the reliability of this knowledge (BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in *Lega. Studies in Language*, v.2, n.3, p.509-532, 1997).

De acordo com essa assertiva, a evidencialidade passa a ser concebida como uma manifestação linguística que expressa, em um sentido estrito, a fonte do conhecimento, e, em um sentido lato, agrega, além da fonte do conhecimento, o grau de comprometimento do falante acerca do conteúdo que está sendo asseverado. Dessa forma, essa categoria linguística²⁵ se responsabiliza por informar a origem do conhecimento que o falante tem a respeito dos Estado-de-Coisas possíveis de ocorrer em dado evento, bem como o grau de comprometimento do falante em relação à informação dada. Acreditamos que esta afirmação seja balizada na ideia de que todo conhecimento epistêmico se respalda em evidências.

Anderson (1986, p. 273), por sua vez, ao definir a evidencialidade como uma categoria manifestada por elementos que “expressam os tipos de evidência que uma pessoa possui ao fazer uma declaração factual”, propõe os seguintes critérios para a identificação dos evidenciais nas línguas:

Critérios para identificação de Evidenciais (ANDERSON, 1986, p. 273)

- a) constituem uma evidência direta (visual, auditiva ou decorrente de outros órgãos sensoriais) ou indireta (inferida de outros fatos, ou não especificada) para o conteúdo de uma declaração dada como factual;
- b) em termos comunicativos, é apenas uma especificação adicionada ao conteúdo de uma declaração factual, i.e., não integra a cláusula principal;
- c) tem como significado primeiro a indicação de evidência;
- d) morfologicamente pode se apresentar como afixo, clítico ou elemento sintático livre;
- e) os evidenciais são normalmente usados em asserções (orações *realis*), não em orações *irrealis*, nem em suposições;
- f) quando o fato afirmado é diretamente observável pelo falante e ouvinte, os evidenciais raramente são usados, ou têm um sentido enfático ou de surpresa;
- g) quando o falante (primeira pessoa) for um participante conhecedor de algum evento, o conhecimento daquele evento é normalmente direto, e os evidenciais são então dispensados.

Anderson (1986, p. 278) ainda faz uma distinção entre *verdadeiros evidenciais* e *itens com traços evidenciais*. Estes se tratam de manifestações lexicais que indicam a fonte da informação. Aqueles são tidos como expressões gramaticalizadas nas línguas naturais. Para esse autor fica claro que a manifestação da evidencialidade pode ocorrer tanto a partir de itens gramaticais quanto a partir de itens lexicais.

²⁵ Tal como Lucena-Silva (2013, p. 51), esclarecemos que “o termo *categoria* com relação à evidencialidade em Língua Portuguesa neste trabalho é utilizado em sentido amplo, como um conjunto de meios (lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização) que se prestam à função de indicação da fonte da informação ou do modo de obtenção de uma informação”.

De Hann (1997a) faz uma reinterpretação dos critérios adotados por Anderson (1986) e os divide em semânticos (a) e sintáticos (b-e), conforme observamos a seguir:

Crítérios para identificação de Evidenciais gramaticalizados (DE HANN, 1997a)

- a) os evidenciais podem ser geralmente definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição (Bybee, 1985; p. 184);
- b) os evidenciais não são a parte principal da cláusula (Anderson, 1986; p. 274);
- c) os evidenciais não mostram concordância com o falante (De Hann, 1996);
- d) os morfemas têm a expressão de EV como seu significado primeiro (Anderson, 1986; p. 274);
- e) os evidenciais não podem estar no escopo de um elemento negativo (De Hann, 1996).

O critério semântico descrito na letra (a) é aceito pelos estudiosos do assunto, porém os critérios sintáticos descritos de (b) a (e) compõem apenas uma tentativa de interpretação da evidencialidade.

Já Gonçalves (2003), que trata da relação entre gramaticalização, modalidade e evidencialidade no português do Brasil, ao avaliar os critérios propostos por Anderson (1986) chega à seguinte conclusão:

O critério (b) traduz o fato de os evidenciais não tomarem parte do conteúdo principal informado no enunciado; pelo critério (c), formas de primeira pessoa não ocorrem com uma forma que expressa EV; o critério (d) decorre da própria definição de EV dada pelo critério (a), o que não impede a forma de expressão de EV portar valores semânticos secundários, como, por exemplo, ME; e, finalmente, o critério (e) expressa a posição hierárquica superior de EV em relação à polaridade, também incluída no domínio das modalidades (GONÇALVES, 2003, p. 87).

Ainda em relação aos critérios adotados por Anderson, Aikhenvald (2003, *apud* BOYE; HARDER, 2009, p. 12) contesta, especificamente, o quarto critério, pois, para essa autora, os critérios (a), (b) e (c) podem ser considerados como características essenciais da evidencialidade, porém, o critério (d), referente à superfície de codificação da categoria nas línguas, não se enquadra entre as propriedades da evidencialidade, tendo em vista que ele não se aplica a sistemas linguísticos cuja distinção entre categorias flexionais e derivacionais não seja precisa. Aikhenvald entende que a “propriedade evidencialidade” é um fenômeno gramatical, mas também concebe a ideia de que ela possa se manifestar por meio de

elementos não gramaticais. Essa autora faz ainda a distinção entre “estratégias evidenciais” e evidencialidade propriamente dita, conforme podemos constatar no trecho a seguir:

Categories e formas que adquirem significados secundários de alguma forma relacionados com a fonte da informação são chamadas estratégias de evidencialidade. Elas são distintas de evidenciais propriamente ditos, cujo primário e - não raramente único - significado é a fonte da informação (AIKHENVALD, 2004, p. 105).²⁶

De qualquer forma, para Aikhenvald (2004) a referência à fonte de informação existe em qualquer língua, porém não são todas as línguas que apresentam evidencialidade gramatical, como podemos verificar na seguinte afirmação da autora:

Toda língua tem alguma forma de fazer referência à fonte da informação; mas nem todas as línguas têm evidencialidade gramatical. Apresentar meios lexicais para a especificação opcional da fonte do conhecimento é provavelmente universal - cf. Inglês: *acho que, ele diz que, eu ouvi que* etc., como verbos lexicais [...]. Estas expressões não são obrigatórias e não constituem uma categoria gramatical [...]. Expressões lexicais podem, é claro, prever fontes históricas para sistemas evidenciais [...]. Evidencialidade gramatical não é um fenômeno muito frequente; é encontrada em apenas 25 por cento das línguas do mundo (AIKHENVALD, 2004, p. 10-17)²⁷.

A partir dessa assertiva e das demais definições feitas pelos autores resenhados neste capítulo acerca do conceito de evidencialidade, verificamos que essa categoria pode-se manifestar tanto por meios gramaticais quanto por meios lexicais, e mais, que a evidencialidade gramatical não é frequente como categoria codificada nas línguas. Foi por comungar com a ideia de que em qualquer língua existe a possibilidade de se referenciar a fonte de uma informação, independentemente de ser por meios gramaticais ou lexicais, que

²⁶ Categories and forms which acquire secondary meanings somehow related with information source are called evidentiality strategies. They are distinct from evidentials proper, whose primary—and not infrequently exclusive—meaning is information source (AIKHENVALD, 2004, p. 105).

²⁷ Every language has some way of referring to the source of information, but not every language has grammatical evidentiality. Having lexical means for optional specification of the source of knowledge is probably universal—cf. English *I guess, they say, I hear that*, etc., as well as lexical verbs [...] These expressions are not obligatory and do not constitute a grammatical category [...] Lexical expressions may, of course, provide historical sources for evidential systems [...] Grammatical evidentiality is not a terribly frequent phenomenon; it is only found in about 25 per cent of the world’s languages.

propusemos a investigação da manifestação da evidencialidade no material didático impresso para ensino em EaD.

Hoff (1986, *apud* Dendale; Tasmowski, 1994, p. 4), por sua vez, entende que “um marcador evidencial assinala de que tipo de indícios se dispõe quanto à confiabilidade do enunciado no qual esse marcador está inserido”. Para Dendale e Tasmowski (1994), esse entendimento demonstra que quando assinalamos no enunciado o meio do qual retiramos a informação repassada, damos ao interlocutor a possibilidade de avaliar o grau de confiabilidade, a origem do conhecimento asseverado bem como a possibilidade de comparar a confiabilidade da informação com outras que tratam do mesmo assunto. Na página 6 desse mesmo estudo, esses autores definem um marcador evidencial da seguinte maneira:

[...] é uma expressão linguística que, no enunciado, indica se o locutor recebeu a informação transmitida de outra pessoa ou se foi produzida por ele mesmo, a partir de uma inferência ou uma percepção.

Esse conceito, porém, não identifica se a categoria evidencial é lexical ou gramatical, ou seja, eles incluem todos os meios linguísticos capazes de expressar de forma direta ou indireta a fonte da informação veiculada.

A concepção semântica da categoria evidencialidade, que é definida em termos do que representa na codificação, não na gramática, é mais abrangente que a concepção que abraça a ideia dessa categoria apenas como gramatical, pois para seus defensores (autores como Chafe (1986) e Crystal (1991)) ela não é só uma categoria que manifesta as evidências em si mesmas, mas também uma manifestação linguística e epistemológica que se relaciona ao comprometimento do falante com o conteúdo asseverado (BOYE; HARDER, 2009, p. 13).

Casseb-Galvão (2001), ao investigar os usos da expressão *diz que* no português escrito contemporâneo do Brasil, assume a evidencialidade como uma categoria linguística de domínio gramatical que pode ser original nos sistemas linguísticos, ou desenvolvida a partir de itens lexicais ou itens menos gramaticais pré-existentes. Os estudos de Casseb-Galvão indicam que a evidencialidade se mostra de forma bem mais ampla, ou seja, sem restrições relativas ao modo de codificação – gramatical ou lexical. Sendo assim, ela passa a ser considerada uma categoria que apresenta parâmetros cognitivos, comunicativo-funcional e pragmático, que pode se manifestar tanto por meios gramaticais quanto por meios lexicais.

Outros conceitos mais recentes sobre evidencialidade podem ser encontrados, por exemplo, em Vendrame (2005, p.15) ao afirmar que “a evidencialidade é entendida, de um modo geral, como a categoria linguística por meio da qual o falante indica como obteve a informação na qual se baseia para fazer uma afirmação”. Essa mesma autora, em sua tese de doutoramento, confirma, de forma resumida, sua compreensão sobre o conceito de evidencialidade ao dizer que “corresponde, em termos genéricos, à explicitação da fonte da informação contida em um enunciado” (VENDRAME, 2010, p. 16).

Santos (2008, p. 35), por sua vez, que investigou os efeitos comunicativos produzidos pelas categorias evidencialidade e modalidade epistêmica na fala e na escrita em artigos acadêmicos e entrevistas orais, assume que a evidencialidade “se refere à fonte de evidência que o falante possui para dar credibilidade, ou mesmo eximi-lo da responsabilidade da verdade da proposição”.

Já Lucena-Silva (2013, p. 20), que analisou a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais, assevera que:

A evidencialidade é definida como uma categoria linguística indicadora da fonte da informação. Seus efeitos de sentido estão relacionados a duas funções. A primeira função (mais básica) diz respeito à noção de que, a partir da fonte da informação, o falante revela o modo de obtenção dessa informação. A segunda, secundária em relação à primeira, está ligada ao efeito de que, a depender do tipo de fonte da informação, o falante demonstra também seu grau de comprometimento em relação ao conteúdo expresso na proposição.

Essa mesma autora assume, portanto, que a evidencialidade constitui um domínio conceptual-funcional responsável pela manifestação da fonte da informação, bem como os graus de comprometimento do falante com o conteúdo asseverado. A pesquisadora defende que a evidencialidade pode se manifestar tanto por elementos gramaticais quanto por elementos lexicais, enfatizando que, em relação à língua portuguesa, a evidencialidade ocorre primordialmente de forma lexical, pois seu uso está relacionado às intenções comunicativas do falante, uma vez que é ele quem vai decidir o modo de apresentação da fonte da informação (LUCENA-SILVA, 2013, p. 201).

Com base nos conceitos expostos, concebemos a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional, que pode se expressar por meios lexicais, gramaticais e em processo de gramaticalização, responsável por indicar a fonte da informação, o modo como essa informação foi concebida e, ainda, o grau de comprometimento do enunciador em

relação ao conteúdo asseverado. Essa forma de conceber a evidencialidade é adequada à análise dessa categoria em nosso *corpus*, tendo em vista que o objetivo da tese é analisar as estratégias evidenciais presentes no material didático impresso para EaD, no sentido de mostrar a seus produtores como elas podem auxiliá-los na construção de seus textos.

O suporte teórico escolhido (GDF) considera a evidencialidade um domínio que se distingue tanto por seu estatuto categorial (lexical, gramatical, semântico ou pragmático), como por sua funcionalidade na língua, atentando para o dinamismo e a interação que estabelece com os diferentes níveis de organização linguística (CASSEB-GALVÃO, 2011, p. 54).

Com relação aos tipos de evidencialidade existentes, uma das classificações pioneiras e que serviu de base para várias outras foi a de Willet (1988). Ele aborda a evidencialidade em seu sentido estrito, considerando-a como uma categoria indicadora da fonte da informação em 38 línguas distintas, levando em consideração a natureza primária ou secundária da fonte da informação, visando observar a existência de dois tipos de evidência: a *direta* e a *indireta*. A proposta feita por esse autor encontra-se resumida no quadro a seguir:

Quadro 1 - Tipos de evidencialidade

Tipos de Evidência	Evidencialidade direta	Atestada	Visual	Ouvir dizer
			Auditiva	
			Outros	
	Evidencialidade indireta	Relatada	Segunda mão	
			Terceira mão	
			Mito	
Inferida	Resultados			
	Raciocínio			

Fonte: WILLET (1988).

A evidência *direta* ocorre quando o próprio falante a atesta através da visão, da audição e/ou de outros sentidos, isto é, o falante é a fonte da informação dada, é ele quem afirma. Já a evidência *indireta* é advinda de outras fontes, o falante diz que teve acesso à informação por meio de terceiros ou por meio de inferência que fez com base em algo possível de ser constatado. A evidência *indireta* apresenta dois tipos, a saber: *relatada* e

inferida. A primeira se subdivide em: *relatada de segunda mão* (o falante afirma ter sabido da informação através de alguém que foi testemunha direta do fato ocorrido); *relatada de terceira mão* (o falante afirma ter sabido da informação através de um boato, ou seja, não foi de uma testemunha direta); e *mito* (o falante obteve a informação a partir de uma história oral consagrada). A segunda se subdivide em: *inferida de resultados* (percebida a partir da dedução, da inferência que se faz com base na percepção pelos órgãos do sentido, isto é, o falante infere a situação descrita a partir de evidências observáveis); e *inferida de raciocínio* (o falante infere a situação relatada com base na intuição, na lógica, em experiências prévias ou em algum construto mental).

Willet (1988, p. 67) ilustra sua classificação com alguns exemplos de expressão evidencial da língua indígena kashaya:

(01) momaay
entrou:EV
(Acabei de ver que) ele entrou. (Marca evidencial visual direta)

(02) qacuhse hqamac'keʔdomta
grama:jogo jogar:FUTURO:ASSERÇÃO:EV:RESPOSTA
Me disseram que eles vão jogar o jogo da grama. (Marca evidencial relatada de terceira mão)

(03) cuhnii muʔaqʒ
O pão está assado (eu posso sentir). (Marca evidencial inferida)

Botne (1997), ao estudar o sistema evidencial do lega (Língua banto falada no leste do Zaire), aponta duas falhas na tipologia de Willet (1998). A primeira está relacionada à colocação das evidências relatadas e inferidas num mesmo patamar. A segunda refere-se às terminologias, “tipos de evidência” e “fontes de evidência”, para indicar a subdivisão dos evidenciais em evidência atestada, relatada e inferida. Botne entende que há duas instâncias distintas que se apresentam superpostas no trabalho de Willet, que são: i) o modo como se obtém a informação, o tipo de evidência (Willet); e ii) a fonte da informação. Ao separá-los, quando fazemos a classificação de uma evidência como atestada, relatada ou inferida, estamos mostrando, de fato, o modo como a informação foi obtida. Mas, segundo Frawley (1992, *apud* BOTNE, 1997), a fonte da informação pode ser o próprio falante ou uma terceira pessoa. De acordo com Botne (1997), as classificações de Willet e de Frawley têm relação direta com as características próprias da evidencialidade peculiares às línguas que eles estudaram. Dessa

forma, Botne entende que o sistema evidencial tanto pode estar baseado no modo de obtenção da informação quanto na fonte do conhecimento.

Cabe ressaltar que os trabalhos de Willet, Botne e Frawley são feitos com base em línguas em que a evidencialidade é marcada por meios gramaticais. Em relação ao português brasileiro (PB), seu sistema evidencial, ainda que emergente, parece distinguir os significados evidenciais tanto com base no modo de obtenção da informação como no tipo de fonte. Sendo assim, ambas as categorias podem servir para fazer a distinção dos sentidos evidenciais (CASSEB-GALVÃO, 2001; VENDRAME, 2005; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2009).

De Haan (2001), assim como Willet, divide a evidencialidade em *direta* e *indireta*. Na evidencialidade direta, o falante obtém a informação porque testemunhou uma determinada situação (evidência atestada). Na evidencialidade indireta, o falante obtém a informação por meio de outro falante (evidência relatada), ou infere a situação a partir de seus resultados ou a partir de raciocínio lógico (evidência inferida). O que muda da classificação de Willet para a de De Haan é que a evidencialidade relatada se apresenta de três tipos: *definida* (quando a fonte é explicitada), *indefinida* (quando apenas se remete à existência da fonte, sem explicitá-la) e de *domínio comum* (quando a fonte da informação é um saber assumido como compartilhado).

Em estudo sobre a evidencialidade gramatical em mais de 500 línguas de várias partes do mundo, Aikhenvald (2004), assim como Willet, não faz distinção entre “fonte da informação” e “modo de obtenção da informação”. Para essa autora, portanto, ao marcar a fonte da informação transmitida já está sendo indicado como essa informação foi adquirida. Sendo assim, ao levar em consideração a fonte da informação como sendo o significado primário da evidencialidade enquanto categoria gramatical, Aikhenvald organiza sua descrição do fenômeno em termos da complexidade e dos significados codificados pelos “sistemas evidenciais” (“um conjunto paradigmático de formas” (AIKHENVALD, 2004, p.67)).

Aikhenvald agrupou as línguas de acordo com o sistema gramatical evidencial que elas apresentavam. Esses sistemas se apresentam de acordo com a quantidade de fontes da informação codificadas e com a maneira como elas são marcadas. A autora esclarece que existem também sistemas de duas possibilidades, portanto mais simples, que marcam, de certa forma, a evidência direta e a evidência indireta. Porém, há outros sistemas que envolvem, pelo menos, uma especificação sensorial, uma evidência direta (ou visual) bem como especificações de evidencialidade inferida e relatada. Existem, por outro lado, outros sistemas que envolvem uma ou duas especificações sensoriais, tais como quando aparece evidência

visual e evidência sensorial não-visual, e especificações de evidencialidade inferida e relatada. Há, ainda, sistemas evidenciais bem mais complexos, que permitem cinco ou mais possibilidades de codificação de evidencialidade, isto é, um sistema que marca, por exemplo, uma evidência visual, sensorial não-visual, inferida, assumida e reportativa. Exemplos de sistemas evidenciais mais complexos, a autora encontrou na língua Tariana, falada no noroeste da Amazônia:

(12):

a. *Evidência direta (visual):*

Juse irida di-manika-ka

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.VIS.

José jogou futebol (“nós vimos”)

b. *Evidência direta (não-visual):*

Juse irida di-manika-mahka

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.NONVIS.

José jogou futebol (“nós o ouvimos”)

c. *Inferencial:*

Juse irida di-manika-ninka

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.INFR.

José jogou futebol (“nós inferimos isso com base em evidência visual”)

d. *Assumida:*

Juse irida di-manika-sika

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.ASSUM.

José jogou futebol (“nós assumimos isso com base no que conhecemos”)

e. *Reportada:*

Juse irida di-manika-pidaka

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.REP.

José jogou futebol (“nós ouvimos isso de alguém”)²⁸

Em (a), o falante assume a fonte da informação por meio de evidência direta visual. Em (b), a evidência é baseada em uma experiência sensorial auditiva. Em (c), a inferência é baseada em uma evidência visual e, em (d), a inferência é baseada no conhecimento que o falante tem. Equivalem, respectivamente, à inferida de resultados e de

²⁸ Traduzido de AIKHENVALD (2004, p. 2-3).

raciocínio nos termos de Willet (1988). Em (e), o falante apresenta uma fonte externa a ele, reportada, indicando que obteve a informação a partir do que ele ouviu de outrem, o que equivale a “ouvir dizer”, na terminologia de Willet.

Para Aikhenvald (2004), a evidencialidade pode não formar uma categoria expressa por uma mesma categoria gramatical em determinada língua e, sim, pode ser expressa por diferentes categorias gramaticais. Segundo a autora, línguas como o inglês, em que a fonte da informação é expressa primordialmente por meios lexicais, não apresentam um sistema evidencial, mas sim “estratégias evidenciais”.

Em relação ao português brasileiro, Aikhenvald afirma não haver um sistema evidencial gramaticalizado, porém, em trabalho sobre evidencialidade, Casseb-Galvão (2010) afirma que Aikhenvald não apresenta dados empíricos suficientes que comprovem tal constatação e aponta indícios que justificam haver, sim, um sistema evidencial gramaticalizado no português do Brasil.

Os indícios encontrados por Casseb-Galvão (2010) relacionam o comportamento funcional refletido pelo [*diski*] no português do Brasil às características apontadas por Aikhenvald: (i) o [*diski*] do português do Brasil se comporta semelhantemente ao do espanhol da América do Sul, cujas propriedades semânticas e funcionais demonstram que tal item é frequentemente utilizado como um evidencial marcador de gênero (*token* - unidade linguística funcional, independentemente de seu significado - de narrativa) em sistemas evidenciais simples; (ii) o uso do [*diski*] como *token* de narrativa no português do Brasil pode estar relacionado ao contato com línguas indígenas de substrato, localizadas no Norte do país. Diz Casseb-Galvão que Aikhenvald inclui o Norte do Brasil como uma área de concentração de línguas com sistemas evidenciais gramaticalizados.

Passemos, agora, à classificação dada pela Gramática Discursivo-Funcional para o estudo da evidencialidade. Escolhemos esta proposta tipológica por ela permitir tanto a análise de itens lexicais (advérbios, por exemplo, que são chamados de *modificadores*), quanto gramaticais (afixos, por exemplo, que são chamados de *operadores*) de codificação da evidencialidade, por observar as expressões evidenciais comuns nas línguas, bem como fazer distinção das funções interpessoal e representacional.

Dessa forma, a evidencialidade presente nos enunciados analisados funciona como um domínio multifuncional que pode expressar a fonte do conteúdo asseverado, o modo como a informação foi adquirida e o grau de comprometimento do falante com o enunciado. Outro fator importante que nos motivou a utilizar essa tipologia é que a GDF nos permite

descrever esse fenômeno em estruturas maiores que a frase, o que nos possibilita fazer um estudo mais amplo da evidencialidade presente no *corpus*.

Nessa proposta, Hengeveld e Mackenzie (2008) apresentam quatro categorias tipológicas para a evidencialidade, são elas: a *reportativa*, a *inferida*, a *genericidade* e a *percepção de evento*, que vão atuar em camadas distintas.

A *evidencialidade reportativa* vai atuar no Nível Interpessoal, ela funciona como uma categoria que modifica o Conteúdo Comunicado e indica a retransmissão desse conteúdo por outro Falante no interior de seu próprio Ato Discursivo, como podemos observar no exemplo²⁹ abaixo:

(16) ‘Eu não estou indo ainda’, disse Bill. ‘Mas nós chegaremos atrasados’, disse Maria. ‘Isso não é tão importante’, disse Bill.³⁰

Esse exemplo é composto por três *Moves*, três Atos Discursivos, três Conteúdos Comunicados e três modificadores reportativos. Cada *Move* apresenta um Ato Discursivo e em cada Ato Discursivo há um Conteúdo Comunicado (aparecem marcados pelas aspas) e um modificador reportativo (no caso, “Disse Bill.”, “Disse Maria.”).

No Nível Representacional, a *evidencialidade inferida* se manifesta nas camadas da Proposição e do Estado-de-Coisas. Na Proposição, ela relata o modo como o Falante obteve a informação contida no Conteúdo Proposicional, isto é, se foi por meio de inferência advinda de evidência sensorial, de inferência derivada de conhecimento existente ou por meio de inferência advinda de um conhecimento geral acumulado na comunidade. Hengeveld e Mackenzie (2008) ilustram esse tipo evidencial com o seguinte exemplo:

(17) "Ele deve ter matado um urso."³¹

No exemplo (17), o operador “deve” indica que o falante inferiu algo baseado em alguma evidência constada ou sensorialmente ou por meio de conhecimento existente em relação ao fato ou, ainda, advinda de um conhecimento geral acumulado na comunidade.

²⁹ Os exemplos 16 a 33 citados a partir de agora neste capítulo foram traduzidos de Hengeveld e Mackenzie, 2008.

³⁰ (16) ‘I’m not leaving yet,’ Bill said. ‘But we’ll be late,’ Mary said. ‘That’s not so important,’ Bill said. (p. 103).

³¹ (17) ‘He must have killed a bear.’ (p. 155).

A *Genericidade* é uma espécie evidencial que também aparece na camada da Proposição, ocorrendo quando um Conteúdo Proposicional é apresentado como um conhecimento que já é comum em uma comunidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, pp.155-156). Sobre essa espécie evidencial seus autores se posicionam afirmando que:

Uma categoria final da evidencialidade que é relevante nessa camada é a genericidade. Em muitas línguas esta categoria é expressa através de tipos especiais de construção, e não através de marcadores morfológicos específicos. Nós a consideramos uma subcategoria de evidencialidade, uma vez que ela caracteriza um conteúdo proposicional como sendo parte do corpo de conhecimento comum disponível dentro de uma determinada comunidade.³²

A *Percepção de Evento* é o tipo de evidencialidade que está atrelada ao Estado-de-Coisas, marcando se este foi atestado pelo Falante por meio de algum sentido, conforme podemos observar no exemplo, a seguir:

(18)"Aqui estamos justamente agora (falando)."³³

Adotamos a tipologia dos evidenciais proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) na análise do *corpus*, tendo em vista a possibilidade de adequação da abordagem em níveis e camadas que esse modelo gramatical permite, o que é oportuno para a análise proposta.

A seguir, fizemos uma abordagem sobre a relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica.

³² A final evidential category that is relevant at this Layer is genericity. In many languages this category is expressed through special construction types rather than through specific morphological markers. We consider this to be an evidential subcategory, since it characterizes a Propositional Content as being part of the body of common knowledge available within a certain community. (p.156).

³³ (18) 'Here we are right now (talking).' (p.177).

3.2 A relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica

A relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica traz à baila uma discussão já bastante arraigada entre os estudiosos que tentam traçar um limite entre os domínios dessas categorias linguísticas. Essa dificuldade de estabelecer fronteiras entre elas explica, conforme Gonçalves (2003), a existência de, pelo menos, quatro tipos distintos de posicionamentos acerca dessa relação. O primeiro posicionamento é defendido por autores como Hardman (1986). Para este autor, a modalidade epistêmica trata de enunciados nos quais o enunciador expressa explicitamente seu comprometimento com a verdade do conteúdo asseverado, enquanto a evidencialidade indica tão somente a fonte da informação. Portanto, ele não admite uma relação conceptual entre as duas categorias, afirmando haver uma disjunção entre elas.

O segundo posicionamento é defendido por estudiosos que aceitam uma relação de inclusão entre essas categorias, pois entendem que a evidencialidade é uma subcategoria da modalidade epistêmica (Hengeveld, 1988, 1989; Dik, 1989); ou assumem a modalidade como uma subcategoria da evidencialidade (Nuyts, 1993). Para Nuyts (1993), a evidencialidade indica tanto a fonte do conhecimento quanto inclui o grau de certeza do falante sobre o conteúdo veiculado à codificação da fonte do conhecimento. Esse autor se posiciona no sentido de afirmar que todo conhecimento epistêmico se consolida em evidências; é por essa razão que ele entende a evidencialidade como categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, discordando, portanto, da formulação da Gramática Funcional.

Para os defensores do terceiro posicionamento, Auwera e Plungian (1997), há, na verdade, uma sobreposição dos conceitos de modalidade epistêmica e de evidencialidade. Esses autores acreditam que existe uma identidade entre alguns valores evidenciais e epistêmicos.

De Haan (1997a), defensor do quarto posicionamento, acredita haver uma neutralidade do valor evidencial em relação ao valor epistêmico, entendendo as estratégias evidenciais como categoria que serve para mostrar o grau de evidência que um falante tem para a afirmação, quem interpreta o valor modal da declaração é o ouvinte, porém em relação ao comprometimento com a verdade da proposição, essas expressões são neutras. Sendo assim, De Haan acredita que modalidade epistêmica e evidencialidade apresentam elementos comuns, como o envolvimento do falante com seu ato de fala, entretanto esse elemento

comum não se trata do comprometimento com a verdade do conteúdo asseverado, mas de uma interpretação do ouvinte em relação a esse comprometimento por parte do falante.

Esse conflito existente entre modalidade epistêmica e evidencialidade está longe de ser solucionado. Ao discutir essa relação, Dall’Aglío-Hattner (1995; 1999) considera a evidencialidade como uma categoria semântica superior e necessária à qualificação modal epistêmica e assume que apesar de elas se relacionarem no uso da linguagem, são conceitualmente independentes, pois a evidencialidade indica a fonte da informação, e a modalidade epistêmica se relaciona ao julgamento feito pelo falante acerca do conteúdo asseverado.

Pezatti (2003) é do mesmo posicionamento que Dall’Aglío-Hattner (1995; 1999). Em sua concepção, a modalidade epistêmica é um constituinte de nível mais baixo, portanto, ocupa posições mais próximas do núcleo predicador, enquanto a evidencialidade constitui o nível mais alto, ocupando preferencialmente posição inicial na oração, pois seu caráter é mais externo e hierarquicamente superior.

Neves (2010, p. 164) propõe que:

A modalização epistêmica (que basicamente envolve uma atitude do falante) necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento, com a qual o falante pode não estar comprometido. [...] conhecer a base epistêmica da informação que a linguagem veicula é tão importante quanto conhecer a própria informação.

A pesquisadora diz não ser consensual entre os estudiosos o conceito de evidencialidade e que é conflituosa a relação desta com a modalidade epistêmica, uma vez que “a expressão de uma fonte de conhecimento implica modalização do nível do conhecimento, o que configura a coocorrência das duas categorias” (NEVES, 2010, p. 165).

Por outro lado, a autora chama a atenção para o fato de que a hierarquização da evidencialidade sobre a modalidade epistêmica se dá no nível cognitivo, não no nível gramatical, fato este que se torna relevante para a concretização desta pesquisa, tendo em vista que adotamos a evidencialidade como categoria superior à modalidade epistêmica.

Lucena-Silva (2013, p. 58) diz que as divergências resultantes do conflito entre os domínios conceituais da modalidade epistêmica e da evidencialidade decorrem de, pelo menos, dois fatores: i) a maior parte das línguas, principalmente as ocidentais, não apresenta morfemas específicos tanto para a manifestação epistêmica quanto para a evidencial, como é

o caso de línguas como o francês, o espanhol, o italiano, o português; ii) a função secundária da evidencialidade no que tange à manifestação do grau de comprometimento do falante com a verdade da informação. Há certos tipos de evidenciais no português, por exemplo, que manifestam não apenas a fonte de uma informação ou modo como uma informação foi adquirida, mas também demonstram o grau de comprometimento do falante em relação ao conteúdo proposicional por ele expresso.

Nuyts (1992, 1993, 2001) considera que a evidencialidade e a modalidade epistêmica constituem domínios conceitualmente independentes entre si. A primeira diz respeito à fonte da informação ou ao modo de obtenção da informação, e a segunda indica a atitude do falante em relação ao conteúdo por ele expresso (CASSEB-GALVÃO, 2001; DALL'AGLIO-HATTNER, 1995; LUCENA, 2008; LUCENA-SILVA, 2013; CARIOCA, 2005; CARIOCA, 2009 etc.). Assumimos a evidencialidade não apenas como um componente conceitual-funcional básico às línguas naturais, mas, também, como um domínio hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, que, dependendo do contexto de uso e dos objetivos comunicativos envolvidos na interação verbal, pode indicar, ainda, o nível de comprometimento do falante com o conteúdo asseverado.

Cabe ressaltar, entretanto, que, apesar de considerarmos a perspectiva adotada por Nuyts de que fatores cognitivos e discursivos determinam a manifestação linguística dos fenômenos da evidencialidade e da modalidade, e que a evidencialidade constitui uma experiência conceitual independente e hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, acreditamos, assim como Casseb-Galvão (2011, p. 50), que:

[...] nem todos os processos cognitivos, sociais e discursivos, envolvidos na interação, podem ser distintos, ou seja, nem todas as relações subjacentes ao uso da língua e expressas a partir das expressões linguísticas são plenamente descritíveis.

Isso significa dizer que, no uso efetivo da linguagem, não há uma relação icônica plena entre as qualificações evidenciais e modais. Apesar de “fonte da informação” e “julgamento do falante” serem conceitos considerados pelos falantes como diferentes, existem línguas, como o português, que não apresentam uma categoria linguística (*stricto sensu*) para a codificação privativa desses domínios funcionais (LUCENA-SILVA, 2013).

Por fim, vale citar o que foi dito, resumidamente, por Lucena-Silva (2013) em relação aos valores epistemológicos e evidenciais:

[...] entendemos, com base em Casseb-Galvão (2011a), que os valores epistemológicos e evidenciais podem atuar sobre proposições e estado-de-coisas e auxiliar na composição do efeito de (des)comprometimento do falante sobre o conteúdo enunciado, lembrando, no entanto, que as unidades evidenciais têm como função primária a indicação da fonte ou do modo de obtenção de uma informação, e não a codificação das operações lógico-modais básicas. Isso significa dizer, como se pode depreender de Casseb-Galvão (2011a), que ambas as qualificações atuam no nível proposicional, no plano das relações interpessoais, sendo a evidencialidade uma qualificação que, diferentemente da modalidade epistemológica, não integra o conteúdo proposicional, mas apenas incide sobre ele, ou seja, sobre o conteúdo enunciado, que é avaliado em termo de “intersubjetividade”, ou melhor, em termos da qualidade (tipo) da fonte da informação expressa no enunciado (LUCENA-SILVA, 2013, p. 63).

Diante do exposto, vale ressaltar que, as estratégias evidenciais verificadas nos materiais didáticos impressos para EaD foram analisadas tanto do ponto de vista da indicação da fonte quanto dos efeitos de comprometimento com as informações veiculadas.

Como esta pesquisa aborda aspectos da relação existente entre modalidade (epistêmica) e evidencialidade, cabe aqui um espaço para uma discussão sobre o conceito e os tipos de modalidade.

As investigações sobre modalidade remontam à Antiguidade Clássica e são consideradas pelos estudiosos do assunto como muito complexas em decorrência de sua generalidade e por não existir uma homogeneidade em sua definição. Neves (2010, p. 151) afirma que definir modalidade não é uma tarefa fácil, tendo em vista esse conceito envolver tanto o significado das expressões modalizadas quanto “a delimitação das noções inscritas no domínio conceptual implicado”.

Estudar modalidade linguística é de fundamental importância quando se pensa em reconstruir a intenção comunicativa de um texto, uma vez que as expressões modais funcionam como marcas enunciativas da opinião, do conhecimento ou da intenção do falante em uma situação comunicativa. Elas são caracterizadas pela subjetividade, tendo em vista que exprimem uma relação de comprometimento do falante com aquilo que ele diz. Ainda que não seja revelada a fonte de seu conhecimento, de suas crenças, ao modalizar seu discurso, o falante se posiciona diante daquilo que é dito, isto é, “implica a ideia de que uma análise semântica permite distinguir, num enunciado, um dito (às vezes denominado “conteúdo proposicional”) e uma modalidade – um ponto de vista do sujeito falante sobre um conteúdo” (CERVONI, 1989, p. 55).

Entendemos, pois, de acordo com Nogueira (2011, p. 61), que “no âmbito da ciência Linguística, a modalidade é definida como uma qualificação do enunciado relativa ao julgamento do falante sobre a verdade de uma proposição”. Desta forma, compreendemos que

o conceito de modalidade está relacionado à maneira como se diz algo, portanto, ele se vincula ao discurso, ao falante, ao ouvinte e à maneira como aquilo que se diz é dito.

Categorizar modalidade também não é uma tarefa fácil, tendo em vista que cada autor, de certa forma, apresenta sua própria classificação. Mas, de um modo geral, uma coisa é certa, necessidade e possibilidade são conceitos que se fazem presentes na maioria das classificações de modalidade.

Lyons (1977) entende a modalidade como a maneira pela qual o falante mostra suas opiniões em relação a uma proposição, considerando dois tipos de modalidade:

(i) a *epistêmica*, que se refere aos enunciados em que o enunciador demonstra explicitamente seu comprometimento com a verdade do que diz. Ele a divide em *modalidade epistêmica objetiva*, relacionada à expressão de um evento aceito ou que possa ser comprovado cientificamente, e *modalidade epistêmica subjetiva*, concebida como uma afirmação do falante, isto é, ele é a fonte da informação dada;

(ii) a *deôntica*, relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis.

Esta subdivisão da modalidade epistêmica dada por Lyons é pouco sustentável tendo em vista que a modalidade epistêmica subjetiva também pode ser manifestada em um conhecimento científico.

Palmer (1986) resume sua tipologia das modalidades conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 - Tipologia das modalidades

Modalidade dinâmica	Modalidade epistêmica	Modalidade deôntica
CAPACIDADE HABILIDADE	JULGAMENTOS EVIDÊNCIAS	DIRETIVA COMISSIVA VOLITIVA AVALIATIVA

Fonte: PALMER (1986).

A *modalidade dinâmica* está relacionada à capacidade/habilidade ou disposição do sujeito, não se vinculando, portanto, à expressão de opinião ou atitude do falante.

Com base no quadro 2, a evidência aparece como uma subcategoria da modalidade epistêmica, portanto, ele a considera como um domínio semântico englobado pela modalidade epistêmica. Para Palmer, a *modalidade epistêmica* é uma categoria que indica o grau de comprometimento do falante com aquilo que ele está expondo. Ele a divide em: *juílgamentos*, que vão denotar proposições afirmadas com dúvida, na condição de hipótese; e *evidências*, que vão denotar as proposições ditas com convicção relativa, para as quais o ouvinte pode fazer questionamentos que exigem respostas/justificativas evidenciais. Com relação à *modalidade deôntica*, este autor afirma que ela se orienta para o falante, ou seja, o sistema modal contém um elemento de vontade que envolve a ação do falante ou de outra pessoa. Palmer (1986) a divide em: *diretiva*, *comissiva*, *volitiva* e *avaliativa*.

Klinge (1996) propõe a seguinte tipologia de modalidade: *modalidade epistêmica*, que se relaciona à forma com que o falante exprime a veracidade de uma proposição; *modalidade deôntica*, que se refere ao modo como um ato é socialmente ou legalmente definido; e *modalidade dinâmica*, que indica a capacidade, a habilidade ou a disposição de alguém para realizar algo.

Já Hengeveld (1988, p. 233) reconhece três tipos de modalidade: a *inerente*, a *objetiva* e a *epistemológica*. A primeira relaciona-se ao participante e ao conteúdo do predicado, ou seja, ela é interna ao Estado-de-Coisas e é expressa por “todos aqueles meios linguísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante em um Estado-de-Coisas e a realização potencial desse Estado-de-Coisas”.

A segunda relaciona-se à avaliação feita por um falante a respeito de um Estado-de-Coisas e expressa “todos aqueles meios linguísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade de um Estado-de-Coisas em termos de seu conhecimento dos Estado-de-Coisas possíveis” (HENGEVELD, 1988, p. 233). Ela se subdivide em *epistêmica* e *deôntica*. Esta se dá quando são percebidas determinadas situações possíveis de ocorrerem em um dado sistema de convenções morais, legais ou sociais. Aquela ocorre quando são conhecidas determinadas situações possíveis que são avaliadas a partir da concepção de realidade ou de situações imaginárias na informação pragmática do falante.

A terceira, *epistemológica*, por sua vez, exprime o grau de comprometimento do falante com aquilo que é expresso e pode ser constatada em “todos aqueles meios linguísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição” (HENGEVELD, 1988, p. 233). A *modalidade epistemológica subjetiva* não pode ser questionada, tendo em vista que, ao modalizar subjetivamente, o falante passa a ser a própria fonte da informação. Esse tipo contempla duas outras subespécies: a *epistêmica* e a

bulomaica. Esta se refere à necessidade e a possibilidade relacionadas aos desejos do falante, aquela se refere a um julgamento apresentado pelo falante sobre o conteúdo proposicional que pode ser expresso através de uma certeza, uma probabilidade ou uma possibilidade. A *modalidade epistemológica evidencial* ocorre quando o falante pode não ser a fonte de uma informação dada, ele pode até fazer um julgamento sobre tal informação contida na proposição, mas não se apresenta como fonte, o conteúdo da proposição não é seu. Ela se subdivide em: *inferencial*, *citativa* e *experencial*. Na *modalidade evidencial inferencial*, o conteúdo é caracterizado como sendo inferido pelo falante a partir de uma evidência; na *modalidade evidencial citativa*, o evento é relatado a partir de uma outra fonte que não é o falante, e, na *modalidade evidencial experencial* o evento é experienciado pelo falante.

Hengeveld apresenta a arquitetura dessa proposta da seguinte forma:

Quadro 3 - Tipologia das modalidades

Modalidades Hengeveld (1988, 1989)	Modalidade Inerente			
	Modalidade Objetiva	Epistêmica		
		Deontica		
	Modalidade Epistemológica	Subjetiva	Epistêmica	
			Boulomaica	
		Evidencial	Inferencial	
			Citativa	
			Experencial	

Fonte: HENGEVELD (1988, 1989).

Com base nessa classificação de Hengeveld, a evidencialidade se apresenta como uma subcategoria da modalidade epistemológica. Esta modalidade é fruto da avaliação do conhecimento que tem o falante sobre uma proposição, pois se liga ao eixo do conhecimento, da crença, do saber, referindo-se a qualquer enunciado no qual o falante deixa claro seu comprometimento com a verdade daquilo que está sendo enunciado. Ela se faz presente em enunciados nos quais o enunciador expressa explicitamente seu comprometimento com a verdade do conteúdo, qualifica as crenças, opiniões e o comprometimento do falante com o que diz.

Já em Hengeveld (2004), o teórico funcionalista trata da modalidade propondo dois critérios ou parâmetros: *domínio de avaliação*, perspectiva a partir da qual é executada a

avaliação; e *alvo de avaliação*, parte ou instância do enunciado que é modalizada. Com respeito ao domínio de avaliação, as modalidades podem ser *facultativa*, *deôntica*, *volitiva*, *epistêmica* e *evidencial*. Com relação ao segundo parâmetro - *o alvo de orientação da modalidade*, Hengeveld distingue os seguintes alvos: *o participante*, *o evento* e *a proposição*.

No modelo da Gramática Discursivo-Funcional, a classificação da modalidade, apresentada por Hengeveld e Mackenzie (2008), não se vincula mais a camadas oracionais, mas a orientações que levam em consideração o *alvo* e o *domínio da avaliação* de uma distinção modal, portanto, quanto ao alvo, a modalidade pode ser:

1. *orientada para o participante* - equivale à relação entre um participante e um evento, e a possibilidade de esse evento acontecer, ou seja, o falante atribui a possibilidade de o evento acontecer à capacidade intrínseca do participante em realizar um determinado ato, conforme vemos no exemplo a seguir:

(19) Você está habilitado a nadar (a participar deste curso).³⁴

Esse exemplo mostra que o alvo da avaliação desta distinção modal é o participante do evento. O fato é avaliado pelo falante como dependente da capacidade intrínseca do participante que, no caso, é representado pelo pronome “você”.

2. *orientada para o evento* - ocorre quando o próprio evento descrito no enunciado é o alvo da distinção modal. Equivale à avaliação do estatuto de realidade de um evento, ou seja, o falante avalia a possibilidade de ocorrência deste evento como sendo dependente das circunstâncias em que esse evento ocorre, como bem mostra o exemplo abaixo:

(20) Certamente, ele deve ter esquecido.³⁵

O alvo da avaliação da distinção modal dada nesse exemplo passa a ser o próprio evento. São utilizadas uma expressão modal orientada para a proposição (*certamente*) e uma expressão modal orientada para o evento (*deve ter*), descrevendo a possibilidade de um

³⁴ (18) You have to be able to swim (to participate in this course). (p. 213).

³⁵ (19) Certainly he may have forgotten. (p. 174).

Estado-de-Coisas acontecer (*ele esqueceu*), ou seja, o falante mostra sua certeza sobre a ocorrência de uma possibilidade objetiva.

3. *orientada para a proposição* - ocorre quando o conteúdo da verdade de um enunciado é o alvo da distinção modal. Especifica o grau de comprometimento em relação ao conteúdo asseverado. Ela mostra as crenças do falante, conforme podemos observar no exemplo a seguir:

(21) “Provavelmente/ evidentemente/ indubitavelmente/ Sheila está doente.”³⁶

Os modificadores (Provavelmente/ evidentemente/ indubitavelmente) do conteúdo proposicional (*Sheila está doente*) indicam que o conteúdo pode ser avaliado em termos de seu valor de verdade.

Quanto ao domínio da avaliação de uma distinção modal, a modalidade é exercida através de cinco tipos:

1. *modalidade facultativa* – também pode ser chamada de “dinâmica”, é referente às capacidades intrínsecas (estar habilitado para) ou adquiridas (saber como), como observamos nos exemplos a seguir:

(22) Eu não estou apto para trabalhar.³⁷

(23) Eu sei como colocá-lo.³⁸

Em (22), o enunciador, por meio da negação de uma capacidade (“não estou apto”), expressa sua falta de habilidade para o trabalho, ou seja, sua incapacidade, ainda que momentânea, para exercer uma determinada função; e, em (23), ele expressa sua capacidade.

2. *modalidade deôntica* - é referente à maneira com que o enunciador se expressa em relação ao conteúdo asseverado; diz respeito ao que é socialmente aceito, ao que é certo, ao que é legal, conforme disposto no exemplo abaixo:

(24) Eu devo comer.³⁹

³⁶ (20) “Probably/ evidently/ undoubtedly Sheila is ill.” (p. 151).

³⁷ (21) ‘I am not able to work.’ (p. 212).

³⁸ (22) ‘I know how to put it.’ (p.212).

³⁹ (23) ‘I must eat.’(p. 213)

Em (24) o enunciador atribui a si, através do verbo auxiliar modal “dever”, uma obrigação.

3. *modalidade volitiva* – é referente àquilo que se deseja, como observamos em (25), em que o enunciador expressa seu desejo de realizar algo.

(25) Nós queremos sair.⁴⁰

4. *modalidade epistêmica* – é referente ao que se conhece sobre o mundo propriamente dito, conforme o seguinte exemplo:

(26) Provavelmente, Sheila está doente.⁴¹

Nesse exemplo, o enunciador, provavelmente conhecedor da assiduidade dessa pessoa, tenta justificar sua ausência.

5. *modalidade evidencial* – é referente à fonte do conteúdo asseverado, como observamos no exemplo, a seguir:

(27) Aparentemente, ele está provavelmente vivendo no Condado de Lanark, na Escócia.⁴²

Nesse exemplo, o enunciador faz uma inferência baseado em informação previamente adquirida.

Do cruzamento dos três alvos da avaliação de uma distinção modal com os cinco domínios atribuídos à modalidade surgem subtipos modais:

- *modalidade facultativa orientada para o participante* – este subtipo se responsabiliza por descrever a habilidade de um participante se engajar no evento que foi designado pelo predicado, conforme observamos nos exemplos abaixo:

(28) "Eu não sou apto para trabalhar."⁴³

⁴⁰ (24) ‘We want to leave.’ (p. 213)

⁴¹ (25) “Probably Sheila is ill.” (p. 151)

⁴² (26) “Apparently he is probably living in Lanarkshire.” (p. 153).

⁴³ (27) ‘I am not able to work.’ (p. 212)

(29) "Eu sei como colocá-lo."⁴⁴

- *modalidade facultativa orientada para o evento* – volta-se para a caracterização física ou circunstancial que contribuem para a realização de um evento, conforme exemplo, a seguir:

(30) Pode demorar três horas para chegar lá.⁴⁵

- *modalidade deôntica orientada para o participante* – é responsável por descrever uma obrigação ou permissão de um participante para se envolver no tipo de evento determinado no enunciado, conforme demonstra o exemplo a seguir:

(31) "Qualquer um tem que tirar os sapatos aqui." (Literalmente "Há retirada de sapatos aqui.")⁴⁶

- *modalidade deôntica orientada para o evento* – mostra o que é permitido ou obrigatório dentro das convenções sociais, levando em consideração aspectos morais e legais estabelecidos dentro de uma comunidade, ou seja, traça as condutas adequadas que cada participante deve seguir, conforme observamos no seguinte exemplo:

(32) "Entrada proibida."⁴⁷

- *modalidade volitiva orientada para o participante* – descreve a vontade do participante em se envolver no evento proposto no enunciado, como podemos observar em (33):

(33) "Queremos sair."⁴⁸

⁴⁴ (28) 'I know how to put it.' (p.212)

⁴⁵ (29) It can take three hours to get there. (p.176)

⁴⁶ (30) 'One has to take off one's shoes here.' (lit. 'There is taking off of shoes here.') (p. 176).

⁴⁷ (31) 'Begging prohibited.' (lit. 'There isn't begging.') (p. 176).

⁴⁸ (32) 'We want to leave.' (p. 176).

- *modalidade volitiva orientada para o evento* – faz a caracterização do evento levando em consideração aquilo que é ou não é desejado, conforme exemplo a seguir:

(34) Seria ruim se eu tivesse quebrado.⁴⁹

- *modalidade volitiva orientada para a proposição* – a fonte da atitude volitiva é o falante, portanto é este quem expressa seu querer, e não um participante do evento. Como não é fornecido um exemplo para esse subtipo pelos autores, formulamos a frase a seguir para tentarmos ilustrar nossa compreensão sobre ele:

(35) Tomara que você esteja certa quando diz que vai chover.

- *modalidade epistêmica orientada para o evento* – o conhecimento de mundo do participante vai definir a avaliação da (im)possibilidade de um evento acontecer, conforme podemos observar no uso do verbo modal (dever) no exemplo (20)⁵⁰, que retomamos, a seguir:

(36) Certamente, ele *deve* ter esquecido.

- *modalidade epistêmica orientada para a proposição* – expressa o grau de (in)certeza do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu predicado conforme o uso do advérbio *certamente* no exemplo (20) retomado:

(37) *Certamente*, ele deve ter esquecido.

⁴⁹ (33) ‘It would be bad if I broke it.’ (p. 176).

⁵⁰ (33) Por uma questão de organização, apenas, os exemplos retomados seguirão a sequência normal de numeração.

- *modalidade evidencial orientada para a proposição* – este subtipo indica a forma como o conteúdo da proposição expressa pelo falante chegou ao seu conhecimento, conforme podemos observar no exemplo (17), que retomamos a seguir:

(38) “Ele deve ter matado um urso”.

Esta modalidade é dividida pelos autores da GDF em: *modalidade evidencial sensorial*, quando o falante enuncia sua proposição com base naquilo que ele mesmo atestou através dos sentidos; e *modalidade evidencial não-sensorial*, quando o falante obtém a informação por meio de relatos ou inferências. Esta última ainda se subdivide em: *modalidade reportativa*, cuja obtenção da informação pelo falante ocorre por meio de relatos; e *modalidade inferencial*, em que as informações chegam ao falante por meio de inferências, baseadas em evidências externas ou internas, a partir de conhecimento prévio.

Acreditamos que as classificações de modalidade e evidencialidade dadas por Hengeveld e Mackenzie (2008) sejam relevantes para a análise dessas categorias no material didático a ser analisado, sobretudo quando faz a relação entre a modalidade epistêmica e evidencialidade, pois estas são foco de alguns dos objetivos desta tese.

Como já dito no início deste tópico, modalidade epistêmica e evidencialidade têm sido alvo de muitos estudos comparativos, tendo em vista serem concebidas, respectivamente, como o grau de comprometimento que o falante tem em seu enunciado e a marcação da fonte da informação. Nesta tese, são utilizadas as duas categorias, em virtude da necessidade de compreender como os materiais para EaD foram construídos quanto à indicação das fontes e como se manifesta o grau de comprometimento de seus autores com o conteúdo reportado.

A seguir, abordaremos a evidencialidade como estratégia de comprometimento.

3.3 A evidencialidade como estratégia de comprometimento

A proposta de existência de um sistema evidencial no português tem início com os estudos de Casseb-Galvão (2001) e Dall’Aglio Hattner *et al* (2001). Com relação ao grau de comprometimento que o falante pode ter com aquilo que diz, as autoras pensam ser possível

verificar que marcas evidenciais servem como estratégia discursiva na construção textual, indicando um maior ou menor grau de comprometimento com a proposição.

Thompson (1996, p. 37), que investiga, à luz da Gramática Sistêmico-Funcional, a modalização e a modulação, demonstra ser, de fato, possível identificar esses valores de comprometimento (alto, médio e baixo) conforme demonstra a escala a seguir:

Quadro 4 - Escala de valores do grau de comprometimento

GRAU DE COMPROMETIMENTO	CATEGORIA MODAL	
	MODALIZAÇÃO	MODULAÇÃO
ALTO	I shall NEVER be happy again. (Eu nunca mais serei feliz.)	You MUST ask someone. (Você deve chamar alguém)
MÉDIO	They SHOULD be back by now. (Eles deveriam estar de volta agora.)	You OUGHT to invite her. (Você deveria convidá-la.)
BAIXO	I MAY be quite wrong. (Eu posso estar um tanto errado.)	You CAN help yourself to a drink. (Você pode se servir de uma bebida.)

Fonte: THOMPSON (1996).

Para a análise dos dados desta tese, consideramos que o alto grau de comprometimento através do uso de marcadores evidenciais ocorre quando o próprio falante repassa a informação como sua. Um exemplo ilustrativo do que julgamos ser um alto grau de comprometimento retirado do *corpus* está em (39):

(39) **Digo** isso para mostrar-lhes que muitas metas e intenções presentes neste Plano Decenal de 1993 só bem mais tarde foram implementadas, [...].
(CH.EDU.PE.UFMG. p. 56)

No médio comprometimento, julgamos que o falante não se compromete diretamente com aquilo que está sendo repassado, ele se utiliza, por vezes, das inferências e das reflexões em suas proposições, como em (40):

(40) Após a morte de Marcel Mauss, em 1950, **poderíamos dizer** que a antropologia francesa estava à busca de uma nova figura. Essa figura vai ser Claude Lévi-Strauss (1908). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 48)

Em (40) o enunciador usou a locução verbal “**poderíamos dizer**” no futuro do pretérito do indicativo como se não estivesse querendo se comprometer totalmente com o conteúdo comunicado.

E, por fim, no baixo grau comprometimento, assumimos que o falante se posiciona neutro com relação ao que diz, ele atribui a outrem a responsabilidade pelo conteúdo comunicado, como notamos em (41):

(41) **Para** Lévi-Strauss, essa é a regra fundamental, porque dela se derivam todas as outras; é a regra que regra. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 50)

Vale ressaltar, ainda, que esses graus de comprometimento do falante serão definidos em cada contexto também de acordo com a presença de modalizadores e de marcas de adesão, o que pode, por exemplo, caracterizar uma ocorrência de evidencialidade reportativa como sendo de médio ou alto comprometimento, e não de baixo, tal como encontramos na ocorrência a seguir:

(42) Em todo caso, apoiando-nos em análise do biólogo italiano Edoardo Boncinelli, **não podemos deixar de reconhecer** uma importante mudança que aconteceu mais recentemente, e pode continuar a se aprofundar pelo desenvolvimento da técnica, na relação entre biologia e cultura.

Em (42), aparece uma evidencialidade reportativa com alto grau de comprometimento, em virtude da presença, no contexto, de marca de adesão (a forma verbal “apoiando-nos”) e de modalidade deôntica (em “não podemos deixar de reconhecer”).

Na próxima subseção, abordaremos alguns estudos realizados no Brasil sobre a evidencialidade.

3.4 A investigação da evidencialidade no português do Brasil

A evidencialidade tem sido bastante estudada no Brasil. Algumas pesquisas, já citadas, Dall’Aglío-Hatnher (1995), Casseb-Galvão (2001), Gonçalves (2003), merecem destaque por discutirem, entre outros aspectos, o conceito e a classificação de evidencialidade. Outras, porém, devem ser ressaltadas por tratarem desse domínio funcional na construção discursiva e, por esse motivo, terem aproximação com os objetivos desta tese. Destacamos, entre esses, alguns dos estudos mais recentes sobre a manifestação da evidencialidade, como o de Carioca (2009), que pesquisou *A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo*, buscando descrever e analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que caracterizam a expressão da evidencialidade como estratégia discursiva nos trabalhos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo.

A autora partiu da hipótese de que a manifestação da categoria linguística evidencialidade (quanto à expressão: verbos, substantivos, adjetivos, preposições, advérbios e normas da ABNT, quanto à posição da marca em relação à fonte: anteposição, intercalamento, posposição) está, de modo diferenciado, relacionada à construção do discurso acadêmico nos trabalhos de grau (monografia, dissertação e tese), projetando, nas diversas formas, como o produtor textual escolhe veicular suas informações, no que concerne ao grau de comprometimento dele com essas informações.

Sua pesquisa foi constituída por um *corpus* especializado, isto é, os trabalhos acadêmicos de grau (10 teses, 10 dissertações e 10 monografias) produzidos entre os anos de 1998 a 2008, em português brasileiro contemporâneo, coletados na internet, na biblioteca digital de dissertações e teses de universidades brasileiras. Desse *corpus* foram analisados especificamente a introdução, o referencial teórico e a conclusão. No decorrer da análise, ela procurou identificar, nos textos, as estratégias discursivas que envolviam a evidencialidade, verificando o tipo de comprometimento do autor em relação ao que ele afirmava, bem como

observou, em cada ocorrência, a manifestação das categorias de análise, levando em consideração os aspectos sintático, semântico e pragmático-discursivo.

Carioca (2009, p. 162) chega, entre outras, às seguintes conclusões: a) há entre evidencialidade e modalidade epistêmica, mesmo sendo categorias conceitualmente independentes, inequívoca sobredeterminação no uso efetivo da língua. A evidencialidade é uma categoria linguística hierarquicamente superior à modalidade, tendo em vista o argumento de Nuyts (1993) de que toda qualificação modal está baseada em uma evidência, e não o contrário, sendo assim, os modalizadores epistêmicos são considerados como subtipos de evidenciais; b) não se pode considerar mais que, no português brasileiro contemporâneo, o sistema evidencial esteja em fase embrionária no que diz respeito à sua constituição, mas que ele já existe e evolui naturalmente com o uso; c) há o predomínio do nível de baixo comprometimento em todos os trabalhos acadêmicos de grau analisados, chegando a 90% da utilização das marcas evidenciais, tendo em vista a impessoalidade proposta pelos guias de normalização de trabalhos científicos, demonstrando que a evidencialidade é mais utilizada como estratégia discursiva para promover esse efeito; d) há outras marcas evidenciais que não são itens lexicais ou gramaticais: os enunciados metadiscursivos, a justaposição simples e as normas citativas da ABNT.

Como resultado dos cruzamentos de variáveis feitos por Carioca (2009, p. 165), estão as relações de implicação entre algumas categorias, quais sejam:

- a) marca evidencial sujeito-enunciador também pode ser uma marca evidencial direta;
- b) uma marca evidencial domínio comum também pode ser uma marca evidencial menos direta;
- c) uma marca evidencial relatada também pode ser uma marca evidencial indireta;
- d) uma marca evidencial norma citativa também pode ser uma marca evidencial indireta;
- e) uma marca evidencial fonte externa definida também pode ser uma marca evidencial indireta;
- f) uma marca evidencial fonte externa indefinida também pode ser uma marca evidencial indireta.

O trabalho de Carioca (2009) não só contribuiu com a discussão acerca dos conceitos de modalidade e evidencialidade, como também trouxe reflexões sobre a avaliação da evidencialidade feita a partir da integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos discursivos, uma vez que sua utilização depende da intencionalidade de quem produz o texto. Ela analisou a evidencialidade como estratégia para obter um efeito de sentido

a ser interpretado pelo leitor. A autora explicou, ainda, a existência de um sistema evidencial no português brasileiro contemporâneo, a partir da descrição das marcas evidenciais.

Outro estudo relevante para o fenômeno da evidencialidade é o de Vendrame (2010), que pesquisou os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* e a expressão da evidencialidade em Língua Portuguesa com o propósito de descrever a evidencialidade lexical expressa por meio de verbos de percepção e investigar quais são os tipos de contexto sintático-semântico em que esses verbos têm valor evidencial, verificando quais os sentidos evidenciais que estão relacionados com cada contexto.

O *corpus* analisado pela pesquisadora foi proveniente de amostras de língua oral, do Banco de Dados Iboruna (Gonçalves, 2003), e de textos publicados na Internet, em *blogs* e fóruns de discussão. Para a análise do *corpus*, a autora definiu como suporte teórico a Gramática Discursivo-Funcional proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), tendo em vista que neste modelo os diferentes tipos de evidencialidade são alojados em diferentes níveis ou camadas, o que permitiu a descrição de usos dos verbos analisados.

Vendrame partiu da hipótese de que os verbos de percepção constituem formas de expressão lexical da evidencialidade. A autora defende que a língua portuguesa expressa a fonte da informação por meios lexicais por entender que o “fato de haver, na expressão lexical da evidencialidade, outros significados envolvidos não elimina do enunciado seu estatuto evidencial” (VENDRAME, 2010, p. 21). Sua concepção é que as línguas têm, de alguma maneira, formas para marcar a fonte da informação, porém nem toda língua tem evidencialidade gramatical.

Em sua tese, Vendrame considera a evidencialidade como um fenômeno que se apresenta em todas as línguas, podendo ser codificado de formas distintas, conforme se apresentam os recursos gramaticais ou lexicais presentes na língua. Sendo assim, em sua pesquisa defende que a evidencialidade pode se manifestar em sistemas gramaticais fechados, sistemas gramaticais em desenvolvimento, sistemas mistos (que contêm formas gramaticais e lexicais) e sistemas de marcação lexical.

A escolha desses verbos foi feita com a ajuda dos mapas semânticos, modelo metodológico que representa geometricamente relações semânticas entre diferentes usos ou funções de itens gramaticais e lexicais. Após levantamento das ocorrências, foi feita a análise do *corpus* com base nos seguintes critérios: i) acepções dos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir*; ii) natureza semântica da informação; iii) referências a evidências no contexto; iv) tipos de evidencialidade segundo a GDF; v) tipo de contexto sintático; vi) formato da oração

completiva; e vii) simultaneidade entre os Estado-de-Coisas da oração principal e da oração complemento.

As análises comprovaram que a hipótese inicial da pesquisa estava correta, ou seja, os verbos de percepção podem ser considerados evidenciais, portanto a descrição semântica desses evidenciais expressos pelos verbos de percepção se resumem em: i) evidencialidade reportativa: marcada pelos verbos *ver* e *ouvir* quando estes apresentam uma informação linguística retransmitida pelo falante; ii) evidencialidade inferida: marcada tanto pelo verbo *ver* quanto pelos verbos *sentir* e *ouvir* quando estes apresentam um cálculo mental do falante; iii) evidencialidade deduzida: marcada também pelos três verbos de percepção analisados quando estes apresentam uma dedução baseada em evidenciais sensoriais; iv) evidencialidade direta: marcada pelos verbos de percepção analisados quando eles expressam que o Falante presenciou um Estado-de-Coisas acontecer (VENDRAME, 2010, p. 164-5).

Quanto aos aspectos sintáticos dos verbos analisados, estes são usados com valor evidencial em quatro tipos distintos de construções: i) duas Expressões Linguísticas, cada uma composta por uma Oração; ii) uma Expressão Linguística composta por Oração principal e Oração subordinada adverbial conformativa; iii) uma Expressão Linguística composta por Oração principal e Oração subordinada completiva; e iv) uma Expressão Linguística composta por uma Oração simples (VENDRAME, 2010, p. 166).

A autora resume suas conclusões da seguinte forma:

A análise em três níveis aqui empreendida, além de demonstrar a adequação do modelo teórico da GDF para a descrição do fenômeno aqui investigado, revela especificidades importantes para uma caracterização pormenorizada dos usos dos verbos de percepção em contextos evidenciais. A partir da compreensão dos aspectos sintático-semânticos e pragmáticos envolvidos no conjunto de dados analisados, conclui-se que os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* são formas de expressão da evidencialidade bastante produtivas em língua portuguesa. A diversidade de tipos evidenciais expressos por cada verbo e as diferentes estruturas sintáticas em que esses verbos podem ocorrer demonstram a variedade de recursos linguísticos de que os falantes dispõem quando decidem disponibilizar a seus ouvintes o modo como obtiveram as informações que transmitem (VENDRAME, 2010, p. 168).

A pesquisa desenvolvida por Vendrame contribuiu para uma melhor compreensão da Gramática Discursivo-Funcional proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) e para o entendimento da classificação das manifestações evidenciais proposta por esse modelo gramatical.

Timóteo (2011), por sua vez, desenvolveu seu estudo abordando *As manifestações epistêmicas e evidenciais como marca de (des)comprometimento em artigos científicos*, utilizando como aporte teórico a perspectiva funcionalista da linguagem. O *corpus* de sua pesquisa é formado por 410 ocorrências retiradas de nove artigos científicos publicados em anais de encontros ocorridos na área de Linguística, nos anos 2008 e 2009, levando-se em consideração aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Ela optou pela análise da evidencialidade e da modalidade epistêmica por pressupor que, nos artigos científicos, é possível encontrar várias marcas dessas categorias utilizadas como estratégias de distanciamento, uma vez que os autores desses textos buscam a objetividade para demonstrar a cientificidade de suas descobertas.

Timóteo (2011) discute a possibilidade de existência da modalização em enunciados sem marcas explícitas, porém enfatiza que, em sua pesquisa, são considerados apenas os enunciados cuja modalidade estivesse explícita. Para isto, ela analisa algumas propostas tipológicas da modalidade e assume que, no estudo que desenvolve, a modalidade epistêmica foi tratada como uma subcategoria da evidencialidade. Sendo assim, a evidencialidade funcionou como uma categoria que indicou a fonte da informação e marcou o grau de comprometimento do falante com a informação veiculada. Após discutir as tipologias evidenciais, ela se posicionou sobre a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade e admitiu que são categorias distintas no plano conceitual.

A pesquisadora utilizou a classificação de Thompson (1996) para definir o grau de comprometimento dos autores de artigos científicos com a informação veiculada, propondo estratégias de alto, médio e baixo comprometimento. Timóteo (2011) conclui que o uso de expressões evidenciais e modais constitui estratégia de persuasão do autor em relação ao leitor. Descreve ainda as características do discurso científico para, a partir delas, analisar a manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica. Timóteo nos lembra que esse discurso tem como uma das características principais a persuasão, ou seja, como afirma Maingueneau (2001), é uma forma de “ação sobre o outro”. Objetividade, neutralidade, imparcialidade, cientificidade, ideologia, interação, caráter argumentativo, caráter dialógico, heterogeneidade, coerência, consistência e impessoalidade são algumas das características ditadas pela academia e pelos manuais de metodologia científica para um artigo científico.

O *corpus* da pesquisa é formado por artigos científicos publicados nos anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN; anais do Encontro Internacional de Texto e Cultura; anais da ABRALIN EM CENA PIAUÍ e anais do I SIMELP, levando em consideração a

escolha da área (Linguística), ano de publicação dos anais (2008 e 2009), titulação do autor do artigo (Mestres), e número de páginas (50 para cada ano).

As categorias de análise da pesquisa de Timóteo levaram em consideração os seguintes aspectos: sintáticos (meio de expressão da evidencialidade e da modalidade epistêmica – verbo pleno, verbo auxiliar, preposição, substantivo, advérbio, adjetivo, justaposição simples e normas da ABNT – e posição da manifestação evidencial no enunciado – anteposta, intercalada e posposta); semânticos (domínio a ser investigado (modalidade epistêmica objetiva, evidencialidade subjetiva, evidencialidade inferencial, evidencialidade experiencial, evidencialidade reportada), bem como o tipo de fonte a qual está associada a expressão da evidencialidade (fonte sujeito enunciador, fonte externa definida, fonte externa indefinida, e fonte domínio comum); e pragmáticos (nível de comprometimento do falante com a informação veiculada (alto, médio, baixo) e marcas de adesão)).

Após análise do *corpus*, a autora chegou, entre outras, às seguintes conclusões: i) quanto aos meios de expressão relacionados à manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica em artigos científicos, há preferência dos autores pelo uso de itens verbais (verbos plenos e verbos auxiliares), totalizando 217 ocorrências (52,9%); ii) os autores de artigos científicos preferem a ordem direta no esquema fonte+marca evidencial+conteúdo dito do enunciado (47%); iii) a evidencialidade reportada foi o domínio mais recorrente (70,2%), que pode situar a pesquisa na área de estudo, garantir o recurso ao chamado *argumento de autoridade*, refutar as ideias apresentadas pela fonte citada, apresentar lacunas em pesquisas anteriores e mostrar que o autor do texto científico tem conhecimento sobre as pesquisas realizadas na área de estudo; iv) 76,4% das marcas evidenciais que indicam uma fonte externa definida está diretamente relacionada com as características constitutivas do discurso científico; v) O tipo de fonte que ocorreu com menor frequência foi a externa indefinida (0,8%); vi) Quanto ao comprometimento dos autores com o conteúdo asseverado, o efeito de alto comprometimento foi o menos recorrente (4,4%); vii) Em relação às marcas explícitas de adesão do autor ao conteúdo reportado, foram detectadas apenas cinco ocorrências, equivalendo a 1,7% dos casos.

Além desses resultados obtidos, o trabalho de Timóteo (2011) propiciou uma acentuada discussão entre os domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica. A autora encerra sua pesquisa afirmando que:

[...] as expressões evidenciais e modais epistêmicas são utilizadas em artigos científicos como estratégias que produzem uma pseudoneutralização do pesquisador

em relação ao conteúdo veiculado e contribuem para a construção da argumentação (TIMÓTEO, 2011, p. 124).

Um dos trabalhos recentes sobre evidencialidade no Brasil é o de Lucena-Silva (2013). Nele, a autora analisa a expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais. O *corpus* de sua pesquisa foi composto por 400 páginas de textos escritos no século XX, em Portugal e no Brasil, retiradas do COMTELPO (2006) - Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa. Para a análise da evidencialidade, a autora utilizou como referencial teórico a Gramática Discursivo-Funcional proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008). O objetivo geral de sua Tese foi descrever e analisar, sob a perspectiva funcionalista, a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever ou instruir). Sua pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: como se manifesta a evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever)?

A autora apresentou, à guisa de introdução, uma abordagem sobre a evidencialidade, delimitando seu objeto de estudo, a teoria utilizada com respectiva justificativa de sua escolha, relevância, questão de pesquisa bem como os objetivos que a impulsionaram para esse estudo. Em seguida, ela abordou o modelo teórico utilizado, a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), dando ênfase aos pressupostos teórico-metodológicos para a descrição e análise linguística da evidencialidade. Lucena-Silva apresentou, ainda, um capítulo sobre o fenômeno evidencialidade, em que ela abordou os aspectos conceituais, tipológicos, a relação existente entre evidencialidade e modalidade epistêmica, a classificação proposta pela GDF para a evidencialidade e, por fim, expôs os principais estudos em língua portuguesa acerca da evidencialidade. Nas bases metodológicas da pesquisa, a autora delimitou o *corpus* de análise e os parâmetros para a descrição e análise da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais bem como considerações acerca dos critérios adotados por Dolz e Schneuwly (1994; 1996) para a constituição dos agrupamentos de gêneros textuais. E, com a ajuda do programa computacional SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), ela chegou a resultados a partir da análise dos dados coletados em cada um dos agrupamentos de gêneros textuais.

Os dados da pesquisa de Lucena-Silva revelam, em relação à manifestação da evidencialidade, que as marcas Reportativas (64,1%) e Inferidas (24,0%) constituem as

estratégias evidenciais mais frequentes nos agrupamentos de gêneros textuais. Os tipos evidenciais Percepção de Evento e Genericidade representam, respectivamente, apenas, 7,5% e 4,4% das ocorrências registradas nos *corpus*.

Por fim, Lucena-Silva (2013) apresenta as principais conclusões a que chegou. Entre elas, destacamos: i) a evidencialidade Reportativa é mais utilizada nos Gêneros da Ordem do Relatar, nos Gêneros da Ordem do Expor e nos Gêneros da Ordem do Argumentar, assumindo efeitos reportativos distintos, a depender da capacidade de linguagem envolvida no agrupamento; ii) a evidencialidade Inferida ocorre com maior frequência nos Gêneros da Ordem do Argumentar, sugerindo que essa estratégia evidencial é condicionada pela necessidade comunicativa de se chegar a conclusões a partir de premissas (dados); iii) a evidencialidade Genericidade é recorrente nos Gêneros da Ordem do Argumentar e nos Gêneros da Ordem do Expor, demonstrando que seu uso é motivado pelas ações de linguagem argumentativa e expositiva; iv) a evidencialidade Percepção de Evento está relacionada à narração, no mundo real (Gênero da Ordem do Relatar) ou no mundo ficcional (Gênero da Ordem do Narrar), de fatos obtidos de forma direta; v) os Gêneros da Ordem do Prescrever são os que menos favorecem a expressão da evidencialidade, apresentada, quase sempre, na forma Reportativa; vi) no Nível Retórico-Textual, a autora verificou que a sequência textual determina as escolhas realizadas no plano evidencial; vii) a evidencialidade Reportativa predomina nas sequências explicativa e narrativa; viii) a evidencialidade Inferida e a Genericidade são mais frequentes na sequência argumentativa; ix) a Percepção de Evento ocorre com maior frequência na sequência narrativa; x) nas sequências dialogal e descritiva, predomina a evidencialidade Reportativa; xi) no Nível Interpessoal, as unidades evidenciais exercem funções ligadas às motivações pragmáticas inerentes aos agrupamentos de gêneros; xii) a função retórico-textual, relacionada à construção organizacional do texto, é mais frequente nos Gêneros da Ordem do Narrar, manifestando-se na forma Reportativa e Percepção de Evento; xiii) a função pragmática, ligada às necessidades argumentativas do Falante, predomina nos Gêneros da Ordem do Argumentar e nos Gêneros da Ordem do Relatar, expressando-se por marcas Inferidas e Reportativas; xiv) a função informacional, que diz respeito ao conhecimento de mundo do Falante, é mais recorrente nos Gêneros da Ordem do Expor e nos Gêneros da Ordem do Prescrever, exteriorizando-se como uma unidade Reportativa ou Genericidade; xv) no Nível Representacional, os dados demonstram que, na maioria dos casos, o Falante, ao apresentar a fonte da informação, designa, também, o modo de obtenção dessa informação; xvi) no Nível Morfossintático, a Expressão Linguística (composta por duas Orações) e o Sintagma Preposicional constituem os meios mais

frequentes de manifestação da evidencialidade; xvii) os dados sugerem que entre as categorias cognitivo-pragmáticas e a codificação da evidencialidade há um alinhamento, refletido na preferência pela ordem direta do enunciado evidencial, representado, na maior parte das ocorrências, por meio de uma Expressão Linguística construída pela fonte da informação explicitada (lexical ou pronominal), por um verbo de elocução de valor axiológico não marcado (marca Reportativa) e pelo conteúdo asseverado na forma de discurso indireto (LUCENA-SILVA, 2013, pp. 8/9).

Como já dissemos, os trabalhos de Carioca (2009), Vendrame (2010), Timóteo (2011) e Lucena-Silva (2013) foram leituras que, com certeza, ajudaram a estruturar esta tese, tendo em vista fazerem uma produtiva discussão sobre os conceitos e classificações de modalidade epistêmica e evidencialidade. A relevância desses trabalhos, bem como do nosso, está no foco dado à análise do papel da evidencialidade na construção discursiva.

Das pesquisas citadas, Carioca (2009) e Timóteo (2011) trabalharam com textos acadêmicos que também é a natureza do nosso *corpus*. Enquanto esta analisou artigos científicos, aquela tomou como objeto monografias, teses e dissertações e nós nos reportamos ao material didático impresso para EaD.

Apesar de os trabalhos elencados envolverem textos acadêmicos, Carioca e Timóteo analisaram gêneros textuais em que a dialogicidade em relação ao leitor é pouco manifesta, diferenciando-se assim do nosso *corpus*, uma vez que os materiais didáticos impressos para EaD possuem uma linguagem dialogal, em tom conversacional, conforme constataremos em suas características no capítulo a seguir.

A seguir, fizemos uma pequena síntese dos principais aspectos abordados neste capítulo.

3.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, definimos a evidencialidade como uma categoria linguística que indica a fonte da informação e, ao fazê-lo, revela o grau de comprometimento do Falante em relação ao conteúdo asseverado. Além disso, apresentamos as principais tipologias para os evidenciais desenvolvidas por Willet (1988), Anderson (1986), De Hann (1997a), Gonçalves (2003), Dall'Aglio-Hattner (1995), Casseb-Galvão (2001), Lyons (1977), Palmer (1986), Klinge (1996), Hengeveld (1988), Hengeveld e Mackenzie (2008) bem como alguns estudos

realizados sobre a evidencialidade no português do Brasil, como os de Carioca (2009), Vendrame (2010), Timóteo (2011) e Lucena (2013). Em relação aos tipos de evidencialidade, vimos que, de um modo geral, os autores distinguem dois tipos básicos de evidencialidade, uma direta e outra indireta.

A proposta tipológica da Gramática Discursivo-Funcional para a descrição da evidencialidade nas línguas naturais distingue como tipos de evidencialidade a Reportativa, a Inferida, a Genericidade e a Percepção de Evento. A Reportativa atua no Nível Interpessoal, sobre a camada do Conteúdo Comunicado enquanto as outras três atuam no Nível Representacional. A Inferida e a Genericidade atuam na camada do Conteúdo Proposicional, o que as distingue são suas formas de manifestação e seus efeitos de sentido. A Percepção de Evento vai atuar na camada do Estado-de-Coisas e vai demonstrar que um conhecimento foi percebido pelo falante de modo direto.

Apresentamos, também, a relação existente entre modalidade epistêmica e evidencialidade e chegamos à conclusão de que a evidencialidade e a modalidade epistêmica constituem domínios conceitualmente independentes entre si, mas relacionados no uso efetivo da língua. A primeira diz respeito à fonte da informação ou ao modo de obtenção da informação, e a segunda indica a atitude do falante em relação ao conteúdo por ele expresso (CASSEB-GALVÃO, 2001; DALL'AGLIO-HATTNER, 1995; LUCENA, 2008; LUCENA-SILVA, 2013; CARIOCA, 2005; CARIOCA, 2009 etc.). Assumimos a evidencialidade não apenas como um componente conceitual-funcional básico às línguas naturais e que, dependendo do contexto de uso e dos objetivos comunicativos envolvidos na interação verbal, pode indicar, ainda, o nível de comprometimento do falante com o conteúdo asseverado.

Tratamos, também, da Evidencialidade como estratégia de (des)comprometimento e constatamos que as marcas evidenciais servem como estratégias discursivas na construção textual, pois elas são capazes de indicar um maior ou menor grau de comprometimento com a proposição. Sendo assim, utilizamos os graus *alto*, *médio* e *baixo* para marcar a evidencialidade, que serão analisados nesta pesquisa.

O capítulo contou, ainda, com um tópico em que apresentamos algumas pesquisas recentes sobre a Evidencialidade, realizadas no português do Brasil, entre elas: Carioca (2009), Vendrame (2010), Timóteo (2011) e Lucena (2013).

No capítulo 4, a seguir, abordamos os aspectos referentes à metodologia utilizada nesta tese para análise das estratégias evidenciais presentes nos materiais didáticos impressos para EaD.

4 UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Quase tudo o que é dito sobre a interpretação dos dados na pesquisa social refere-se à relação entre os dados empíricos e a teoria.”

(GIL, 1.999, p. 185)

Este estudo das estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD foi realizado a partir da análise de variáveis pragmáticas, semânticas e morfossintáticas, no sentido de verificar os vários aspectos da forma e da funcionalidade da evidencialidade presentes no *corpus*. A escolha desses materiais deu-se por entendermos que o discurso utilizado pelos autores utiliza a citação de outras fontes, o que amplia as possibilidades de flagrarmos o aparecimento dessa categoria na relação observável com o grau de comprometimento do produtor do material com a informação asseverada, o que possibilita a análise de um número significativo de ocorrências.

Como já mencionado no capítulo 2, para a descrição e explicação das ocorrências de evidencialidade, optamos por adotar a Gramática Discursivo-Funcional, mais especificamente a teoria desenvolvida na obra *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008). Também para o desenvolvimento da pesquisa, foram úteis outros estudos que tratam do dinamismo das unidades linguísticas em uso concreto e que abordam o tema desta tese.

Neste capítulo, objetivamos mostrar algumas características textuais do material didático impresso para EaD, apresentar a constituição e delimitação do *corpus*, o método de abordagem, os métodos de procedimento, os instrumentos utilizados para a análise dos dados, as categorias de análise e o modo como foi feita a identificação e a codificação das ocorrências.

4.1 Natureza do material didático em EaD

Nesta seção, para melhor caracterização do material didático em EaD, partimos da própria definição de EaD, abordamos a importância e a função do material didático em EaD e, por fim, traçamos as características do material didático em EaD, levando em consideração sua linguagem, texto/textualização (tom, organização do conteúdo, autoria) e características do texto didático científico.

a) Definição de EaD

A Educação a Distância tem propiciado a construção coletiva do conhecimento e democratizado a educação superior no Brasil em diferentes modalidades de cursos: licenciatura, bacharelado, tecnológico, especialização e extensão. Essa modalidade de ensino tem se expandido constantemente, tendo em vista que seu processo de ensino-aprendizagem é mediado por tecnologias que conectam, através de recursos tecnológicos, professores e alunos que estão separados espacial e/ou temporalmente.

O Decreto 2.494/1998, que regulamenta o artigo 80 da LDB, define a Educação a Distância como:

[...] Uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Em 2005, o artigo primeiro do Decreto 5.622 dá uma nova definição para Educação a Distância:

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Corroborando essa definição, concordamos com Araújo e Araújo (2013, p. 7/8) quando afirmam que com essa modalidade de ensino temos:

[...] a possibilidade de lidar com tecnologias flexíveis e inteligentes, mediadas pela web, as quais permitem que as interações entre atores em EaD se dêem de forma bastante diversificada e eficaz. Isso tem permitido que o espaço de construção de conhecimento se amplie e que o acesso a ele seja mais fácil e que vá se construindo com isso uma sociedade plural.

Com base nessa assertiva, definimos a EaD como uma arrojada e pertinente modalidade de ensino, disponível àqueles que buscam um aprendizado autônomo, eficaz e plural, a partir de ferramentas digitais e não digitais capazes de auxiliá-los na construção do conhecimento.

b) Importância e função do material didático em EaD

Na relação ensino-aprendizagem em EaD, vemos o material didático como um potente e significativo meio para a aquisição do conhecimento, pois como assevera Averbug (2003, p. 4), nessa modalidade de ensino, o aluno é levado “a aprender a aprender, a refletir e questionar, a buscar soluções e inovar, a reconstruir os conhecimentos, a relacionar conceitos e aplicar na vida pessoal e profissional”. Por isso, o material didático é construído com uma linguagem preocupada com a aprendizagem dos alunos, uma vez que é ele que, na maioria das vezes, é a fonte de estímulo dado ao aluno, no sentido de levá-lo a aprender através das informações adquiridas em suas leituras, bem como estimulá-lo a buscar outras leituras complementares, dentro de um ritmo próprio.

Neder (2005) explica que, em EaD, o material didático deve ser adequado ao grupo social a que se destina; deve problematizar, impulsionando para o trabalho investigativo que estimule habilidades reflexivas e de ação dos sujeitos; deve ser construído numa lógica que garanta o diálogo, a contextualização do conteúdo e do autor; deve usar uma linguagem apropriada ao processo de autoestudo, tendo claros os objetivos dos textos de leitura, o encaminhamento das atividades e a busca de referências bibliográficas complementares.

Em EaD, conforme os Referenciais para Elaboração de Material Didático para EaD no Ensino Profissional e Tecnológico, do Ministério da Educação, existem três tipos de

materiais didáticos: o impresso, o audiovisual e o material para ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Cada tipo apresenta suas particularidades capazes de contribuir com a aprendizagem do aluno. Porém, cada um possui vantagens e limitações.

O material didático audiovisual (vídeo, vídeo-aula, vídeoconferência, teleconferência) auxilia a aprendizagem dos alunos a partir da exploração de imagens e sons que vão ilustrar e sintetizar os conteúdos, tornando-os mais estimulantes e fáceis de serem compreendidos. Quando utilizado corretamente, esse tipo de material mostra-se extremamente eficaz na promoção do despertar da atenção do aluno. Ele favorece uma apresentação organizada do conteúdo e, conseqüentemente, promove uma maior retenção desse conhecimento. Ele permite ainda, a correção de atitudes em relação a falhas anteriores. Este tipo de material favorece a flexibilidade e a autonomia no horário de estudo, respeita o ritmo de aprendizagem de cada aluno, dá ao aluno a possibilidade de rever o material quantas vezes forem necessárias para a concretização da aprendizagem. A limitação quanto ao uso desse material reside no fato de que ele desestimula a adoção de um papel mais ativo por parte do aluno.

Os materiais para ambientes virtuais de ensino e aprendizagem estimulam o aluno a interagir e trabalhar em equipe, pois auxiliam os professores a propor tarefas, desafios, debates, relatórios e a preparar melhor o aluno para o ambiente de trabalho cooperativo. Ele possibilita ao professor, com a ajuda de monitores, dar a mesma aula para um número maior de alunos. A limitação quanto ao uso desses materiais ainda está sendo em relação ao processo de implantação que é lento e complexo.

Nesta tese, utilizamos como *corpus* materiais didáticos impressos por ser, quando articulados com mídias como vídeo, vídeoconferência, telefone, fax e ambiente virtual, um dos principais meios de socialização do conhecimento, por orientar o processo de aprendizagem e pela possibilidade de flagrarmos neles um maior número de ocorrência de evidencialidade. A vantagem em estudar utilizando material didático impresso se dá por ser ele facilmente manuseado e transportado, permitir ao aluno anotar dúvidas, questionamentos, reler quantas vezes forem necessárias à compreensão do conteúdo, poder ser lido em lugares distintos, a qualquer tempo, respeitando o ritmo da aprendizagem de cada aluno. A limitação em relação a esse tipo de material se dá pelo fato da resposta e da interação dos alunos dependerem da capacidade leitora de cada um.

Diante do exposto, esclarecemos que neste estudo utilizamos metonimicamente material didático impresso como sinônimo de livro didático, e dessa forma tomo esse material didático como gênero discursivo, assim como o fazem Rojo e Buzem (2005), por

compreender que ele se dirige a determinados interlocutores com várias finalidades. Diante do exposto, definimos material didático impresso como um recurso pedagogicamente construído para dar suporte ao aluno no sentido de levá-lo a compreender determinados conteúdos, independentemente de um meio eletrônico, de um espaço ou de um tempo determinados, tendo como funções básicas: promover o diálogo entre professor e aluno, orientar o aluno em seus estudos, motivar o aluno à aprendizagem e à ampliação dos conhecimentos, possibilitar a compreensão crítica dos conteúdos e a avaliação da aprendizagem.

Lemos (1999, p. 2) ressalta que “o material impresso tem como função: repassar informações, ajudar a desenvolver habilidades, exemplificar a aplicação do conhecimento, dentre outras”. Acreditamos que, além dessas funções, o uso adequado da linguagem para cada público alvo é de primordial importância na construção do material, pois, nesse processo, o mais importante é a própria comunicação, uma vez que é ela que vai dar a autonomia de que o aluno precisa para compreender os conteúdos abordados nos livros.

Para aqueles que supervalorizam os recursos tecnológicos, o material didático impresso está ultrapassado, porém, mesmo com a evolução das novas Tecnologias da Informação e Comunicação e com as variadas possibilidades oferecidas pelas ferramentas da internet, ele continua sendo uma importante ferramenta no ensino a distância, sendo utilizado na grande maioria dos cursos, servindo para instigar no aluno o interesse pelos conteúdos repassados, fornecendo-lhe definições importantes, indicações de outras fontes de conteúdos e atividades, no sentido de ampliar o conhecimento desse aluno além do que está sendo tratado no texto.

c) Características do material didático em EaD

Os materiais didáticos impressos para EaD apresentam características específicas que se encontram delineadas nos Referenciais para Elaboração de Material Didático para EaD no Ensino Profissional e Tecnológico (2007, pp. 8/9), do Ministério da Educação, quais sejam:

- Considerar a capacidade leitora dos alunos e os temas relativos à área e aos contextos de interesse de cada público-alvo, observando a recomendação de módulos iniciais de acolhimento voltados para a alfabetização digital e para o fortalecimento dos processos de leitura e escrita.

- Privilegiar, tanto quanto possível, a articulação entre os conteúdos dos módulos de acolhimento, de forma a favorecer uma aprendizagem contextualizada e significativa.
- Favorecer a utilização de elementos imagéticos bem como o uso de exemplos e analogias, a fim de favorecer a compreensão e a concretização dos conteúdos teóricos e práticos.
- Utilizar o material impresso sob uma perspectiva de letramento, de forma continuada ao longo de todo curso, privilegiando elementos e processos de conexão e contextualização socioculturais.
- Mobilizar os conhecimentos prévios dos alunos, fazer uso de casos e exemplos do cotidiano, de modo a facilitar a incorporação das novas informações aos esquemas mentais preexistentes.
- Contemplar aspectos motivacionais e de facilitação da compreensão, usando recursos linguísticos e imagéticos variados.
- Utilizar o material impresso como recurso para promover a inclusão digital e o uso das tecnologias de comunicação e informação, a partir de referências que motivem o acesso a ambientes virtuais de aprendizagem.
- Explicitar aos alunos, de forma clara e precisa, os objetivos de aprendizagem gerais e específicos a serem trabalhados em cada bloco temático, quer sejam unidades, módulos, aulas etc. Também se devem articular os objetivos propostos em cada bloco, utilizando, se possível, mapas conceituais.
- Atentar também para a interligação entre cada bloco temático, disciplinas, aulas, etc., de forma a evidenciar o sequenciamento e a coesão existente entre os conteúdos.
- Utilizar uma linguagem amigável, clara e concisa, em tom de conversação.
- Observar o papel das atividades na Educação a Distância como elementos instrucionais a partir dos quais se constrói a aprendizagem. As atividades devem guardar relação formal, quer com os objetivos de aprendizagem propostos, quer com os núcleos conceituais oferecidos, de forma que cada unidade didática garanta a integridade instrucional que favoreça a autonomia do aluno no processo educacional.
- Contemplar instruções ou orientações passo a passo para as atividades práticas propostas, de forma a antecipar roteiros e procedimentos e servir como referência para consultas posteriores. Tais procedimentos devem ser ilustrados com imagens, fotografias, desenhos ou esquemas de alta qualidade.
- Apresentar elementos de humor.

- Respeitar as questões ergonômicas no projeto gráfico, organizando elementos imagéticos e textuais de forma a conferir aos blocos temáticos uma programação visual arejada, trazendo leveza ao material e facilitando o estudo.
- Possuir elementos de identidade visual (formatação, ícones, logomarca, cor etc.) que sirvam de base para a produção de todo um conjunto de materiais.

Além dessas características, Zavam (2013, p. 214) diz que o material didático para EaD tem uma significativa peculiaridade que é sua autoria, pois, diferentemente da modalidade presencial que adota um material/livro didático já pronto, nesta modalidade, há um professor (conteudista/autor) que produz e sistematiza o conteúdo da disciplina em um fascículo, de acordo com estratégias adequadas para o desenvolvimento da capacidade reflexiva do aluno. Dessa forma, é importante que esse professor consiga expressar, de forma coerente e adequada, o conteúdo, seguindo, obviamente, uma estrutura formal, mas capaz de promover a interatividade e o interesse do aluno pelo conhecimento repassado, ou seja, o material didático impresso deve ser adequado às necessidades desse aluno para que ele possa melhor se capacitar, como bem coloca Silva (2011, p. 317):

Os materiais didáticos impressos assumem especial destaque na interação entre professores/autores (conteudistas) e alunos/leitores, minimizando as distâncias físicas entre os atores do processo educativo. A produção de materiais didáticos para EaD vem requerer novas competências comunicativas dos professores/autores, na maior parte das vezes, acostumados ao estilo acadêmico da linguagem empregada nas publicações científicas. Os professores precisam planejar materiais criativos, priorizando uma linguagem dialógica, a fim de estabelecer uma interação efetiva com os educandos no processo de ensino-aprendizagem.

Para cumprir as recomendações específicas para a produção do material didático impresso designadas nos citados Referenciais, é necessário o auxílio de vários profissionais, entre eles: um professor autor (produz a redação dos conteúdos dos guias de estudo de cada disciplina), um *designer* instrucional/educacional (estrutura os guias de estudo para as mídias adequadas); um diagramador (organiza os textos dando-lhes uma identidade visual e imagética, ou seja, ele trabalha com a estética e a funcionalidade do guia); um pesquisador iconográfico (pesquisa a relação existente entre as imagens e os direitos autorais, usando, quando preciso, outras imagens, gráficos, tabelas etc.); e, por fim, um revisor (revisa ortográfica e gramaticalmente o texto observando a lógica e a precisão, levando em

consideração o estilo do autor, mas preocupando-se com sua estrutura e inteligibilidade) (GUEDES, 2010). Junta-se a esses profissionais, o tutor, que, apesar de não participar da produção textual do material didático impresso, é aquele que, de certa forma, substitui o professor e mantém o contato mais próximo com o aluno, uma vez que é ele quem vai lhes tirar as dúvidas.

Cabe-nos ressaltar, entretanto, que, apesar de o material didático impresso ainda ser um dos principais veículos de socialização do conhecimento, sua produção continua sendo um problema para os professores/autores, uma vez que estes, apesar de terem prática em produzir textos científicos, têm dificuldades na produção de textos didático-científicos dessa natureza, isso talvez porque o mercado educacional brasileiro ainda não tenha despertado sua atenção para a formação de professores que produzam esse tipo de material, pois para sua produção é necessário que o professor domine as ferramentas pedagógicas adequadas à modalidade a distância, use uma linguagem adequada, conheça profundamente o conteúdo repassado e as regras básicas utilizadas no processo de escrita, entre outras, e, para a aprendizagem destas técnicas, é preciso que esses profissionais sejam capacitados através de cursos específicos e qualificados nesse tipo de texto.

Existem algumas estratégias já sedimentadas que auxiliam o professor autor na produção de materiais didáticos impressos para EaD. Porém, sugerimos algumas observações que podem auxiliá-lo no trabalho de produção. Desta forma, ao produzir material didático impresso, o professor deve:

- a) identificar o perfil do aluno que utilizará o material;
- b) usar uma linguagem com tom dialogal em que o processo de interação com o aluno ocorra independente da presença de um professor, isto é, essa linguagem deve tentar suprir a ausência do professor, mas permitir que o aluno interaja com o conhecimento, portanto é preciso que esse texto seja autoexplicativo e organizado no sentido de guiar a aprendizagem do aluno;
- c) deixar claros os objetivos que o aluno deve alcançar com a leitura indicada para que no final ele possa verificar se atingiu tais objetivos;
- d) relacionar os conteúdos à realidade do aluno, evitando tratar de assuntos longínquos e distantes que acabam perdendo a aplicabilidade e a utilidade na vida profissional;
- e) primar pela coesão e coerência textuais adequadas, deixando claro o que quer dizer com o texto;

- f) ter conhecimento abrangente sobre o conteúdo abordado para que, na medida do possível, possa fazer uma interdisciplinaridade com as demais disciplinas do curso;
- g) utilizar os mais variados gêneros textuais para que o aluno consiga diferenciar um do outro e/ou um no outro bem como faça com que ele consiga identificar a intertextualidade existente entre eles;
- h) saber gerar, planejar, organizar e estruturar as ideias no texto;
- i) ser breve e simples na colocação das ideias, pois textos complicados demais, cheios de palavras complexas e confusas atrapalham o aluno e o fazem desistir mais rapidamente da leitura;
- j) ter noção do conhecimento que o aluno já possui sobre o conteúdo abordado e pensar nas dificuldades que ele vai ter para compreendê-lo;
- k) escolher atentamente as palavras adequando-as à capacidade de compreensão dos alunos, se necessário, usar um dicionário;
- l) fazer as referências bibliográficas das obras citadas conforme as normas da ABNT;
- m) revisar todo o texto produzido para, caso seja necessário, acrescentar as devidas modificações.

Estas são algumas estratégias a que o professor produtor de textos para EaD pode recorrer na hora de escrever o texto didático, pois, assim como Zavam (2013, p. 224), entendemos que não existem fórmulas prontas “que levem segurança e tranquilidade a quem está diante da tarefa de produzir um texto didático, no entanto há orientações que podem ser observadas”. Essas orientações são úteis e contribuem para o bom desempenho do produtor desse tipo de texto.

Em relação à linguagem utilizada no material didático impresso para EaD, entendemos que ela é um processo que incorpora a sua exterioridade constitutiva, portanto, compreender seu funcionamento como fenômeno social/cultural orienta o aluno de EaD no sentido de considerar o papel do contexto extraverbal na sua estruturação, contexto este formado pela extensão espacial comum aos interlocutores; pelo conhecimento e pela compreensão da situação existente entre esses interlocutores e pela avaliação dessa situação.

Sendo assim, a linguagem desse tipo de material deve promover a interação professor/aluno/conteúdo e, por meio dela, levar o aluno à reflexão, à resolução de problemas, ao questionamento crítico, à busca de respostas e a posicionamentos pessoais.

Dessa forma, o material produzido deve ser apresentado em tom dialogal, pois a linguagem utilizada por seu produtor tem, além de outras características, de envolver o aluno para que ele não se sinta só no processo de aprendizagem, ou seja, o autor do material didático deve usar uma linguagem capaz de promover uma espécie de conversa com o aluno, que é, sobretudo, alguém que busca se comunicar com ele. Logo, esse diálogo deve proporcionar um sentimento de encontro, como se o professor estivesse ao lado do aluno numa relação de interação presencial, para que ele possa refletir sobre as informações presentes no texto e expressar sua opinião sobre o conteúdo apresentado, exercitando, assim, sua capacidade de compreensão e avaliação de sua aprendizagem.

Fiorentine e Moraes (2003, p. 15) se posicionam sobre essa relação professor/aluno e afirmam que:

Nas relações sociais entre professor e alunos, dá-se uma síntese dialética entre a linguagem do educador e a linguagem do educando, como momentos de um processo comunicativo e educativo, num contexto socioculturalmente dado, cuja compreensão requer considerar sua natureza intersubjetiva, a participação ativa e a influência decorrente da competência comunicativa de seus participantes.

Essa relação dialética entre a linguagem do professor produtor do material e a linguagem do educando ocorre a partir de textos que sejam capazes de atender às necessidades do aluno autônomo, que prescindem da presença de um professor. Para isso, a linguagem deve primar pela exatidão e correção do conteúdo, não apresentar ambiguidades, ser precisa e, sobretudo, deve conter indicações das fontes dos conteúdos asseverados para que o aluno possa buscar aprofundar esse conteúdo e sua origem. É exatamente isso que os Referenciais do MEC prescrevem: vi) utilizar uma linguagem amigável, clara e concisa, em tom de conversação.

Além disso, Zavam (2013, p. 218), citando Koch e Elias (2009), diz que o produtor desse tipo de material deve ter: i) conhecimento linguístico (ortográficos, gramaticais e lexicais); ii) conhecimento enciclopédico (embasamento cultural); iii) conhecimento de padrões de textos (gêneros textuais e intertextualidade); e iv) conhecimento interacional (interação escritor/leitor).

Complementando essas posturas que devem ser inerentes ao produtor, Zavam (2013, pp. 219-220), ao citar Vieira (2005), elenca cinco passos peculiares ao ato de redigir: i) gerar ideias (ato de pesquisar informações, opiniões acerca do assunto); ii) organizar ideias/planejar o texto; iii) esboçar (fazer esboço do esqueleto/estrutura do texto); iv) revisar ou editar (correção do texto); e, por fim, v) editar/publicar.

Cabe ressaltar, que a produção desse tipo de material é feita, geralmente, por uma equipe pedagógica formada por profissionais das áreas de conhecimento do curso que está sendo organizado, bem como por especialistas nas áreas de comunicação e de editoração no sentido de que, juntos, produzam um material didático impresso que consiga levar o aluno a compreender os conteúdos, através das leituras e da realização das atividades avaliativas. Algumas instituições possuem manuais que ditam as regras de produção desse tipo de material. Nesses manuais, são previstos os conteúdos, a linguagem, as atividades e as informações suficientes para que ele apresente um conteúdo dinâmico que oriente o aluno na hora de associar a teoria à prática.

Tratamos, a seguir, da constituição e delimitação do *corpus* de análise.

4.2 Constituição e delimitação do *corpus* de análise

A escolha do material didático impresso para ensino na modalidade EaD para constituição do *corpus* da pesquisa se deu por fazermos parte da equipe de professores da área de Língua Portuguesa, do Núcleo de Educação a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, realizando o trabalho de revisão de materiais didáticos impressos nesse Instituto, e por percebermos que esse discurso carece de uma análise mais aprofundada em relação à linguagem utilizada por seus produtores e por entendermos que o uso adequado de estratégias evidenciais pode ajudar os professores produtores/conteudistas na produção de textos direcionados a essa modalidade de ensino.

A amostra utilizada para a constituição do *corpus* de pesquisa em que se buscou ocorrências das estratégias evidenciais foi escolhida a partir da Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq⁵¹. Esta tabela divide o conhecimento em: Grande Área, Área, Sub-Área e

⁵¹ A Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ está disponível no sítio: www.cnpq.br/documents/10157/.../TabeladeAreasdoConhecimento.pdf.

Especialidade. A partir desta divisão, optamos por analisar duas das Grandes Áreas: Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. Depois desta definição, escolhemos os seguintes materiais: quatro livros de cada Grande Área, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Material didático impresso para EAD – Constituição da amostra.⁵²

GRANDE ÁREA	ÁREA	DISCIPLINA	VOLUME TEXTUAL
Ciências Humanas	Educação	Política Educacional	103p.
	Antropologia	Antropologia	160p.
	Psicologia	Psicologia do Desenvolvimento	146p.
	Filosofia	Filosofia	192p.
Linguística, Letras, Artes	Letras	Língua Portuguesa	115p.
	Linguística	Linguística II	148p.
	Artes	História das Artes Visuais I	98p.
	Teatro	Laboratório de Teatro I	47p.

Como pode ser observado, diversificamos as áreas, as disciplinas e as instituições dentro de cada uma das duas grandes áreas, para aumentarmos a possibilidade de serem flagradas estratégias das diferentes variáveis (tipo de evidencialidade, tipo de fonte etc.). Embora a amostra de cada área ou disciplina não permita generalizações sobre elas quanto à manifestação da evidencialidade, sua diversificação a qualificou melhor. Em relação à diferença no número total de páginas dos materiais das duas grandes áreas, cabe informar que não foram formulados problemas e hipóteses de comparação sobre a manifestação da evidencialidade entre elas.

O *corpus* é constituído de materiais didáticos produzidos entre os anos de 2006 a 2011, contendo as características abaixo discriminadas:

- a) o material didático a ser analisado é o impresso;
- b) o *corpus* é monolíngue, pois as ocorrências são em material para alunos brasileiros que estudam no Brasil;
- c) o discurso a ser analisado é o didático, e o gênero é livro didático;
- d) o acesso aos materiais foi feito mediante a disponibilidade deles no sistema SisUAB (Plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil);

⁵² Todos os materiais didáticos impressos elencados no quadro 5 estão listados nas referências e disponíveis no sítio: http://sisuab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action.

- e) a quantidade de textos coletados para a composição do *corpus* tem a seguinte proporção: oito livros discriminadas conforme o quadro 1;
- f) o *corpus* foi compilado conforme os originais dispostos no sistema SisUAB em formato pdf;
- g) a fonte dos dados foi especificada levando-se em consideração a grande área, a área, a disciplina, o título do material; o ano de publicação; o número de páginas e a quantidade de ocorrências de marcas evidenciais encontradas na amostra.

Como já mencionamos na introdução desta tese, nosso objetivo é investigar as estratégias evidenciais em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, identificadas no material didático impresso para EaD, no sentido de avaliar as indicações das fontes dos conteúdos asseverados, pois, com a efetivação deste objetivo, é possível indicar aos seus produtores sugestões de uso dos evidenciais.

4.3 Do método de abordagem

O método de abordagem utilizado foi o *indutivo-dedutivo*. A indução foi usada no acolhimento dos dados empíricos, tendo em vista que todo conhecimento provem de uma experimentação, e esta foi feita a partir da quantificação e dos testes estatísticos realizados no *corpus*. A dedução partiu do pressuposto de que apenas a razão leva ao conhecimento, sendo assim ela foi usada na análise das implicações das hipóteses e na relação destas com os resultados empíricos.

A não limitação ao método indutivo implicou que a pesquisa não se deteve em resultados empíricos para daí fazer generalizações. Ela submeteu os resultados ao crivo da dedução lógica para avaliar uma possível refutação das hipóteses e a necessidade ou não de refazê-las.

4.4 Dos métodos de procedimento

Como o objeto de estudo desta tese são as estratégias da evidencialidade no material didático impresso para EaD, o método utilizado é o *estudo de caso*, planejado a partir de leituras de fundamentação teórico-metodológica para definição das variáveis relevantes no processo investigado. Os procedimentos utilizados foram os abaixo discriminados:

- a) constituição e delimitação da amostra (as atividades desenvolvidas nessa etapa foram de coleta, digitalização e codificação das amostras textuais relativas à parte expositiva dos livros);
- b) identificação das ocorrências de manifestação lexical ou gramatical da evidencialidade na amostra do material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância;
- c) descrição e análise das ocorrências de acordo com as variáveis discutidas na fundamentação teórica e apontadas nas hipóteses;
- d) análise quantitativa com utilização do pacote computacional SPSS para verificação da frequência;
- e) análise qualitativa, para, em diálogo com a teoria, interpretar os resultados obtidos para cada uma das variáveis e o cruzamento entre elas na perspectiva de descrever e explicar a manifestação da evidencialidade no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância;
- f) sistematização dos resultados.

4.5 Dos instrumentos

Para proceder à análise quantitativa das ocorrências, codificadas de acordo com parâmetros sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, utilizamos o pacote computacional SPSS (*Statistical Package for Social Science*, versão 7.5 para *Windows*). Esse programa computacional, desenvolvido primariamente para as Ciências Humanas, foi

utilizado para o cálculo de frequência, para o cruzamento de dados, bem como para a transformação dos dados estatísticos em representações gráficas.

4.6 Da identificação e da codificação das ocorrências

Na identificação do *corpus*, levamos em consideração a evidencialidade como um domínio funcional e identificamos estratégias evidenciais mediante diferentes recursos linguísticos (meios: verbo, substantivo, preposição/locução prepositiva, justaposição, comentários metadiscursivos e outros, tais como adjetivos e advérbios). Na análise das ocorrências consideramos, no contexto, a fonte, a marca com função evidencial e o próprio conteúdo asseverado.

Não fez parte do *corpus* de ocorrência o uso de verbos que tiveram uma função mais descritiva de um evento do que a função de relacionar uma fonte a um conteúdo, ou seja, verbos que descrevem o “fazer” mais do que o “dizer” com complemento indicativo de tema do que é dito.

Na análise das ocorrências, além do tipo de evidencialidade, verificamos as categorias: fonte da informação, acesso evidencial, comprometimento do produtor textual com a fonte da informação; marca de adesão, marca de refutação, modalização, meio linguístico, posição da marca evidencial. Vale ressaltar que não consideramos, na análise das ocorrências, as variáveis independentes: grande área de estudo dos materiais, a área e a disciplina, pois não formulamos problemas nem hipóteses relacionados a elas.

A codificação das ocorrências de manifestação da evidencialidade no *corpus* seguiu os procedimentos abaixo:

- a) a Grande Área foi identificada através das siglas: CH (Ciências Humanas) e LLA (Linguística, Letras e Artes);
- b) a Área foi identificada através das siglas: EDU (Educação); ANT (Antropologia); PSI (Psicologia); FIL (Filosofia); LET (Letras); LIN (Linguística); ART (Artes) e TEA (Teatro);
- c) a disciplina foi identificada pela sigla: PE (Política Educacional); ANT (Antropologia); PD (Psicologia do Desenvolvimento); FIL (Filosofia); LP

(Língua Portuguesa); LINII (Linguística II); HAVI (História das Artes Visuais I); LTI (Laboratório de Teatro I);

- d) o trecho coletado foi especificado a partir do livro da disciplina com a identificação da página.

4.7 Das categorias de análise

Com o auxílio da ficha de análise das ocorrências e do programa computacional SPSS (*Statistic Package for Social Science*), verificamos a frequência de cada uma das variáveis independentes e das categorias, conforme abaixo discriminadas:

1) grande área

- 1.1) Ciências Humanas;
- 1.2) Linguística, Letras, Artes.

2) área

- 2.1) Educação;
- 2.2) Antropologia;
- 2.3) Psicologia;
- 2.4) Filosofia;
- 2.5) Letras;
- 2.6) Linguística;
- 2.7) Artes;
- 2.8) Teatro.

3) disciplina

- 3.1) Política Educacional;
- 3.2) Antropologia;
- 3.3) Psicologia do Desenvolvimento;
- 3.4) Filosofia;
- 3.5) Língua Portuguesa;
- 3.6) Linguística II;

3.7) História das Artes Visuais;

3.8) Laboratório de Teatro.

4) **Tipo de evidencialidade:** reportativa, inferida, percepção de evento e genericidade.

Para a investigação da manifestação da evidencialidade no material didático impresso para EaD, utilizamos a proposta da Gramática Discursivo-Funcional que distingue quatro tipos de estratégias evidenciais, a saber: a *Evidencialidade Reportativa* está associada à indicação de uma fonte que não é o autor do texto, portanto, a informação é dada a partir de uma fonte externa. As marcas reportativas atuam no Nível Interpessoal, na camada do Conteúdo Comunicado. Vejamos o exemplo, a seguir:

(43) Alguns desses pensadores do Século XVI chegaram a se perguntar se os bárbaros não éramos nós; como **diz** Françoise Laplantine (2000), eles defendiam e valorizavam a “ingenuidade original” do estado de natureza. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 11)

Em (43), temos o verbo de elocução em terceira pessoa, “diz”, indicando que o produtor textual obteve a informação de uma fonte determinada, reportada, “Françoise Laplantine (2000)”, indicando, inclusive, o ano de publicação da obra, conforme prescrevem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Desta forma, ele atenua seu grau de comprometimento com o conteúdo asseverado. Ocorre, na verdade, uma retransmissão, por parte do Falante, de um Conteúdo Comunicado produzido por outro Falante em outra ocasião.

A *Evidencialidade Inferida* indica que a informação foi obtida por meio de inferências advindas de indícios contextuais. Ela atua no nível representacional, na camada do conteúdo proposicional.

(44) **Podemos perceber** como por trás dessas duas posições há uma visão sobre o Ocidente; porque aqueles que tinham uma visão negativa, de recusa do estranho, tinham uma visão positiva sobre nós, sobre o nosso modo de vida. Pelo contrário, aqueles que viam as virtudes dos povos tradicionais tinham uma visão negativa do Ocidente. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 11)

Em (44), o produtor textual se utilizou de um predicado encaixador proposicional capaz de expressar semanticamente uma sequência de ideias inferidas a partir de outras concepções já conhecidas previamente. Vemos, nesse exemplo, que o Falante expressa um Conteúdo Proposicional que é resultado de uma conjectura baseada em evidências internas (construto mental).

A evidencialidade do tipo *Percepção de Evento* atua no Nível Representacional, na camada do Estado-de-Coisas, demonstrando que o conhecimento foi obtido a partir da percepção direta de um Estado-de-coisas (ou de sua ausência) descrito na cláusula, conforme constatamos em (45):

(45) Faziam um barulho ensurdecedor naquela manifestação. Todos **constatavam** isso. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 15)

A *Genericidade* atua no Nível Representacional, na camada do Conteúdo Proposicional. Nela, a origem do conhecimento contido no Conteúdo Proposicional é baseada em um conhecimento geral acumulado na comunidade, como vemos no exemplo, a seguir:

(46) **É sabido que** nas regiões onde a altitude é elevada, o ar é rarefeito, ou seja, há pouco oxigênio no ar: em consequência disso nosso organismo tem que produzir modificações para solucionar o problema causado por esse ar rarefeito. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 19)

O tipo de evidencialidade está associado à indicação da fonte de informação e leva em consideração a natureza, o nível e a camada do enunciado qualificado por uma marca evidencial, para que possa ser mostrada também a frequência do tipo evidencial predominante, o porquê dessa predominância nas estratégias evidenciais e, sobretudo, o efeito de comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo asseverado. Como observa Nogueira (2011), essas categorias de análise não devem ser automáticas, já que:

[...] a relação entre o tipo de fonte e a natureza evidencial não é direta e necessária. Os verbos de naturezas subjetiva, inferencial e experiencial, que frequentemente se

combinam com a primeira pessoa (fonte enunciador), são utilizados com uma fonte evidencial de terceira pessoa definida (p. 66).

5) **Tipo de fonte:** enunciador, terceira pessoa definida, terceira pessoa indefinida, domínio comum.

A *fonte do tipo enunciador* ocorre quando o produtor textual veicula uma informação que seja dele, ou seja, divulga informação concebida e concluída por ele mesmo. Neste tipo de fonte, há a utilização do verbo na 1ª pessoa do singular, como ocorre no exemplo (47), a seguir, em que o verbo aparece dessa forma, marcando a evidencialidade explícita do sujeito enunciador, ou seja, do autor do texto. Nesse caso, em especial, o enunciador ora aparece em primeira pessoa do singular “pretendo enfatizar”, ora aparece em primeira pessoa do plural “estamos falando”.

(47) Além desse aspecto cultural, que também poderia ser abordado a partir da questão linguística, por exemplo, **pretendo enfatizar** os determinantes econômicos, ou seja, **estamos falando**, no caso brasileiro, de um Estado inserido na economia capitalista. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 24)

Algumas vezes, o enunciador usa o verbo na primeira pessoa do singular, ou seja, ele se institui como fonte da informação veiculada, assumindo o conteúdo asseverado como seu. Mas, frequentemente, o enunciador utiliza a primeira pessoa do plural em um uso que ficou conhecido como “plural majestático” ou “plural de modéstia”.⁵³ Como exemplo de plural de modéstia, temos o caso (48), a seguir, em que o produtor textual preferiu usar o “nós” em lugar do “eu”:

⁵³ Plural de modéstia é o emprego da primeira pessoa do plural no lugar da primeira do singular, como acontece no exemplo a seguir: “nós estamos felizes com o curso” em vez de “eu estou feliz com o curso”. Seu uso era recorrente na fala dos antigos reis de Portugal, em que eles, ao tentar suavizar a distância que os separava do povo, utilizavam um estilo modesto, fazendo uso do referido pronome. Até que no início do séc. XVI, com D. João III, teve início o absolutismo real, fato que culminou na retomada do uso da primeira pessoa do singular. Todavia, os altos prelados da Igreja ainda continuavam fazendo uso do pronome “nós”, como forma de humildade e solidariedade para com os fiéis. Dessa forma, mediante o crescimento daquela instituição em poder e bens, tal uso passou a “soar” como uma atitude contrária à modéstia, denotando assim um instinto de grandeza – razão pela qual o plural de modéstia é também chamado de plural majestático. O uso de tal forma ainda se faz presente por intermédio de alguns escritores, oradores e políticos, cujo intento, principalmente em se tratando destes últimos, é tão somente evitar marcas de individualismo em seu discurso, fazendo com que os leitores, ouvintes e até mesmo correligionários compartilhem das ideias por eles proferidas, bem como para afastar qualquer noção de vaidade ou orgulho (PIACENTINI, 2009, p. 1).

(48) [...] **consideramos** que a sua importância reside na formação da geração da antropologia americana que produziu suas pesquisas na primeira metade do Século XX. Isto transparece nas preocupações que ele demonstra no texto de 1936, [...]. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 34)

A fonte da informação pode ser atribuída também a uma *terceira pessoa definida*, o que promove uma diminuição da responsabilidade de quem está produzindo o texto com a informação veiculada, uma vez que a origem da fonte da informação é uma terceira pessoa. Uma das características desse tipo de fonte é o uso de predicados encaixadores de elocução em 3ª pessoa e o uso de preposições, conforme mostra o exemplo, a seguir, em que a fonte do conhecimento está atribuída a uma pessoa diferente do enunciador, porém definida.

(49) Afinal, como **disse** Sahlins (1979, p.08), “o homem apreende o mundo a partir de esquemas simbólicos que ordenam o mundo, mas que jamais são os únicos possíveis”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 10)

A fonte da informação pode ser, ainda, de origem incerta, como se esse conteúdo asseverado fosse um boato, o que significa dizer que a informação veiculada não é do produtor textual, nem de outra fonte conhecida, tornando-se assim atribuída a uma *terceira pessoa indefinida*, como mostra o seguinte exemplo:

(50) **Pode-se dizer** que é difícil distinguir entre Filosofia e Teologia quando se fala de “Filosofia Cristã”. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 38).

O verbo “poder” apresenta-se na terceira pessoa do singular com o clítico *se*, formando uma construção impessoal. Ao colocar o verbo nessa estrutura, a fonte da informação (outro) é “encoberta”, assumindo uma função indefinida.

Por fim, a fonte da informação pode ser de *domínio comum*, isto é, a informação não é apresentada como sendo de conhecimento apenas do produtor textual; pelo contrário, há estratégias discursivas capazes de levar o leitor a crer que todos conhecem tal informação, como observamos em (51).

(52) **É sabido que** nas regiões onde a altitude é elevada, o ar é rarefeito, ou seja, há pouco oxigênio no ar: em consequência disso nosso organismo tem que produzir modificações para solucionar o problema causado por esse ar rarefeito. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 19)

Os tipos de fonte de informação serão observados levando-se em consideração a frequência com que acontecem, bem como o motivo dessa predominância.

6) **Modo de acesso à informação:** evidência sensorial, inferência baseada nos sentidos, inferência baseada em conhecimento prévio do falante, inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade, relato de segunda mão, relato de terceira mão (boato).

O acesso evidencial da informação vai demonstrar o efeito de sentido que a marca evidencial mantém com a aquisição do conhecimento descrito na interação verbal, levando em consideração o tipo de experiência sensorial ou cognitiva que originou esse conhecimento veiculado.

A *evidência sensorial* ocorre de forma direta, ou seja, o produtor textual revela que obteve a informação pessoalmente, por meio de uma evidência visual ou não-visual (através de outro sentido, como a audição, o tato ou o olfato), isto é, ele mesmo vivenciou o ocorrido. Não foi registrado no *corpus* desta tese esse tipo de acesso, por isso utilizamos, a título de ilustração, o exemplo a seguir, retirado de Lucena-Silva (2013, p. 124):

(53) Chego à janela de minha casa e *vejo que* umas coisas mudaram. [...] no lugar do pé de cajá-manga há uma mangueira; e um renque de acácias espanholas, amarelas e vermelhas, corre sob as janelas do lado. Vão construir no terreno em frente, onde havia aquela interminável família de negros [...]. (PBXX1MGOR339).

A *inferência baseada nos sentidos* ocorre quando o produtor textual expressa uma informação que resulta de uma evidência interna dele. No exemplo (54), observamos, através da marca verbal “Vejo”, que o produtor textual infere a partir de sua própria percepção que se o piso está molhado é porque deve ter chovido.

(54) Vejo que choveu, o piso está molhado.

A *inferência baseada em conhecimento prévio do falante* ocorre quando o produtor textual demonstra que acionou um conhecimento a partir de um raciocínio lógico advindo de outros conhecimentos que ele já tinha, como observamos em (55), quando, com base no conhecimento que o produtor já tem, ele pode dizer/concluir que sempre existiu uma relação entre os povos:

(55) **Pode-se dizer**, então, que sempre existiu uma relação com aqueles outros povos, mas não por isso temos que pensar que essa relação ao longo dos tempos teve os mesmos efeitos. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 11)

A *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade* ocorre quando o produtor textual demonstra que acionou uma informação que já faz parte do conhecimento dele e de toda uma comunidade. Diferencia-se da *inferência baseada em conhecimento prévio do falante* porque enquanto nesta forma de inferência há a busca por conhecimentos que o próprio falante tem e o infere a partir de uma linha lógica de raciocínio seu, naquele o conhecimento é compartilhado por todos os envolvidos em uma determinada comunidade.

(56) **Sabemos, nós, antropólogos**, que essa indefinição acerca da noção já nos informa bastante sobre o próprio conceito. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 11)

O exemplo (56) demonstra que a indefinição acerca da noção de um determinado conceito já é conhecida pela comunidade de antropólogos.

O *relato de segunda mão* ocorre quando o produtor textual revela que obteve a informação por meio de um relato de uma fonte conhecida e responsável pelo conteúdo veiculado, como observamos no exemplo (57), a seguir, em que a informação foi repassada a partir de um relato feito por uma segunda pessoa, que é uma fonte determinada “Evaldo Vieira”:

(57) **De acordo com** Evaldo Vieira, no artigo “A política e as bases do direito educacional”, as disposições sobre educação da CF/88 formam o que denominou “regime jurídico da educação”. **Segundo esse autor**, [...] (CH.EDU.PE.UFMG. p. 37)

E, por fim, o *relato de terceira mão* que, apesar de Lucena-Silva (2013) afirmar que esse acesso ocorre quando um conhecimento passa a circular como algo que já faz parte da tradição, uma crença disseminada em uma comunidade, no nosso *corpus*, o consideramos quando o produtor textual faz uso da expressão latina *apud*, tendo em vista que esse recurso é condicionado, na normalização acadêmica, quando é citado por alguém, sendo, portanto, o autor um porta-voz da informação relatada de segunda mão, como observamos em (58):

(58) Castilho (*apud* COSTA VAL, 2002) aponta três maneiras de estudar a língua, que chama de “famílias teóricas”. A primeira família é, segundo ele, constituída pelos que veem a língua como estrutura, que são a gramática normativa e os modelos estruturalistas. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 11)

7) **Marca de adesão/refutação do enunciador:** adjetivos qualificativos, verbos, outra.

Essas marcas irão demonstrar se os autores aderem ou não às ideias expressas e quais marcas de adesão ou refutação são mais frequentemente utilizadas. Em (59), aparece o adjetivo “grande” marcando a adesão do produtor textual à fonte da informação. Da mesma forma, em (60) o advérbio “corretamente” vai marcar a adesão à fonte.

(59) O **grande** antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, no seu texto *Raça e História* (1975), relata uma história vivida pelos colonizadores e os índios americanos que mostra claramente como ambos os grupos estavam interessados buscando entender esse outro. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 9)

(60) Etnia exprime uma forma de interação entre grupos culturais articulados num contexto social comum – como observou **corretamente** Abner Cohen. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 116)

8) Coocorrência de modalizadores epistêmicos no contexto das marcas evidenciais

A coocorrência de estratégias linguísticas da modalidade epistêmica na indicação das fontes dos conteúdos asseverados se dá quando aparece algum tipo de expressão modalizadora epistêmica manifestando-se mutuamente com uma estratégia evidencial. A ocorrência (61), a seguir, exemplifica esse efeito:

(61) A ideia do progresso no caminho da civilização se **pode observar claramente** na obra de Morgan (1976) quando descreve a evolução dos modos de subsistência, da organização política, da organização familiar e da ideia de propriedade. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 31)

Em (61), o advérbio “claramente” é um elemento modalizador que reforça a evidencialidade manifestada no verbo “observar”.

9) Efeito de comprometimento: alto, médio, baixo.

O efeito de comprometimento diz respeito ao grau de comprometimento do produtor textual com a informação que está sendo repassada. Sendo assim, quando o próprio produtor textual atestar a informação por ele expressa no conteúdo registrado, o comprometimento verificado será considerado *Alto*. O *Médio* grau de comprometimento ocorrerá quando o produtor textual apresentar o conteúdo proposicional como sendo uma inferência baseada em uma informação dada. O *Baixo* grau de comprometimento se dará quando quem redigir o texto se reportar a uma informação advinda de uma terceira pessoa, ou seja, alguém que tem credibilidade perante o universo acadêmico. Podemos observar em (62), (63) e (64), respectivamente, os níveis *alto*, *médio* e *baixo* de comprometimento.

(62) [...] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, **assumo** a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 74)

(63) Após a morte de Marcel Mauss, em 1950, **poderíamos dizer** que a antropologia francesa estava à busca de uma nova figura. Essa figura vai ser Claude Lévi-Strauss (1908). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 48)

(64) **Para** Lévi-Strauss, essa é a regra fundamental, porque dela se derivam todas as outras; é a regra que regra. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 50)

Em (62), a marca evidencial é revelada através do verbo em primeira pessoa do singular, “**assumo**”, com o qual o produtor textual assume total comprometimento com a afirmação veiculada. Em (63), o produtor textual não se apresenta como única fonte da informação, ele deixa transparecer sua atenuação de responsabilidade com a informação asseverada, mostrando que tem mais alguém que comunga com o que está sendo dito. E, em (64), ele demonstra seu descomprometimento com o conteúdo exposto, ao apresentar algo que foi dito por uma fonte definida.

Vale lembrar que, para a definição do grau de comprometimento, também levamos em consideração a presença de modalizadores epistêmicos no contexto, bem como de marcas de adesão/refutação do enunciador.

10) Meios linguísticos de manifestação da evidencialidade: verbo, substantivo, preposição/locução prepositiva, justaposição simples, comentário metadiscursivo.

A evidencialidade pode se manifestar através de:

a) um *verbo*, conforme podemos constatar em (65).

(65) Como **diz** Geertz (2001), a diferença começa no limite de nossa pele. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 147)

b) um *substantivo*, como bem mostra o exemplo (66).

(66) Se cada cultura pode seguir um rumo particular fica clara então a **explicitação de** Boas de que o objetivo da pesquisa antropológica tem que ser o “estudo dos processos pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa. Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem –

em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento” (*Ibid*, p. 33). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33)

c) uma *preposição*, conforme observamos em (67).

(67) **Segundo** relato de Dourado, pesquisas comprovam que a criação de unidades privadas para a execução de recursos públicos não contribuiu para a gestão democrática da escola [...] (CH.EDU.PE.UFMG. p. 95)

d) uma *justaposição simples*, como em (68).

(68) Como consequência deste processo, por exemplo, nas sociedades africanas que eram objeto da disciplina, a antropologia vai ter que lidar com um estigma negativo, que se manifesta numa intolerância às pesquisas etnográficas (**LÉVI-STRAUSS 1962, p. 23**). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 23)

e) um *comentário metadiscursivo*, conforme observamos em (69).

(69) Na redação original da LDB, a Educação Profissional estava tratada nos Art. 39 a 42. Em 2008, a Lei nº 11.741 revogou, alterou e acrescentou dispositivos, **conforme disposto a seguir**: Seção IV-A. Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 66)

f) um *modificador*, como podemos observar no exemplo (70):

(70) Agora nos deteremos nas ideias teóricas do Malinowski. Seu enfoque, igual ao de Radcliffe-Brown, era anti-histórico – ele acreditava que poderia explicar uma sociedade a partir do conjunto de suas relações sociais naquele momento – e sua preocupação era entender como funcionavam as culturas. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 40)

11) **Posição da marca evidencial**: anteposta à fonte e ao conteúdo, intercalada à fonte e ao conteúdo, posposta à fonte e ao conteúdo.

A posição da marca evidencial é *Anteposta* quando ela estiver antes da fonte de informação e do próprio conteúdo veiculado. Ela é *Intercalada* quando a marca evidencial

estiver entre a fonte da informação e a própria informação veiculada no enunciado e, por fim, é *Posposta* quando a marca evidencial estiver depois da fonte da informação e do próprio conteúdo asseverado.

Seguem alguns os exemplos (71), (72) e (73) retirados do *corpus*:

(71) **De acordo com** Evaldo Vieira, no artigo “A política e as bases do direito educacional”, as disposições sobre educação da CF/88 formam o que denominou “regime jurídico da educação”. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 37) - **Anteposta**

(72) No caso brasileiro, a CF/88, no seu Art. 19, I, **prevê** expressamente essa separação entre Igreja e Estado, vedando à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança” (Art. 19, I). (CH.EDU.PE.UFMG. p. 24) - **Intercalada**

(73) Como consequência deste processo, por exemplo, nas sociedades africanas que eram objeto da disciplina, a antropologia vai ter que lidar com um estigma negativo, que se manifesta numa intolerância às pesquisas etnográficas (**LÉVISTRAUSS 1962, p. 23**). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 23) - **Posposta**

Em (71), a marca evidencial, a locução prepositiva “De acordo com”, está anteposta à fonte e ao conteúdo asseverado. Em (72), essa marca (a forma verbal *prevê*) está entre a fonte e o conteúdo asseverado. E, em (73), a justaposição aparece como marca da evidencialidade depois da fonte e do conteúdo asseverado.

Fizemos, ainda, o cruzamento entre as variáveis: tipo de fonte x tipo de evidencialidade; tipo de evidencialidade x efeito de comprometimento; tipo de fonte x efeito de comprometimento; meios linguísticos de manifestação da evidencialidade x efeitos de comprometimento; e marcas de adesão x efeito de comprometimento. Esses cruzamentos serão mais bem exemplificados no capítulo 5, em que mostraremos os resultados das análises a partir das tabelas processadas pelo programa SPSS (*Statistic Package for Social Science*) .

Para melhor organizar as categorias de análise, optamos por elaborar uma ficha de análise de ocorrência, conforme abaixo disposta.

Quadro 6 - Ficha de análise das ocorrências

FICHA DE ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS
<p>Ocorrência 01: Afinal, como <u>disse</u> Sahlins (1979, p.08), “o homem apreende o mundo a partir de esquemas simbólicos que ordenam o mundo, mas que jamais são os únicos possíveis”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 10)⁵⁴</p>
<p>1. Grandes áreas: Ciências Humanas (x) Linguística, Letras e Artes ()</p>
<p>2. Áreas: Educação () Antropologia (x) Psicologia () Filosofia () Letras () Linguística () Artes () Teatro ()</p>
<p>3. Disciplinas: Política Educacional () Antropologia (x) Psicologia do Desenvolvimento () Filosofia () Língua Portuguesa () Linguística II () História das Artes Visuais I () Laboratório de Teatro I ()</p>
<p>4. Tipo de evidencialidade: Reportativa (x) Inferida () Percepção do Evento () Genericidade () .</p>
<p>5. Tipo de fonte: enunciador () terceira pessoa definida (x) terceira pessoa indefinida () domínio comum () .</p>
<p>6. Modo de acesso: Evidência sensorial () Inferência baseada nos sentidos () Inferência baseada conhecimento prévio () Relato de 2ª mão (x) Relato de 3ª mão () .</p>
<p>7. Marca de adesão: adjetivos qualificativos () verbos () outro (operador argumentativo, <i>afinal</i>) (x) não se aplica () .</p>
<p>8. Refutação/Afastamento: adjetivos qualificativos () verbos () outro () não se aplica (x) .</p>
<p>9. Presença de marcador modal no enunciado: sim () não (x) .</p>
<p>10. Grau de comprometimento: alto comprometimento () médio comprometimento (x) baixo comprometimento () .</p>
<p>11. Meios linguísticos de expressão da evidencialidade: verbo (x) substantivo () adjetivo () preposição/ locução prepositiva () justaposição () comentário metadiscursivo () .</p>
<p>12. Posição da marca evidencial no enunciado: anteposição do item evidencial: item evidencial > fonte da informação > conteúdo proposicional (x) intercalação do item evidencial: fonte da informação > item evidencial > conteúdo proposicional () posposição do item evidencial: conteúdo proposicional > fonte da informação > item evidencial () .</p>

Após a análise das ocorrências, os dados foram tabulados através do pacote computacional *SPSS*. Em seguida, fizemos uma análise qualitativa, em que avaliamos a relevância dos fatores, bem como estabelecemos a relação entre os resultados e as hipóteses levantadas.

Ao final, fizemos a sistematização dos resultados encontrados.

⁵⁴ As ocorrências são identificadas neste trabalho da seguinte forma: **CH** – Ciências Humanas; **ANT** - Área Antropologia; **ANT** – Disciplina Antropologia; **UFJF** – Universidade Federal de Juiz de Fora; p. 10 – página 10).

4.8 Síntese do capítulo

Ao longo deste capítulo, realizamos a caracterização, constituição e delimitação do nosso *corpus* de análise, informamos o método de abordagem, os métodos de procedimento, os instrumentos, as categorias de análise e, mostramos, ainda, como foi feita a identificação e a codificação das ocorrências.

Como explicado no capítulo, analisamos as estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD a partir de variáveis pragmáticas, semânticas e morfossintáticas, no sentido de verificar os vários aspectos de forma e de funcionalidade da evidencialidade presentes no *corpus*. Escolhemos esses materiais por entendermos que o discurso utilizado pelos autores apresenta a citação de outras fontes, o que amplia o uso dos evidenciais na relação observável com o grau de comprometimento do produtor do material com a informação asseverada e possibilita a análise de um número significativo de ocorrências.

A amostra do material didático dos quais constituímos um *corpus* de ocorrências das manifestações evidenciais foi constituída a partir da Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. A partir desta divisão, optamos por analisar duas das Grandes Áreas: Ciências Humanas (Educação, Antropologia, Psicologia e Filosofia) e Linguística, Letras e Artes (Língua Portuguesa, Linguística II, História das Artes Visuais I, Laboratório de Teatro I).

Ressaltamos que utilizamos o Programa *SPSS* para nos auxiliar na análise da frequência dos dados coletados e levamos em consideração as seguintes categorias: evidencialidade, fonte, acesso, adesão, refutação, modalização epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, comprometimento, meios e posição.

O capítulo 5, a seguir, abordará a evidencialidade no material didático impresso para EaD, a partir da análise dos dados.

5 A EVIDENCIALIDADE NO MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD

“Os evidenciais geralmente podem ser definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição.”

(BYBEE, 1985, p. 184)

Após identificação e análise das 580 ocorrências de estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD, apresentamos a descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos responsáveis pela caracterização da expressão da evidencialidade nesse *corpus*. Para tanto, dividimos este capítulo em seções que explicitam os resultados relativos às categorias de análise utilizadas: *tipo de evidencialidade* (reportativa, inferida, percepção de evento, genericidade); *tipo de fonte* (enunciador, terceira pessoa definida, terceira pessoa indefinida, domínio comum); *modo de acesso* (evidencialidade sensorial, inferência baseada nos sentidos, inferência baseada em conhecimento prévio do falante, inferência baseada em conhecimento acumulado, relato de segunda mão, relato de terceira mão); *marca de adesão* (adjetivo qualificativo, verbo, outro); *marca de refutação* (adjetivo qualificativo, verbo, outro); *modalização*; *grau de comprometimento* (alto, médio, baixo); *meios linguísticos de manifestação da evidencialidade* (verbo, substantivo, preposição, justaposição, comentários metadiscursivos, modificador); e *posição da marca evidencial* (anteposta, intercalada, posposta). As demais seções relatam o cruzamento entre as variáveis: *tipo de fonte e tipo de evidencialidade*; *tipo de evidencialidade e efeitos de comprometimento*; *tipo de fonte e efeito de comprometimento*; *meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e efeitos de comprometimento*; e *presença de marcas de adesão e efeito de comprometimento*.

Vale ressaltar que utilizamos os seguintes aspectos contextuais: *grande área*, *área* e *disciplina*, mas que não foram abordados neste capítulo em seções específicas como as demais por fazerem parte da caracterização do *corpus*, portanto já foram previamente abordados no capítulo referente à metodologia e serviram apenas para distinguir os materiais didáticos analisados. Não fizemos nenhuma relação entre essas variáveis e as demais, uma vez que não observamos, na análise dos dados, diferenças significativas entre os usos evidenciais

em um e outro material. Dessa forma, a análise apresentada nesta seção considera as ocorrências indistintamente, como um conjunto unificado de dados.

Defendemos a hipótese de que as estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância apresentam aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que indicam como tipo de fonte e como tipo de evidencialidade predominantes, uma *terceira pessoa definida e evidencialidade reportativa*, respectivamente. Assim, com o intuito de responder nossa questão geral de pesquisa (que aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos caracterizam a manifestação da evidencialidade na indicação das fontes dos conteúdos asseverados no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância?), partimos de hipóteses secundárias que recortam o fenômeno da manifestação da evidencialidade no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância a partir das categorias elencadas na ficha de análise das ocorrências (cf. quadro 6), descrita no capítulo anterior.

5. 1 A evidencialidade no material didático impresso para EaD

Para caracterizar as estratégias evidenciais presentes no *corpus*, levamos em consideração os quatro tipos descritos na GDF, a saber: *reportativa*, *inferida*, *percepção de evento* e *genericidade*. Com base na amostra analisada, verificamos que, conforme já era previsto, o tipo de evidencialidade predominante nesse material foi a *reportativa*, pois, das 580 ocorrências analisadas, 478 foram desse tipo evidencial, o que equivale a um percentual válido de 82,5% dos casos, conforme podemos observar na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Tipo de evidencialidade no material didático impresso para EaD

Tipo de evidencialidade	Número de ocorrência	Porcentagem
Reportativa	478	82,5
Inferida	82	14,1
Genericidade	20	3,4
Total	580	100

Os dados da tabela 1 revelam que, em nossa amostra textual, na marcação da fonte do conteúdo veiculado, predominam as marcas evidenciais relacionadas à obtenção da fonte de forma indireta, ou seja, a evidencialidade tende a ocorrer mais frequentemente quando o conteúdo descrito no texto foi adquirido em uma fonte que não é o enunciador, isto é, foi adquirida em uma fonte reportada, advinda de outras leituras feitas pelos produtores textuais. Os tipos *inferida* e *genericidade* ocorreram em menor escala, o que revela que os produtores de material didático para EaD também utilizam a suposição com base em inferência feita a partir de conhecimento do próprio falante ou conhecimento acumulado.

O tipo de evidencialidade *percepção de evento* não ocorreu em nosso *corpus*, pois os conteúdos veiculados nesse tipo de texto não costumam estar relacionados a informações que o produtor textual tenha obtido a partir dos seus próprios sentidos (visão, audição, gustação, tato e olfato), tendo em vista que o discurso acadêmico gira em torno de ideias ou opiniões manifestadas de forma expositivo-argumentativa. Esse resultado destoa dos obtidos por Lucena-Silva (2013), já que seu *corpus* é composto de uma variedade de gêneros que comportam não só os tipos dissertativo-argumentativos, mas os gêneros da ordem do narrar e do relatar, propícios ao aparecimento desse tipo de evidencialidade.

A seguir, apresentamos exemplos de cada tipo de evidencialidade encontrada no *corpus*.

a) Evidencialidade Reportativa

Esse tipo evidencial ocorreu no *corpus* de forma quase que totalitária, tendo em vista o propósito de veiculação de vários conceitos que são objeto de ensino-aprendizagem e que constroem a heterogeneidade que é constitutiva desse tipo de texto, conforme observamos nos exemplos (74) a (77):

(74) Como **diz** Cuche (1999, p. 241): “relativizar o relativismo cultural é algo que se impõe”, e voltar ao uso original, que diz respeito ao princípio metodológico (voltaremos a esta questão na unidade do relativismo e do etnocentrismo). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 36/37)

(75) **De acordo com** CUNHA (2002, p. 50), competência privativa é a competência exclusiva, ou seja, aquela que exclui qualquer outra com o mesmo conteúdo, e competência concorrente é a que se exerce simultaneamente sobre a

mesma matéria, por mais de uma autoridade ou órgão. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 23)

(76) “Como consequência deste processo, por exemplo, nas sociedades africanas que eram objeto da disciplina, a antropologia vai ter que lidar com um estigma negativo, que se manifesta numa intolerância às pesquisas etnográficas” (LÉVISTRAUSS, 1962, p. 23). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 23)

(77) **Podemos citar Adam Kuper, para resumir em poucas linhas a perspectivas dos estudos culturais:** “a alta cultura oficial é questionada, e a cultura produzida pela massa, condenada como falsa, ou como irremediavelmente corrompida, mas a cultura popular é tratada com simpatia”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 27)

Temos, então, quatro exemplos de evidencialidade do tipo *reportativa* em que cada um apresenta um meio diferente para marcar a categoria. Em (74), o verbo de elocução “dizer” precede a fonte do conteúdo asseverado, introduzindo uma construção de discurso direto em que o Conteúdo Comunicado é marcado entre aspas e associado a outro Falante, especificado na nova situação de enunciação na qual a “fala” reportada é inserida. Dessa forma, ao apresentar o discurso da fonte citada, o produtor textual distancia-se do julgamento expresso no Conteúdo Comunicado do sujeito reportado.

Em (75), estamos diante de uma ocorrência de evidencialidade *reportativa* com marca evidencial expressa através da locução prepositiva anteposta, “De acordo com”, seguida pela fonte, “CUNHA (2002, p. 50)”, e pelo Conteúdo Comunicado, “[...] competência privativa [...] ou órgão”, marcando uma citação indireta do que foi dito pela fonte. Esse exemplo mostra um *baixo* comprometimento do produtor textual, pois o acesso foi feito por meio de um *relato de segunda mão* em que não é possível observar uma marca de adesão.

Em (76), a evidencialidade *reportativa* se manifesta a partir da justaposição posposta da fonte ao conteúdo informado, indicando que aquele conteúdo veiculado não é de quem produziu o texto, mas da fonte reportada depois das aspas. Não há marcas de adesão ou refutação, nem há indícios de modalização epistêmica no contexto evidencial, portanto temos, mais uma vez, um caso de *baixo* comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo asseverado.

Em (77), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* cujo acesso se deu a partir de um *relato de 2ª mão*, marcando, assim, a evidencialidade *reportativa* manifestada por meio de um *comentário metadiscursivo* anteposto à fonte e seguido do Conteúdo

Comunicado entre aspas, sem marca de adesão ou refutação, sem modalizadores, portanto, também, indicando um *baixo* comprometimento da fonte em relação ao conteúdo.

De acordo com as análises, verificamos que a evidencialidade *reportativa* além de ser uma característica marcante desse tipo de material, é usada para realçar o conteúdo a ser repassado para os alunos, ou seja, é uma forma de o professor mostrar ao aluno o autor de cada conceito, levando-o a buscar novos conhecimentos através da leitura das fontes citadas. Vimos, também, que nesses exemplos, é recorrente o *baixo* comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo citado, uma vez que o produtor textual preferiu usar o argumento de autoridade para, de certa forma, fundamentar sua argumentação e dar ao aluno a possibilidade de aprofundar seu conhecimento nas fontes reportadas.

A seguir, podemos verificar como ocorre a evidencialidade *inferida* no *corpus* analisado.

b) Evidencialidade Inferida

Como já dito nos capítulos 3 e 4, esse tipo de evidencialidade é constatada quando o produtor textual infere um Conteúdo Proposicional, ou seja, faz uma espécie de construto mental de uma informação que requer um raciocínio lógico do produtor textual. Das 580 ocorrências analisadas, 82 foram de evidencialidade *inferida*, equivalendo a 14,1% dos casos, conforme verificamos na tabela 1. A seguir, elencamos alguns exemplos desse tipo de evidencialidade:

(78) Confúcio nasceu em 551 a.C. e morreu em 479 a.C. Foi a figura histórica mais conhecida na China como mestre, sábio e teórico político. Sua doutrina, o Confucionismo, teve forte influência não apenas sobre a China, mas também sobre toda a Ásia oriental. Conhece-se muito pouco da sua vida. **Parece** que os seus antepassados foram gente nobre, mas o filósofo e moralista viveu pobre e desde a infância teve de ser mestre de si mesmo. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 16)

(79) Em todo caso, na companhia do já citado Bobbio, **podemos concluir** que as três formas de poder – hoje alguns autores referem-se também ao “poder simbólico” – contribuem para instituir e manter sociedades de desiguais: fortes e fracos no poder político, ricos e pobres no aspecto econômico, e sábios e ignorantes com base no poder ideológico. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 122)

Em (78) e (79), o produtor textual utilizou predicados encaixadores proposicionais capazes de expressar semanticamente uma sequência de ideias inferidas a partir de outras concepções conhecidas previamente.

Em (78), a marca da evidencialidade *inferida* é observada a partir do verbo “parecer”, que indica uma avaliação feita pela fonte com base em outros conhecimentos adquiridos, ou seja, o produtor do material infere o conteúdo asseverado a partir de outras leituras realizadas por ele mesmo. A ocorrência não apresenta marcas de adesão e de refutação, nem modalização, portanto demonstra, assim, um menor grau de comprometimento em relação ao enunciado, pois o verbo “parecer” indica semanticamente que ele não tem certeza daquilo que está sendo asseverado.

Em (79), temos uma fonte do tipo *enunciador* e uma evidencialidade do tipo *inferida*, formada a partir da locução verbal “poder” (auxiliar modal) + “concluir”, que codifica a atitude do produtor textual em relação à proposição, manifestada, nessa interação verbal, para dar conta dos propósitos comunicativos do produtor. Nos termos de BYBEE, J., PERKINS, R. e PAGLIUCA, W. (1994), o verbo auxiliar modal “poder”, neste caso, pode ser interpretado como condições internas de habilidade do produtor do texto (em interação com os leitores) para concluir algo. Essas condições são dadas pela leitura da obra de Bobbio. Estamos diante de uma *inferência baseada em conhecimento prévio do falante* em que não há marca de adesão/refutação, mas há uma marca de modalização, portanto sugerindo um *médio* grau de comprometimento.

A seguir, podemos verificar como ocorre a evidencialidade do tipo *genericidade* no *corpus* analisado.

c) Evidencialidade Genericidade

A *genericidade* apareceu somente em 20 ocorrências, equivalendo a um percentual de 3,4% dos casos analisados. Ela designa um conhecimento que é compartilhado por todos os participantes de um processo de interação, isto é, ela imprime como marca a ideia de que a proposição é conhecida não apenas pelo Falante e pelo Ouvinte, mas por toda a comunidade, uma vez que ambos partilham o conhecimento, sem levar em consideração a veracidade ou não dele, isto é, “uma informação contextualizada como um conhecimento

amplamente compartilhado pelos participantes da interação” (LUCENA-SILVA, 2013, p. 125), como observamos em (80) e (81):

(80) **Sabe-se** que Freud estabeleceu fases para o desenvolvimento psicosexual, como foi visto anteriormente: oral, anal, fálica, período de latência e fase genital. (CH.PSI.PD.UECE. p. 91)

(81) **Diz-se** que é um contrato, um artifício inventado, a matriz do poder político, o que é apresentado como racional, baseado na razão. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 126)

Em (80) e (81), percebemos que os conteúdos asseverados constituem saberes compartilhados, concebidos como sendo verdades amplamente conhecidas, aceitas por toda uma comunidade acadêmica, portanto, o efeito de sentido expresso pela marca de *genericidade* não está relacionado ao modo como a informação foi adquirida, mas ao fato de que o conteúdo comunicado é formado a partir de um conhecimento aceito como geral. Às vezes, esse tipo tem valor “antropológico”, ao denotar conhecimentos, crenças e opiniões amplamente compartilhados por uma dada cultura.

Em relação à análise do tipo de evidencialidade presente no *corpus*, nosso objetivo era analisar os tipos de evidencialidade associados às indicações de fonte de informação no material didático impresso para EaD em relação à construção discursiva, observando qual tipo é mais frequentemente indicado, no sentido de responder ao seguinte questionamento: que tipos de evidencialidade estão associados às indicações de fonte de informação no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância em relação à construção discursiva e qual desses tipos é mais frequentemente indicado?

Chegamos à conclusão de que nossa hipótese inicial estava parcialmente correta, uma vez que, como pudemos observar na tabela 1, há uma predominância no *corpus* pela evidencialidade *reportativa*, pois é característico desse tipo de texto o uso do argumento de autoridade, no sentido de trazer ao texto produzido conhecimento de pessoas reconhecidas dentro daquela área de estudo, para que as palavras do autor citado reforcem a veracidade do conteúdo apresentado pelo professor que produz o material. Ao usar esse recurso, o produtor do texto toma emprestado o conhecimento e o renome da fonte asseverada, acrescentando ao seu discurso um respaldo de alguém que tem domínio do assunto e é reconhecido na academia. Citar, portanto, esses autores é embasar seu texto em uma autoridade.

Consideramos essa estratégia discursiva usada pelos produtores de material didático para EaD interessante, visto que os autores citados servem de fonte de argumento de autoridade que ajudam a influenciar no raciocínio dos alunos, conduzindo-os a uma visão mais crítica em relação ao conteúdo repassado.

Nossa hipótese também previa que a evidencialidade dos tipos *inferida*, *percepção de evento* e *genericidade* ocorriam no *corpus*, mas não eram frequentes. De fato, os tipos *inferida* e *genericidade* ocorreram conforme prevíamos, isto é, poucos casos exemplificaram, no *corpus*, esses tipos, porém não encontramos o tipo *percepção de evento*, como previsto, pelo fato de os conteúdos apresentados nesse tipo de produção textual serem mais conceituais e assumirem uma natureza mais abstrata.

Na seção, a seguir, discorreremos sobre os resultados concernentes ao tipo de fonte.

5.2 O tipo de fonte

Quanto à fonte da informação, assim como Lucena (2008, 2013) e Carioca (2009), consideramos, conforme dito no capítulo 4, quatro tipos, a saber: *enunciador*, *terceira pessoa definida*, *terceira pessoa indefinida* e *domínio comum*. O *corpus* analisado demonstra, conforme observamos na tabela 2, que o tipo de fonte predominante foi a *terceira pessoa definida*, o que não poderia ser diferente, uma vez que houve uma predominância da evidencialidade *reportativa*.

A tabela, a seguir, expressa o percentual obtido:

Tabela 2 – Tipo de fonte da informação no material didático impresso para EaD

Tipo de fonte	Número de ocorrência	Porcentagem
Enunciador	77	13,3
Terceira pessoa definida	474	81,7
Terceira pessoa indefinida	12	2,1
Domínio comum	17	2,9
Total	580	100

Os dados da tabela 2 revelam que o produtor de material didático impresso para EaD tende a não assumir para si a responsabilidade do conteúdo asseverado. Ele prefere atribuí-la a outrem e, assim, demonstrar um menor comprometimento em relação a esse conteúdo que assevera.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de cada tipo de fonte encontrada no *corpus*.

a) Fonte enunciador

A fonte *enunciador* é a segunda mais recorrente no *corpus*. Dos 580 casos analisados, 77 foram desse tipo, equivalendo a um percentual de 13,3% das ocorrências. Ela acontece quando a informação parte do próprio produtor textual, ou seja, quando ele assume para si a origem do conteúdo asseverado. É a partir dele que a informação passa a ser conhecida. As marcas que revelam como fonte o enunciador estão mais diretamente associadas à manifestação do que se costuma identificar como modalidade epistêmica subjetiva.

Os exemplos, a seguir, mostram, mais claramente, como acontece esse tipo de fonte:

(82) **Acredito** que seria vão alimentar essas esperanças. Os fenômenos de nossa ciência são tão individualizados, tão expostos a acidentes externos, que nenhum conjunto de leis pode explicá-las. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33)

(83) **Ressaltamos** que o exagero da positividade presente no texto não está somente relacionado à vontade de que o evento ‘dê certo’, mas também à vontade de apagamento dos acontecimentos ocorridos no evento do ano anterior, como reclamações sobre a programação, tumultos e a intervenção da polícia durante um show. (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 63)

Em (82), temos o verbo na 1ª pessoa do singular, na posição *anteposta*, marca indicadora da evidencialidade explícita do sujeito enunciador, com uma evidencialidade do tipo *inferida*, cujo acesso foi feito por meio de uma *inferência baseada no conhecimento*

próprio do falante. O verbo em 1ª pessoa indica um *alto* comprometimento do enunciador ao conteúdo expresso.

Em (83), o enunciador se apresenta na primeira pessoa do plural, “ressaltamos”, quando, na verdade, poderia se colocar em primeira pessoa do singular, já que é ele, o autor do material, que está ressaltando o que está enunciado. Esse uso ficou comumente conhecido como plural majestático ou plural de modéstia, isto é, uso da 1ª pessoa do plural no lugar da 1ª pessoa do singular, buscando dar ao texto um efeito de impessoalidade.

Essa estratégia de uso do plural majestático além de marcar a impessoalidade, característica dos textos acadêmicos, é utilizada também com o objetivo de aproximar o aluno/leitor do produtor textual e dar-lhe a impressão de que ele está participando do processo de construção do conhecimento.

Nessa ocorrência, classificamos a fonte como do tipo *enunciador*, indicando que o produtor textual se inclui como fonte da informação veiculada, assumindo o conteúdo asseverado como seu; a evidencialidade é do tipo *inferida*, cujo acesso se deu por meio de inferência baseada em *conhecimento prévio do próprio falante*; não havemos de falar em marca específica de adesão/refutação, pois se trata de fonte enunciador; não apresenta aspectos que indiquem modalização, porém verificamos um *médio* comprometimento por conta da carga semântica do verbo “ressaltar” sugerir, no exemplo, o sentido de “evidenciar”.

A seguir, temos outro exemplo com plural majestático em que o produtor textual, ao apresentar, despretensiosamente, seu posicionamento, objetiva que ele seja mais bem aceito pelo leitor.

(84) Para finalizar, **entendemos** que a concepção de processo aqui é fundamental para se pensar o ensino da escrita. (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 101)

Em (84), o produtor textual optou por uma fonte do tipo *enunciador*, marcada pela *anteposição* da forma verbal “entendemos”, e uma evidencialidade *inferida* cujo acesso se dá por meio de uma *inferência com base em conhecimento prévio do próprio falante*. Sendo o enunciador a fonte, não apresenta marcas de adesão ou refutação que possam influenciar na designação do comprometimento da fonte, não visualizamos, também, modalização, mas o verbo em 1ª pessoa do plural aponta para um *médio* comprometimento do enunciador.

Nos exemplos acima, podemos verificar que é a desinência do verbo que vai marcar o autor do material didático impresso como fonte do conteúdo asseverado.

Verificamos que são raros os casos em que o pronome em primeira pessoa do singular “EU” aparece explicitamente para marcar a fonte/enunciador. Na verdade, é mais usual a primeira pessoa do plural que provoca uma diluição da responsabilidade pelo dito, da noção de autoria. Na verdade, o uso do “NÓS” dá ao leitor a sensação de também se inserir no discurso, uma vez que pode indicar o somatório da primeira pessoa com a segunda (eu + tu), da primeira com a terceira (eu + ele) ou, ainda, da primeira com a segunda e a terceira (eu + tu + ele).

A seguir, podemos verificar como ocorre a fonte do tipo *terceira pessoa definida* no *corpus* analisado.

b) Terceira pessoa definida

A fonte *terceira pessoa definida* aparece em 81,7% dos casos, ou seja, das 580 ocorrências analisadas, ela aparece em 474. Esse tipo ocorre quando o produtor textual não se inclui como fonte, ele a atribui, integralmente, a alguém que tem conhecimento de causa sobre aquilo que está sendo asseverado. O produtor permite que uma fonte distinta de si, mas, ao mesmo tempo, conhecida por ele, assuma uma voz para dar as informações necessárias à compreensão do conteúdo. Dessa forma, ao utilizar o argumento de autoridade, o produtor textual reduz sua responsabilidade em relação ao conteúdo asseverado, como observamos em:

(85) **Segundo** Foucault (1989) a ideia de normalidade tem sido usada como instrumento de controle social, definindo a partir de determinadas camadas da sociedade os comportamentos, pensamentos e sentimentos “adequados” para a população, em geral. (CH.PSI.PD.UECE. p. 13)

(86) O linguista Carlos Alberto Faraco **explica** que a preservação de padrões conservadores é tão forte que mesmo as inovações mais comuns na língua falada não são aceitas de imediato na escrita. (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 15)

(87) A essência do etnocídio é estatal, **afirma** Clastres (1982), que diz também que ele ocorre tanto no interior da nação e como também em seu exterior. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 130)

(88) ‘As personagens não agem para imitar os caracteres, mas recebem seus caracteres por acréscimos e em razão de suas ações’ (PAVIS, 2003, p.4). (LLA.TEA.LTI.UNB. p. 20)

Em (85), estamos diante de uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, marcando uma evidencialidade *reportativa*, com acesso por meio de um *relato de segunda mão* feito por meio de uma *preposição anteposta*, “segundo”. Não apresenta marca de adesão/refutação, nem modalização, o que vai indicar um *baixo* comprometimento do autor do material com a fonte citada e com o conteúdo asseverado.

Em (86), a marca reportativa é a forma verbal *intercalada* em terceira pessoa do singular, “explica”, precedida do nome da fonte da informação, “O linguista Carlos Alberto Faraco”, seguido do Conteúdo Comunicado. O acesso se deu por meio de *relato de segunda mão*, não apresentando marca de adesão/refutação, nem modalização. Sendo assim, atribuímos um grau *baixo* de comprometimento do produtor textual com o conteúdo asseverado.

Em (87), a marca evidencial representada pela forma verbal, “afirma”, está intercalada entre a fonte uma terceira pessoa definida, “Clastres (1982)”, e do Conteúdo Comunicado, “[...] A essência do etnocídio é estatal [...]”. Não há marca de adesão/refutação, nem modalização, portanto, indicando um *baixo* comprometimento do produtor do material à fonte por ele citada.

Em (88), temos uma justaposição simples posposta da fonte, uma terceira pessoa definida, “(PAVIS, 2003, p.4)”. A evidencialidade é *reportativa*, e o acesso se deu por meio um *relato de segunda mão*, não indicando marca de adesão/refutação, nem modalização, portanto, o comprometimento do produtor do material à fonte, também, é *baixo*.

É possível observar, nos quatro exemplos, que a fonte do conhecimento está atribuída a uma pessoa diferente do enunciador, porém definida. É recorrente esse tipo de fonte no material didático analisado, e isso nos leva a perceber que o produtor desse tipo de material didático impresso prefere se respaldar usando um argumento de autoridade, o que diminui seu comprometimento em relação ao conteúdo asseverado. Entendemos, ainda, que, para ele, ao informar a fonte em que obteve o conhecimento, ele estará ofertando ao leitor a oportunidade de buscar mais informações em outras fontes e, também, tentando envolvê-lo no campo da pesquisa.

A seguir, podemos verificar como ocorre a fonte do tipo *terceira pessoa indefinida* no *corpus* analisado.

c) Terceira pessoa indefinida

Quanto à fonte do tipo *terceira pessoa indefinida*, ela acontece quando não há possibilidade de identificar quem é a fonte de uma informação, supõe-se quem seja, mas não há possibilidade de pontuar com exatidão quem é seu autor. Foram identificadas, no *corpus*, 12 ocorrências com esse tipo de fonte. Retomamos aqui o exemplo a seguir para mostrarmos como esse tipo de fonte acontece.

(89) **Pode-se dizer** que é difícil distinguir entre Filosofia e Teologia quando se fala de “Filosofia Cristã”. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 38).

Em (89), não conseguimos detectar a fonte da informação, pois há impessoalidade em relação à fonte do conteúdo asseverado.

A baixa ocorrência desse tipo de fonte no material didático impresso analisado se deve ao fato de que seus autores preferem usar argumentos de autoridade para fundamentar os conceitos por eles utilizados. Como essa é uma fonte indefinida, indeterminada, a preferência dos produtores é menor.

A seguir, podemos verificar como ocorre a fonte do tipo *domínio comum* no *corpus* analisado.

d) Domínio comum

A fonte do tipo *domínio comum* ocorreu em 2,9% dos casos, o que equivale a 17 ocorrências do total de dados. Nesse tipo de fonte, o conteúdo asseverado é apontado como sendo um conhecimento compartilhado tanto pelo enunciador quanto por seu interlocutor. Encontramos no *corpus* os exemplos (90), (91) e (92) que, ilustram, claramente esse tipo:

(90) **Como se sabe**, o Brasil é um dos países que menos investe em educação no mundo, quando se compara o gasto público com o PIB do país, não atingindo, atualmente, o patamar de 4%. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 51)

(91) **Reconhece-se** também, em geral, que a atitude filosófica se confunde com uma atitude crítica, que – diga-se de passagem – não deve ser confundida com “falar mal”, mas com a capacidade de perceber melhor o que se está querendo conhecer, e aí perceber se isso pode ser um mal ou um bem. Neste contexto, o filósofo é inimigo mortal de qualquer fanatismo, de qualquer dogmatismo. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 18)

(92) Há muito **pensávamos** que uma das características dos fatos sociais é precisamente o seu aspecto simbólico. (CH.ANT.ANT.UFJF. pp. 96/97)

Em (90), a informação repassada pela fonte é compartilhada, pois o conteúdo asseverado é de conhecimento geral, não apenas do enunciador, mas de todos. Portanto, temos uma fonte do tipo *domínio comum* indicando uma evidencialidade do tipo *genericidade* cujo acesso se deu por meio de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado*. Apesar de não apresentar marca de adesão/refutação, nem modalização expressas, consideramos que o comprometimento seja *médio*, tendo em vista a possibilidade do produtor textual também se inserir como alguém que sabe sobre aquilo que está asseverado no conteúdo veiculado.

Em (91), há o uso da terceira pessoa do singular + partícula “se”, qualificando um conteúdo como reconhecido por toda uma comunidade de estudiosos. Verificamos, então, a fonte de *domínio comum*, com uma evidencialidade do tipo *genericidade*, acessada por meio de uma *inferência baseada em um conhecimento acumulado*, que o leva a reconhecer, a aceitar ou a admitir o dito como verdadeiro. Ela é manifestada por meio do verbo “reconhecer”, cuja carga semântica indica que algo foi identificado, também, pelo produtor do material, ele se inclui como um reconhecedor do conteúdo asseverado. Não há marca de adesão/refutação, nem modalização, também, mas, ainda assim, consideramos o comprometimento do produtor textual como *médio*, por conta da expressão “em geral”, que semanticamente indica “por todos”. É como se o produtor textual quisesse dizer “reconhecemos, todos nós”, portanto, ele se insere no contexto e, de certa forma, assume, parcialmente, o conteúdo asseverado como seu.

E, em (92), o verbo é utilizado na 3ª pessoa do plural, indicando o uso do “nós” como “eu” + “tu”, designando um conhecimento geral de uma comunidade. A fonte é de *domínio comum* e a evidencialidade é do tipo *genericidade*, cujo acesso se deu por meio de uma *inferência com base em conhecimento acumulado*.

Vemos que, a estratégia para estabelecer esse tipo de fonte é o uso do verbo flexionado ora na 1ª pessoa do plural, ora na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula “se”, indicando que o conteúdo é compartilhado por todos. Sendo assim, ao usar a fonte

domínio comum, o enunciador “não se compromete diretamente com o conteúdo asseverado, ao mesmo tempo em que sugere ser a informação acessível por qualquer pessoa” (CARIOCA, 2009, p. 92).

Cabe ressaltar que, na maioria das ocorrências em que o verbo aparece em 1ª pessoa do plural, identificamos a fonte do tipo *enunciador*, funcionando como plural majestático, mas, nesse caso, em especial, o verbo se refere a um domínio comum.

Em relação à fonte do conteúdo asseverado, propusemo-nos, inicialmente, analisar que tipos de fonte de informação eram indicados nas estratégias evidenciais do material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, observando qual tipo era predominante.

Como prevíamos, nas estratégias evidenciais do material didático impresso para EaD, as fontes indicadas no material analisado são: *terceira pessoa definida*, *terceira pessoa indefinida*, *domínio comum* e *enunciador*, sendo que o tipo mais frequentemente indicado é a *terceira pessoa definida*, em virtude do propósito de garantir correção e coerência conceitual, argumentação sustentada por meio do chamado “argumento de autoridade” e estímulo a novas leituras para o aprofundamento dos conhecimentos nas fontes citadas.

A seguir, podemos verificar como se dá *o modo de acesso evidencial da informação* no *corpus* analisado.

5.3 O modo de acesso evidencial da informação

O acesso evidencial da informação vai demonstrar o efeito de sentido que a marca evidencial produz em relação à aquisição do conhecimento descrito na interação verbal, levando-se em consideração o tipo de experiência sensorial ou cognitiva que originou esse conhecimento veiculado. Dessa forma, o produtor textual pode, ao manifestar a fonte de um conteúdo citado, revelar, também, o modo de acesso à informação. Sendo assim, propomos seis subcategorias de análise para verificar como se comporta, no *corpus*, o acesso à informação, são elas: *evidência sensorial*, *inferência baseada nos sentidos*, *inferência baseada em conhecimento prévio do falante*, *inferência baseada em conhecimento acumulado*, *relato de segunda mão* e *relato de terceira mão*.

A tabela 3, a seguir, apresenta o percentual encontrado para os tipos de acesso evidencial.

Tabela 3 – Tipo de acesso evidencial da informação no material didático impresso para EaD

Acesso evidencial da informação	Número de ocorrência	Porcentagem
Inferência baseada em conhecimento prévio do falante	72	12,4
Inferência baseada em conhecimento acumulado	35	6,0
Relato de 2ª mão	465	80,2
Relato de 3ª mão	8	1,4
Total	580	100

De acordo com a tabela 3, vemos que a estratégia de marcar o acesso evidencial como *relato de 2ª mão* foi a mais recorrente no *corpus* analisado, visto que das 580 ocorrências existentes, 465 foram desse tipo de marca.

As formas de acesso *experiência sensorial* (que ocorre de forma direta, ou seja, o produtor textual revela que obteve a informação pessoalmente, através de uma evidência visual ou não-visual - através de outro sentido, como a audição, o tato ou o olfato -, ou seja, ele mesmo vivenciou o ocorrido) e *inferência baseada nos sentidos* (que ocorre quando o produtor textual expressa uma informação que resulta de uma inferência a partir de uma experiência sensorial dele) não foram encontradas em nosso *corpus*, revelando, portanto, que o produtor de material didático, pelo menos nessa amostra, não adquiriu as informações veiculadas nem por observação direta nem a partir de inferência baseada nos sentidos.

Passemos, pois, à exemplificação da descrição e análise das ocorrências quanto ao tipo de acesso ao conteúdo veiculado.

a) Inferência baseada em conhecimento prévio do falante

A *inferência baseada em conhecimento prévio do falante* acontece em 12,4% dos casos analisados. Ela ocorre quando o produtor textual demonstra que acionou um conhecimento por meio de um raciocínio lógico advindo de outros conhecimentos que ele já possuía, como observamos no exemplo (93), a seguir:

(93) Ao mesmo tempo, **podemos perceber** que querer mandar na conduta dos outros, sejam colegas ou não, é legítimo, mas que se pode aceitar um limite razoável para esta vontade de ser chefe: que se reconheça ao outro o direito de resistir. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 140)

Em (93), o enunciador, com base no conhecimento prévio que possui, infere o que está descrito no Conteúdo Proposicional. Não verificamos, nesse exemplo, marcas de adesão/refutação, pois a fonte é do tipo *enunciador*. A marca da evidencialidade *inferida* está na locução verbal formada pelo verbo modal “poder” (1ª pessoa do plural) + infinitivo do verbo “perceber”, indicando que o produtor do texto constata, a partir de outros conhecimentos previamente adquiridos por ele mesmo, aquilo que está descrito no conteúdo asseverado.

Os dados revelam que o produtor de textos impressos para EaD recorre a esse tipo de acesso para mostrar seu conhecimento e seu grau de raciocínio lógico em relação aos conteúdos asseverados, ensinando, assim, ao aluno/leitor, a partir do encadeamento das ideias, como ocorre a articulação desses conhecimentos, e levando esse aluno a desenvolver, também, seu raciocínio inferencial na hora de construir seus próprios conhecimentos.

A seguir, podemos verificar como ocorre, no *corpus* analisado, a *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade*.

b) Inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade

A *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade* está presente em 35 ocorrências, portanto em 6,0% dos casos analisados. Ela ocorre quando o produtor textual demonstra que inferiu uma informação cujo conhecimento é compartilhado por todos os envolvidos naquele meio, conforme podemos observar em (94):

(94) Há muito **pensávamos** que uma das características dos fatos sociais é precisamente o seu aspecto simbólico. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 96/97)

Em (94), estamos diante de uma fonte do tipo *domínio comum*, marcada pela anteposição do verbo “pensar”, com evidencialidade do tipo *genericidade*, e acesso mediante

inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade, pois verificamos uma informação que é compartilhada por toda uma comunidade. O verbo “pensar” é um verbo de cognição, que introduz um pensamento, um ponto de vista, uma opinião. Portanto, tem natureza epistêmica, porém, o uso do verbo no passado (“pensávamos”) e o tipo de fonte “domínio comum” indicam um *baixo* comprometimento do produtor textual com o conteúdo asseverado.

O pouco uso desse tipo de acesso revela que o produtor de material didático impresso para EaD prefere se resguardar de um maior comprometimento, preferindo usar um argumento de autoridade para fundamentar os conceitos envolvidos no material.

A seguir, podemos verificar como ocorre o *relato de segunda mão* no *corpus* analisado.

c) **Relato de segunda mão**

O *relato de segunda mão* apareceu em 465 ocorrências, portanto, 80,2% dos casos analisados apontam para este tipo. Essa forma de acesso ocorre quando o produtor textual revela que obteve a informação por meio de um relato de uma fonte conhecida e responsável pelo conteúdo veiculado, como observamos nos exemplos (95) e (96), a seguir:

(95) **De acordo com** Strickland (2004), a arte só apareceu cerca de 25mil anos atrás, a partir da evolução do homem e de sua inteligência, quando então sentiu necessidade de criar objetos artísticos, que não eram feitos com finalidade artística, mas de controlar e aplacar as intempéries da natureza. (LLA.ART.HAVI.UNIMONTES. p. 7)

(96) Bakhtin **diz** que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” e acrescenta que “evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 53)

Em (95), temos a anteposição da marca evidencial reportativa por meio da locução prepositiva, “De acordo com”, seguida da fonte *terceira pessoa definida*, marcando o *relato de 2ª mão*. Não apresenta marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica se

sobrepondo à evidencialidade, o que vai indicar um *baixo* grau de comprometimento do produtor textual com o conteúdo asseverado.

Em (96), temos a marca evidencial intercalada entre a fonte e o conteúdo asseverado indicando uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, com evidencialidade do tipo *reportativa*, pois o produtor textual revela, diretamente, que o responsável pelo conteúdo veiculado é Bakhtin. Também não há que se falar em marca de adesão ou modalização epistêmica, o que indica um *baixo* comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo asseverado.

Verificamos a partir da análise dos exemplos que, apesar desse tipo de acesso ser o mais recorrente no material didático impresso para EaD, seu uso, de certa forma, projeta no aluno um distanciamento em relação àquilo que está sendo veiculado pelo produtor textual, pois este, ao reportar um conteúdo, traz uma informação e indica a fonte como não sendo sua.

A seguir, podemos verificar como ocorre o *relato de terceira mão* no *corpus* analisado.

d) Relato de terceira mão

O *relato de terceira mão* é a forma de acesso menos utilizada pelos produtores textuais de material didático impresso, pois, como vimos na tabela 3, esse tipo é utilizado em apenas 1,4% dos casos, o que equivale a 8 ocorrências, apenas.

No *corpus* analisado, consideramos que este tipo de acesso ocorre quando o produtor textual usa uma determinada fonte que, na verdade, já foi citada em outra fonte. O exemplo (97), a seguir, demonstra, mais claramente, como ocorre essa forma de acesso:

(97) Indicam mais uma participação num sistema institucional do que a interiorização de um conjunto de crenças (RIVIÈRE *apud* SEGALLEN, 2000, p. 86). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 78)

Em (97), estamos diante de uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* apontando para uma evidencialidade do tipo *reportativa*, cujo acesso se deu a partir de um *relato de terceira mão*. Nesse exemplo, o enunciador segue um padrão de citação da ABNT, usando a expressão latina “*apud*” que significa usar a informação de uma fonte a que não temos acesso,

mas que está citada em uma fonte a que temos acesso, ou seja, o produtor textual não teve acesso diretamente à obra de Segalen, mas leu a informação sobre Segalen na obra de Rivière. Não há marca de adesão/refutação, nem aspectos que indiquem uma modalização epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, o que indica um *baixo* grau de comprometimento do produtor textual com o conteúdo asseverado.

Em relação ao acesso evidencial da informação, propusemo-nos, inicialmente, analisá-lo no sentido de verificar como o produtor textual adquire as informações repassadas. Vimos que há uma predominância do *relato de 2ª mão*, o que não nos surpreende, uma vez que foram predominantes a evidencialidade *reportativa* e a fonte *terceira pessoa definida*. Assim, neste tipo de acesso, vamos ter uma informação de uma fonte conhecida, a quem o autor responsabiliza pelo que diz.

Em relação ao grau de comprometimento, os *relatos de 2ª mão* são mais confiáveis do que os relatos de 3ª mão, uma vez que, neste *corpus*, a fonte utilizada é, geralmente, uma autoridade da área de estudo em que está sendo citada e o fato de ela ser identificada, já dá ao leitor a possibilidade de avaliar o conteúdo asseverado.

Passemos, agora, às marcas linguísticas de adesão presentes no material didático impresso para EaD.

5.4 As marcas linguísticas de adesão

Quanto às marcas de adesão presentes na amostra analisada, levamos em consideração os tipos: *adjetivo qualificativo*, *verbo*, *outros* (advérbios, operadores argumentativos etc.). Para indicar a ausência dessas marcas, usamos a expressão “*não se aplica (ausência)*”.

Conforme previmos na hipótese inicial, os dados da tabela 4 revelam que há presença pouco significativa de marcas de adesão do enunciador à fonte indicada em relação a um determinado conteúdo reportado no material didático impresso analisado, pois, em 541 ocorrências não foi possível detectar marca de adesão aparente.

Os dados demonstram que o produtor de material didático impresso para EaD quase não recorre a marcas de adesão para mostrar seu comprometimento com o conteúdo reportado. Ele prefere, de fato, atribuir aos autores renomados (argumento de autoridade) o compromisso com o dito, sem, portanto, se posicionar em relação a ele.

Tabela 4 – Tipo de marca de adesão no material didático impresso para EaD

Marca de adesão	Número de ocorrência	Porcentagem
Adjetivo qualificativo	6	1,0
Verbo	20	3,4
Outro	13	2,2
Não se aplica (ausência)	541	93,4
Total	580	100

De acordo com a tabela 4, vemos também que, quando utilizadas, as marcas de adesão se constituem, basicamente, de verbos, adjetivos qualificativos e operadores argumentativos (este último identificado na categoria “outros”). Os exemplos, a seguir, mostram alguns casos em que observamos a adesão do enunciador à fonte da informação:

Adiante, podemos verificar a adesão à fonte a partir de verbo.

a) Adesão à fonte por meio de verbo

(98) Em todo caso, apoiando-nos em análise do biólogo italiano Edoardo Boncinelli, **não podemos deixar de reconhecer** uma importante mudança que aconteceu mais recentemente, [...]. Talvez tenha chegado o momento de refletir sobre as possíveis consequências de tal eventualidade (BONCINELLI, 2005, p.27). (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 165)

(99) Mas o mais bonito da Virada foram “aquelas pessoas andando pelo centro da cidade como donas do local” — para usar as palavras do André que resumiu bem o evento. Outro grande amigo também disse exatamente a mesma coisa e **eu tenho que concordar** com ambos. (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 63)

(100) Por conseguinte, **concordamos** com Klosinski (2006), ao afirmar a adolescência como “uma expressão da interação psicossocial, e, por conseguinte um fenômeno sociocultural”. (CH.PSI.PD.UECE. p. 42)

Em (98), (99) e (100), a fonte é do tipo *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade do tipo *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que

a adesão à fonte é feita através de verbos como “reconhecer” e “concordar”, indicando, assim, um maior comprometimento do enunciador à fonte.

Adiante, podemos verificar a adesão à fonte a partir de adjetivo qualificativo.

b) Adesão à fonte a partir de adjetivo qualificativo

(101) Vale lembrar a **simples e precisa** definição de Antônio Gramsci: “crise é quando o velho morreu e o novo não consegue nascer”! (CH.FIL.FIL.UFSC, p. 94)

Em (101), a marca evidencial formada pelo substantivo + marcador de sintagma preposicional, “definição de”, indicando a fonte do tipo *terceira pessoa definida* e uma evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*. A marca de adesão expressa por meio dos adjetivos, “simples e precisa”, demonstra o *alto* comprometimento do enunciador à fonte do conteúdo reportado.

Adiante, podemos verificar a adesão à fonte a partir de operador argumentativo.

c) Adesão à fonte a partir de operador argumentativo

(102) **De fato**, Durkheim concebe as sociedades “arcaicas” como anteriores, no sentido temporal e no sentido lógico, às modernas (embora percebesse que também eram contemporâneas). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 43)

Em (102), aparece uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, “Durkheim”, com uma evidencialidade *reportativa*, acessada a partir de um *relato de segunda mão*, em que o operador argumentativo, “De fato”, além de ser utilizado para introduzir um conteúdo reportado como argumento que ajuda a sustentação de um ponto de vista do produtor textual, marca sua adesão à fonte, indicando, assim, um maior comprometimento deste com o conteúdo reportado.

Diante do exposto, podemos afirmar, com base nos dados da tabela 4, que os produtores desse tipo de texto preferem não revelar adesão à fonte do conteúdo asseverado ou, simplesmente, que não ocorra a eles essa possibilidade de inserção na produção do conhecimento ou, pelo menos, de articulação de conteúdos. Em relação à atuação do produtor do texto, ocorre um apagamento desse papel (de construtor de conhecimento) e prevalece o

papel de mero veiculador de informações. Há, portanto, uma tendência a atribuir à fonte reportada o comprometimento com a informação veiculada.

Quanto às marcas linguísticas de adesão, nosso objetivo é avaliar a frequência com que elas são utilizadas na indicação da fonte em relação a um determinado conteúdo reportado no material didático impresso para EaD, buscando caracterizá-las, no sentido de responder ao seguinte questionamento: com que frequência ocorrem as marcas linguísticas de adesão do enunciador à fonte indicada em relação a um determinado conteúdo reportado no material didático impresso para EaD? E, como se caracterizavam essas marcas quanto aos efeitos de sentido produzidos?

Como prevíamos, as marcas linguísticas de adesão do enunciador à fonte indicada em relação a um determinado conteúdo reportado nesse material ocorrem de forma pouco significativa. Porém, quando utilizadas, essas marcas costumam ser adjetivos qualificativos da fonte. Ocorrem, mas não são frequentes, os verbos plenos indicativos de adesão (*concordar, comungar, assumir* etc.) e os operadores argumentativos.

A seguir, podemos verificar as marcas linguísticas de refutação/afastamento.

5.5 As marcas linguísticas de refutação/afastamento

Apesar de a evidencialidade *reportativa* está ligada mais diretamente a um *baixo* grau de comprometimento do produtor textual (CARIOCA, 2009), isso não é uma regra inalterada, pois como afirma Lucena-Silva (2013, p. 159), o autor:

não assume apenas uma função de mero indicador da fala reportada, mas reconstrói a “fala” do outro, promovendo “enquadres retóricos” que demonstram sua interferência, ou melhor, seu grau de adesão ou afastamento em relação ao conteúdo reportado.

Mesmo que isso possa acontecer, no *corpus* analisado verificamos um baixo uso de marcas de adesão do produtor textual em relação aos conteúdos reportados, conforme vimos na seção anterior, e não foram encontradas marcas de refutação que nos dessem pistas de um afastamento dos produtores textuais em relação à fonte do conteúdo asseverado, portanto, os resultados relativos à análise dessa categoria revelam a ausência de uma sinalização de distanciamento por parte do autor desse tipo de material, pois verificamos que, dos 580 casos analisados, nenhum apresentou esse tipo de marca.

Os dados demonstram que o produtor do material didático analisado prefere não demonstrar nenhum tipo de refutação/afastamento à fonte da informação. O autor parece selecionar os conteúdos que devem veicular no material, e não demonstrar seu afastamento em relação a ele, deixando essa função ao leitor/aluno, que avalia o conteúdo citado, isto é, a natureza da fonte da informação, a partir das leituras/conhecimentos que ele tem sobre ela e tira suas próprias conclusões.

Entendemos que o produtor textual dispõe de diferentes recursos linguísticos para expressar seu afastamento em relação a um conteúdo citado, entre eles: um modalizador avaliativo, um aposto explicativo (com valor axiológico que credencia a fonte) e uma proposição que qualifica o conteúdo reportado como um julgamento precipitado por parte da fonte reportada.

A seguir, podemos verificar a relação existente entre a estratégia evidencial presente no *corpus* e a modalidade epistêmica.

5.6 A coocorrência de modalidade epistêmica na estratégia evidencial

Como vimos nos pressupostos teóricos, a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade não é um assunto simples de ser tratado, uma vez que trabalhamos com sistemas linguísticos que não apresentam morfologicamente sistemas modais e evidenciais gramaticalizados e distintos. Vimos, ainda, que a modalidade epistêmica relaciona-se à fonte da informação no sentido de marcar o comprometimento do Falante em relação ao conteúdo asseverado. Dessa forma, por haver uma dificuldade no uso desses sistemas, sobretudo quando são confrontados no uso efetivo das expressões linguísticas, buscamos analisar, em nosso *corpus*, a frequência com que as expressões modalizadoras epistêmicas ocorrem nos enunciados em que estão presentes estratégias evidenciais.

Verificamos, então, que existe relação de coocorrência de estratégias linguísticas da modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais observadas no *corpus*, porém, não é frequente, pois, das 580 ocorrências analisadas, 59, apenas, apresentaram algum tipo de expressão modalizadora coocorrendo com uma estratégia evidencial, conforme podemos contatar na tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Coocorrência de modalizadores no material didático impresso para EaD

Coocorrência de modalizadores	Número de ocorrência	Porcentagem
Sim	59	10,2
Não	521	89,8
Total	580	100

Outro aspecto inferido a partir do resultado é que como os textos analisados são de natureza dissertativo-argumentativa, a relevância pragmática presente neles relaciona-se à necessidade do produtor textual de avaliar o que diz em termos dos conhecimentos repassados no material, revelando, assim, que a utilização de modalizadores epistêmicos ocorre com mais frequência quando o autor do material deseja construir algum efeito de sentido argumentativo na interação com o aluno/leitor, revelando a força com que ele (autor) acredita na veracidade do conteúdo asseverado nas proposições. A ocorrência (103), a seguir, exemplifica esse efeito:

(103) Isso se percebe **claramente** na obra de Sapir, especificamente no texto *Cultura autêntica e Cultura espúria*, no qual apresenta uma crítica ácida sobre a cultura americana. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 35)

Em (103), temos um caso de evidencialidade *reportativa* acessada por meio de um *relato de segunda mão*, cuja fonte é o adjunto adverbial, “na obra de Sapir”, em que o advérbio, “claramente”, antecedendo a fonte, funciona como o elemento modalizador epistêmico, demonstrando, assim, uma coocorrência de modalidade epistêmica nos limites da evidencialidade. O conteúdo proposicional é encapsulado pelo pronome “isso” e a marca evidencial é o verbo “perceber”. Apesar de não apresentar marca de adesão/refutação, atribuímos um comprometimento moderado do enunciador à fonte do conteúdo reportado, por conta do modalizador epistêmico.

Em relação à coocorrência de modalidade epistêmica na estratégia evidencial do material didático impresso para EaD, propusemo-nos identificar e analisar a coocorrência de

estratégias linguísticas da modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais desse material, no sentido de responder ao seguinte questionamento: como se caracteriza a coocorrência das estratégias modais epistêmicas nas estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD?

Verificamos que, como prevíamos, não é frequente a coocorrência de estratégias linguísticas da modalidade epistêmica na estratégia evidencial usada na indicação da fonte dos conteúdos asseverados, porém, pensávamos, inicialmente, que quando utilizadas nesse material, produziam um efeito de médio comprometimento do enunciador. Dessa forma, vemos que nossa hipótese inicial estava parcialmente correta, pois os resultados apresentados revelam que o produtor de material didático impresso para EaD opta pelo uso de argumento de autoridade para fundamentar os conceitos envolvidos no material, o que sugere, na verdade, um baixo comprometimento do enunciador ao conteúdo asseverado e não um médio comprometimento, como prevíamos.

A seguir, podemos verificar como se deu no *corpus* o grau de comprometimento do produtor de material didático impresso para EaD em relação ao conteúdo asseverado em suas proposições.

5.7 O grau de comprometimento

No item 3.3 desta tese, abordamos a evidencialidade como estratégia de (des)comprometimento e, de acordo com a escala de valores do grau de comprometimento (THOMPSON, 1996), dissemos que o grau de comprometimento do produtor textual com a fonte da informação veiculada se mostra em três níveis, a saber: *alto*, *médio* e *baixo*.

No *corpus*, conforme podemos verificar na tabela 6, a seguir, há uma predominância do *baixo* grau de comprometimento dos autores com os conteúdos asseverados, contrariando nossa hipótese inicial de que as estratégias evidenciais nesse material didático se caracterizavam pelo efeito de médio comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos veiculados. Isso porque os autores optam, quase sempre, pelo argumento de autoridade, o que, de certo modo, os exime de um maior comprometimento com o dito.

Tabela 6 – Grau de efeito de comprometimento no material didático impresso para EaD

Efeito de comprometimento	Número de ocorrência	Porcentagem
Alto	14	2,4
Médio	115	19,8
Baixo	451	77,8
Total	580	100

Vejamos exemplos de como essa gradação ocorre no *corpus*:

a) Alto comprometimento

Consideramos o *alto comprometimento* do produtor de material didático impresso para EaD quando a fonte do conteúdo asseverado é o próprio produtor textual. Os resultados revelam que este grau de comprometimento não é o preferido pelos professores que o produzem, pois das 580 ocorrências analisadas, apenas 14 são desse tipo, demonstrando que, de fato, seus produtores preferem não se comprometer em relação aos conteúdos descritos. Eles atribuem essa tarefa às fontes citadas e dão, ao aluno, a possibilidade de tirar suas próprias conclusões em relação à qualidade daquilo que está sendo repassado nos materiais.

(104) **Acredito** que seria vão alimentar essas esperanças. Os fenômenos de nossa ciência são tão individualizados, tão expostos a acidentes externos, que nenhum conjunto de leis pode explicá-las (BOAS, 2004, p. 106). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33)

(105) No entanto, **podemos e devemos afirmar** que quando não reconhecemos que também nós o fazemos, perdemos o direito de acusar a outros de serem maus. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 104)

Em (104), apesar de não verificarmos marca de adesão/refutação por estarmos diante de uma fonte do tipo *enunciador*, nem marca da modalidade epistêmica na estratégia

evidencial, consideramos a ocorrência como apresentando um alto comprometimento do produtor textual ao conteúdo asseverado, uma vez que esse grau pode ser observado por meio da marca evidencial verbal anteposta, flexionada em 1ª pessoa do singular, “acredito”. O exemplo apresenta, ainda, uma evidencialidade do tipo *inferida*, acessada por meio de uma *inferência baseada em conhecimento do próprio falante*, o que, também, vai contribuir com essa definição do grau de comprometimento, pois a inferência indica que ele mesmo chegou a essa crença por meio de seus próprios conhecimentos.

Em (105), o alto comprometimento é verificado por meio da expressão “podemos e devemos afirmar”. Estamos diante de uma fonte *enunciador*, em primeira pessoa do plural, indicando um plural de modéstia, acessada por meio de uma *inferência baseada em conhecimento do próprio falante*, em que não observamos marca de adesão/refutação, mas há a presença de dois modalizadores deônticos que reforçam o *alto* comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo asseverado.

b) Médio comprometimento

O *médio comprometimento* é verificado quando o produtor textual não só se coloca como fonte da informação asseverada como também dá a entender que há “um outro”, juntamente com ele, comungando o conteúdo assumido.

Em nosso *corpus* identificamos 115 ocorrências com esse tipo de comprometimento, o que sugere que o produtor de material didático impresso para EaD, muitas vezes, usando o plural de modéstia, prefere não se colocar como única fonte do conhecimento repassado, como podemos observar nos exemplos a seguir:

(106) **Isso nos permite comentar**, então, que a linguagem humana pode apenas ser compreendida, se ancorada na dimensão social de sua origem. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 66)

(107) **Percebemos** também que a crise ética depende em boa parcela da crise da ética, ou seja, da perplexidade e da incerteza em que estamos imersos atualmente. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 89)

Nas ocorrências (106) e (107), o produtor textual não se apresenta como única fonte da informação, ele deixa transparecer a atenuação de sua responsabilidade com a informação asseverada, mostrando que tem mais alguém que comunga com o que está sendo dito. O uso da primeira pessoa do plural pelo produtor textual funciona, nesses casos, como uma estratégia de interação com o leitor.

c) Baixo comprometimento

Neste nível de comprometimento, o produtor textual atribui a outro a responsabilidade pelo conteúdo repassado. É como se ele quisesse se esconder por traz do dizer do outro. Os motivos que podem justificar isso são: o uso de um argumento de autoridade para melhor fundamentar seu texto ou o fato de ser um condicionamento peculiar ao material didático que, em geral, exerce apenas o papel de compilar conteúdos programáticos da disciplina.

Das 580 ocorrências analisadas, em 451 apareceu o baixo comprometimento da fonte em relação ao conteúdo asseverado, revelando, portanto, a preferência do produtor de material didático impresso para EaD por esse nível de comprometimento. Vejamos alguns exemplos a seguir:

(108) Como consequência deste processo, por exemplo, nas sociedades africanas que eram objeto da disciplina, a antropologia vai ter que lidar com um estigma negativo, que se manifesta numa intolerância às pesquisas etnográficas (**LÉVISTRAUSS 1962, p. 23**). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 23)

(109) **Para** Boal, no espaço estético o ser humano percebe a realidade ao mesmo tempo em que pode observar-se inserido nela: “Ao ver-se [o ser humano], percebe o que é, descobre o que não é e imagina o que pode vir a ser. Percebe onde está, descobre onde não está e imagina onde pode ir. Cria-se uma tríade: EU observador, EU em situação, e o não-EU, isto é, o OUTRO” (BOAL, 1996, pp. 30-5). (LLA.TEA.LTI.UNB. p. 11)

(110) “Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial” (**Caetano Veloso**). (CH.PSI.PD.UECE. p. 81)

(111) Como **diz** Bueno “Ela proporciona novos sentimentos e saberes”. (CH.PSI.PD.UECE. p. 102)

Os exemplos (108) a (111) mostram que a fonte do conteúdo é diferente do enunciador, ou melhor, em todos os exemplos a fonte é do *tipo terceira pessoa definida*, acessada a partir de *relato de segunda mão*, não apresentando, portanto, marca de adesão/refutação a essas fontes, nem aspectos que indiquem uma modalização epistêmica coocorrendo com uma estratégia evidencial. Sendo assim, observamos um efeito de sentido de distanciamento atingindo o nível mais elevado, pois o produtor textual, nesses casos, como dissemos acima, esconde-se atrás do dizer do outro, ou porque não sabe ou porque quer usá-lo como argumento de autoridade para dar maior credibilidade ao que ele está veiculando.

Quanto ao grau de comprometimento, nos propusemos analisar, nas estratégias evidenciais, o efeito de comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos asseverados no material didático impresso para EaD, no sentido de responder ao seguinte questionamento: que possíveis efeitos de comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos asseverados no material didático impresso para EaD decorrem das opções quanto à indicação das fontes nas estratégias evidenciais?

Inicialmente, achávamos que as estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD se caracterizavam pelo efeito de médio comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos veiculados, porém, após analisar os dados, verificamos que nossa hipótese inicial estava errada, pois, como vimos na tabela 6, predomina, no *corpus*, o efeito de baixo comprometimento do produtor textual em relação ao conteúdo asseverado.

A seguir, verificamos os meios linguísticos que indicam a evidencialidade no material didático impresso para EaD.

5.8 Os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade

Para a análise dos meios linguísticos de manifestação da evidencialidade, levamos em consideração seis subcategorias, a saber: o *verbo*, o *substantivo*, a *preposição/locução prepositiva*, a *justaposição da fonte* e os *comentários metadiscursivos*.

Conforme tabela 7, a seguir, o meio linguístico de manifestação da evidencialidade predominante no *corpus* foi o *verbo*, com 219 ocorrências, o que equivale a um percentual de 37,8% dos casos analisados.

Tabela 7 - Meios linguísticos de manifestação da evidencialidade no material didático impresso para EaD

Meios linguísticos	Número de ocorrência	Porcentagem
Verbo	219	37,8
Substantivo	7	1,2
Preposição/locução prepositiva	161	27,8
Justaposição simples	179	30,9
Comentários metadiscursivos	14	2,3
Total	580	100

Seguem alguns exemplos ilustrativos de cada meio de manifestação da evidencialidade, de acordo com a frequência com que é utilizado:

a) Verbo

(112) Geertz (1973) **disse** que fazer antropologia era fazer etnografia e que fazer etnografia era realizar descrições densas. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 150)

Em (112), a marca evidencial é manifestada por meio do verbo de elocução “dizer”, que introduz o discurso direto, sendo, portanto, esse verbo uma manifestação prototípica da evidencialidade, isto é, o meio linguístico que marca a evidencialidade *reportativa*, pois a fonte, *terceira pessoa definida*, é “Geertz (1973)”, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que não aparecem marcas de adesão/refutação, nem aspectos que indiquem coocorrência de modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais, indicando, assim, um *baixo* comprometimento do enunciador.

b) Justaposição simples da fonte

(113) O espaço cenográfico, teatral ou de instalação condiz a um termo que substitui frequentemente, hoje, teatro. Com a transformação das arquiteturas teatrais e o uso de novos espaços como escolas, fábricas, praças, mercados, prisões, o teatro se instala onde bem lhe parece, buscando um contato mais estreito com um grupo social e tentando escapar dos circuitos tradicionais da atividade teatral. Pode ser definido como o espaço em cujo interior situam-se público e atores durante a representação (PAVIS, 1999, p. 132; 2005, p. 145). (LLA.TEA.LTI.UNB. p. 31/32)

Em (113), temos um meio especial de manifestação da evidencialidade, a justaposição simples da fonte logo após o conteúdo asseverado (CARIOCA, 2009). Esse meio linguístico indica que a fonte do conteúdo é uma *terceira pessoa definida*, “Pavis”, marcando, dessa forma, uma evidencialidade *reportativa*, a partir de um *relato de 2ª mão*. Não há marca de adesão/refutação, nem modalização epistêmica coocorrendo nas estratégias evidenciais, portanto, indicando também um *baixo* comprometimento do enunciador ao conteúdo asseverado.

c) Preposição/Locução prepositiva

(114) **Segundo** o linguista Marcos Bagno, se existe nos estudos da linguagem uma definição que se presta a confusões e ambigüidades, essa palavra é "norma". (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 20)

(115) **De acordo com** Marvin Carlson, em *Ópera e Drama* (1851), Wagner explora o estado que julga calamitoso da arte e aponta sugestões para mudanças, discutindo a reunificação da música e da poesia, como uma tentativa de unir o entendimento, que atribuía à poesia, à emoção, atribuída à música. (LLA.TEA.LTI.UNB. p. 40)

Em (114) e (115), os meios que indicam a evidencialidade *reportativa* nesses exemplos são, respectivamente, uma preposição, “Segundo”, e uma locução prepositiva, “De acordo com”. A fonte, em ambas, é uma *terceira pessoa definida*, demarcando assim um acesso realizado por meio de um *relato de 2ª mão*, em que não aparecem marcas de

adesão/refutação, nem indicação de modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais, o que indica, portanto, um *baixo* comprometimento.

d) Comentário metadiscursivo

(116) Podemos citar Adam Kuper, para resumir em poucas linhas a perspectivas dos estudos culturais: "a alta cultura oficial é questionada, e a cultura produzida pela massa, condenada como falsa, ou como irremediavelmente corrompida, mas a cultura popular é tratada com simpatia" (Kuper, 2002, p. 291). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 27)

Em (116), o meio linguístico de manifestação da evidencialidade é um comentário metadiscursivo, pois, como nos coloca Carioca (2009, p. 100), "o conteúdo proposicional é expresso, sem, no entanto, haver um item específico que encaixe o conteúdo", ou seja, o enunciado tem traços evidenciais que esclarecem a fonte da informação. Porém, neste caso específico, o produtor utiliza duas formas para indicar a autoria do Conteúdo Comunicado. Logo no início, ele deixa claro que a responsabilidade do que será dito é de uma fonte reportada, e faz isso através de uma construção de discurso direto, "Podemos citar Adam Kuper, para resumir em poucas linhas a perspectivas dos estudos culturais". Em seguida, ele abre aspas para o conteúdo asseverado e as fecha depois deste. E, por fim, usa uma justaposição simples da fonte que é uma convenção, norma de redação acadêmica prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para indicar de onde aquele conteúdo foi retirado. Esses recursos servem, muitas vezes, para enfatizar o argumento de uma autoridade renomada no assunto e eximir o produtor textual da responsabilidade com o dito.

Por outro lado, comungamos com a ideia de Lucena-Silva (2013, p. 159) quando diz que o produtor textual reconstrói, em seu texto, a ideia do outro, demonstrando, dessa forma, sua interferência, sua adesão ou afastamento em relação ao conteúdo reportado. Isso pode ser percebido claramente nesse exemplo, pois, quando o enunciador diz: "Podemos citar [...] ", ele, ainda que em um grau menor de comprometimento, está aderindo ao que foi dito pela fonte.

Vimos que este é um recurso bastante utilizado pelos produtores de material didático impresso. Eles citam a fonte inicialmente, abrem aspas para o conteúdo a ser

comunicado, fecham as aspas e colocam a fonte completa, com autor, ano de publicação e página de onde foi retirado o trecho citado.

e) Substantivo

(117) Se cada cultura pode seguir um rumo particular fica clara então a **explicitação** de Boas de que o objetivo da pesquisa antropológica tem que ser o “estudo dos processos pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa. Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem – em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33)

Em (117), o meio linguístico de manifestação da evidencialidade é o substantivo abstrato “explicitação” que, de certa forma, encerra uma ideia expressa pela fonte, “Boas”. Estamos diante de uma ocorrência cuja fonte é uma *terceira pessoa definida*, indicando uma evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, com marca de adesão expressa por meio do adjetivo qualificativo, “clara”, indicando, assim, um *médio* grau de comprometimento.

No decorrer de nossa análise, verificamos alguns casos parecidos com o da ocorrência (117), em que a fonte de um conteúdo é informada na posição de um modificador de um substantivo como “ideia”, “opinião”, “pensamento”.

Em relação aos meio linguísticos de manifestação da evidencialidade, nosso objetivo era descrevê-los e analisá-los no material didático impresso para EaD, no sentido de responder ao seguinte questionamento: quais os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade no material didático impresso para EaD?

Constatamos, pois, que, no nosso *corpus*, os meio que manifestam a evidencialidade são: o verbo, a justaposição simples da fonte ao conteúdo, preposição/locução prepositiva, comentário metadiscursivo e o substantivo. O verbo é o meio mais usado para manifestar a evidencialidade, seguido pela justaposição simples da fonte, pelas preposições/locuções prepositivas, pelos comentários metadiscursivos e, por fim, em menor escala, pelos substantivos.

A seguir, observamos como ocorreu a posição da marca evidencial nos enunciados do material didático impresso para EaD.

5.9 A posição da marca evidencial no enunciado

Quanto à posição da marca evidencial no enunciado, observamos que ela se apresenta de três formas distintas: *anteposta*, *intercalada* e *posposta*.

Conforme podemos observar na tabela 8, a seguir, apesar do meio de manifestação da evidencialidade mais usado pelos produtores de material didático impresso para EaD ter sido o verbo, o que sugere um intercalamento da marca evidencial, a análise revelou que a preferência dos autores é pelo uso da marca evidencial anteposta à fonte e ao conteúdo comunicado, pois 55,7% dos casos analisados aparecem dessa forma, contrariando, assim, os resultados encontrados em Carioca (2009).

Tabela 8 - Posição da marca evidencial no material didático impresso para EaD

Posição da marca evidencial	Número de ocorrência	Porcentagem
Anteposta	323	55,7
Intercalada	118	20,3
Posposta	139	24
Total	580	100

Seguem alguns exemplos retirados do *corpus*:

a) Posição da marca evidencial anteposta à fonte e ao conteúdo

A posição anteposta ocorre quando a marca evidencial está antes da fonte e do conteúdo asseverado, conforme podemos observar nos exemplos a seguir:

(118) **Para** Charles Bally, discípulo de Saussure, o essencial era fundar uma linguística da fala, uma ciência dos meios de expressão, preocupando-se com os

elementos afetivos e com o valor estilístico dos meios de expressão, de que se originaria (oficialmente) a Estilística. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 17)

(119) Foi no Século XVIII que essas viagens de exploradores para conhecer o mundo adquiriram o caráter de pesquisas científicas, mas, como **ressalta** Paul Mercier (1990): “as explorações desse Século e do Século XIX, ainda não serão feitas por especialistas”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 12)

Em (118) e (119), temos a fonte do tipo *terceira pessoa definida* com uma evidencialidade *reportativa*, cujo acesso se deu por meio de *relato de segunda mão*, em que não há presença de marca de adesão/refutação, nem aspectos que indiquem coocorrência de modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais, indicando, pois, um *baixo* grau de comprometimento do produtor em relação ao conteúdo veiculado. Em (118), a anteposição é marcada por meio da preposição, “Para”, e em (119), ela é marcada por meio da forma verbal, “ressalta”.

b) Posição da marca evidencial intercalada à fonte e ao conteúdo

A posição intercalada ocorre quando a marca evidencial está entre a fonte e o conteúdo asseverado, conforme podemos observar nos exemplos a seguir:

(120) Em seu *Cours de Linguistique Générale* (1916), Ferdinand de Saussure nos alerta ao **mostrar** que a língua é o mais importante dos sistemas de signos. Ele a considera o mais complexo e o mais utilizado dentre os chamados sistemas de expressões sígnicas, mesmo sendo a língua (para ele) apenas uma parte do universo semiológico. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 10)

(121) Os principais representantes dessa primeira escola do pensamento antropológico foram os ingleses Edward B. Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941) e o americano Lewis Morgan (1818-1881). Eles **acreditavam** que todas as sociedades estavam submetidas às leis naturais do desenvolvimento humano assim como a natureza também obedecia a determinadas leis de seu desenvolvimento. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 28/9)

Em (120) e (121), temos que a fonte é uma *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade *reportativa*, acessada a partir de *relato de segunda mão*, não apresentando marcas de adesão/refutação, nem marca de modalização coocorrendo com estratégias

evidenciais, indicando, pois, um *baixo* comprometimento do enunciador ao conteúdo asseverado. Em ambos, a marca evidencial é um verbo na posição intercalada.

c) Posição da marca evidencial posposta à fonte e ao conteúdo

A posição posposta ocorre quando a marca evidencial está depois da fonte e do conteúdo asseverado, conforme podemos observar nos exemplos a seguir:

(122) A arquitetura nasceu com a construção de monumentos destinados a rituais. (STRICKLAND, 2004, p. 02). (LLA.ART.HAVI.UNIMONTES. p. 7)

(123) Tudo o que acontece em cena tem um objetivo definido e no teatro, toda ação deve ter uma justificativa interior, deve ser lógica, coerente e verdadeira. (STANISLAVSKI, 1997, pp.1-2). (LLA.TEA.LTI.UNB. p. 21)

Em (122) e (123), temos que a fonte é *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de *relato de segunda mão*, não apresentando marcas de adesão/refutação, nem marca de modalização coocorrendo com estratégias evidenciais, indicando, pois, um *baixo* comprometimento do enunciador ao conteúdo asseverado. Em ambos, a marca evidencial é uma justaposição simples da fonte na posição posposta.

A seguir, observamos como aconteceu, no *corpus*, a relação entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade.

5.10 A relação entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade

Após cruzamento entre as variáveis *tipo de fonte* e *tipo de evidencialidade*, como mostra a tabela 9, a seguir, verificamos que a fonte do tipo *enunciador* está ligada, mais frequentemente, à evidencialidade *inferida*; enquanto que a fonte do tipo *terceira pessoa definida* se relaciona, mais comumente, ao tipo evidencialidade *reportativa*, o que corrobora nossa hipótese inicial. Por outro lado, as fontes *terceira pessoa indefinida* e *domínio comum*

estão relacionadas, mais diretamente, à evidencialidade do tipo *genericidade*. Porém, encontramos outras possibilidades, menos recorrentes, de cruzamento entre as variáveis, que serão descritas e analisadas no decorrer desta subseção.

Tabela 9 - Relação entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade no material didático impresso para EaD

Tipo de fonte	Tipo de evidencialidade			Total
	Reportativa	Inferida	Genericidade	
Enunciador	4	73		77
3PDef	474			474
3PInd		3	9	12
DComum		6	11	17
Total	478	82	20	580

Seguem, abaixo, alguns exemplos ilustrativos do cruzamento entre o tipo de fonte e o tipo de evidencialidade.

a) Fonte enunciador com evidencialidade inferida

Do cruzamento realizado entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade, verificamos que é mais comum a fonte do tipo *enunciador* ligar-se à evidencialidade do tipo *inferida*, pois, conforme vimos nos dados da tabela 9, das 82 ocorrências de evidencialidade *inferida* encontradas no *corpus*, 73 foram com esse tipo de fonte.

Os dados revelam que o produtor de material didático impresso para EaD, coloca-se como fonte, geralmente, quando prevê uma consequência de um fato, de um princípio, ou conclui, ou deduz alguma coisa, conforme podemos observar no exemplo a seguir:

(124) **Podemos dizer**, então, que sempre existiu uma relação com aqueles outros povos, mas não por isso temos que pensar que essa relação ao longo dos tempos teve os mesmos efeitos. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 11)

Em (124), a fonte é o *enunciador*, mesmo que o verbo esteja sendo usado com o plural de modéstia, com evidencialidade do tipo *inferida*, acessada a partir de uma *inferência baseada em conhecimento prévio* do próprio produtor textual, conhecimento este adquirido, provavelmente, através de leituras que ele tenha feito sobre o assunto. Não há marcas de adesão/refutação, nem aparecem aspectos que mostrem uma modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais. Porém, aparece a marca verbal “Podemos dizer” em que o verbo “poder” tem valor de permissão, no sentido de que é plausível dizer algo, o que, de certa forma, enfatiza semanticamente o comprometimento do enunciador ao conteúdo expresso, portanto, o consideramos de *médio* comprometimento.

b) Fonte terceira pessoa definida com evidencialidade reportativa

Este foi o cruzamento mais recorrente no *corpus* (474 ocorrências). Inferimos, pois, que o produtor de material didático impresso para EaD prefere se resguardar em um argumento de autoridade para melhor fundamentar os conceitos acessados, como observamos no seguinte exemplo:

(125) **De acordo com** CUNHA (2002, p. 50), competência privativa é a competência exclusiva, ou seja, aquela que exclui qualquer outra com o mesmo conteúdo, e competência concorrente é a que se exerce simultaneamente sobre a mesma matéria, por mais de uma autoridade ou órgão. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 23)

Em (125), temos a fonte, “CUNHA (2002, p. 50)”, precedida da marca evidencial formada pela locução prepositiva, “De acordo com”, sugerindo uma ocorrência em que a fonte é uma *terceira pessoa definida* e a evidencialidade é do tipo *reportativa*, acessada a partir de um *relato de segunda mão*. Não apresenta marca de adesão/refutação, nem aspectos

que indiquem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, portanto, apontando para um *baixo* comprometimento do enunciador ao conteúdo reportado.

c) Fonte terceira pessoa indefinida com evidencialidade genericidade

A fonte *terceira pessoa indefinida* foi a menos recorrente no *corpus*, com apenas 12 casos, dos quais 9 estavam relacionados à evidencialidade *genericidade*. Dessa forma, inferimos que quando o produtor textual associa esse tipo de fonte a esse tipo de evidencialidade é porque ele pretende mostrar um conteúdo de origem incerta, indefinida, mas que é de conhecimento geral acumulado na comunidade, como podemos observar no exemplo a seguir:

(126) **Diz-se** que é um contrato, um artifício inventado, a matriz do poder político, o que é apresentado como racional, baseado na razão. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 126)

Em (126), temos, portanto, uma fonte marcada pelo verbo na forma impessoal, “dizer” + partícula “se”, na posição anteposta, do tipo *terceira pessoa indefinida* e uma evidencialidade do tipo *genericidade*, cujo acesso se deu por meio de um *relato de terceira mão (boato)*, não apresentando marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, o que sugere um *baixo* comprometimento do enunciador com o conteúdo asseverado.

d) Fonte domínio comum com evidencialidade genericidade

Vimos na tabela 9 que, das 20 ocorrências de evidencialidade do tipo *genericidade*, 11 ocorreram com a fonte *domínio comum*. Desse uso, depreendemos que o produtor textual faz essa correlação entre fonte *domínio comum* e evidencialidade *genericidade* quando quer repassar um conhecimento compartilhado por todos da comunidade, como podemos observar em (127).

(127) **É sabido que** nas regiões onde a altitude é elevada, o ar é rarefeito, ou seja, há pouco oxigênio no ar: em consequência disso nosso organismo tem que produzir modificações para solucionar o problema causado por esse ar rarefeito. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 19)

Em (127), a fonte *domínio comum* é marcada pelo verbo que está em uma construção de voz passiva, formada pela locução verbal, “Ser” + “saber”, cuja forma verbal é “É sabido que”, e acaba marcando também uma evidencialidade do tipo *genericidade*, pois o conteúdo asseverado é algo que é do conhecimento de toda uma comunidade. Não há marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, portanto, apontando para um *baixo* comprometimento do enunciador, que prefere diluir a responsabilidade pelo dito. Por outro lado, ao afirmar que algo é sabido por todos, o autor apresenta um conteúdo como uma verdade universal.

e) Fonte enunciador com evidencialidade reportativa

Este tipo de ocorrência, apesar de pouco utilizada no *corpus*, apenas 4 casos, é usado pelo produtor textual sempre que ele se coloca como fonte e retoma conteúdos expressos por ele mesmo em outros momentos da enunciação, como podemos observar no exemplo a seguir:

(128) A Filosofia estabeleceu-se como saber lógico, rigoroso, concatenando as afirmações entre si, superando, como **dissemos**, o senso comum. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 19)

Em (128), a fonte enunciador é formada pelo verbo de elocução, “dizer”, com o uso do plural majestático, marca recorrente dos produtores desse tipo de texto, em que o autor usa a primeira pessoa do plural no lugar da primeira pessoa do singular. A evidencialidade é *reportativa* por conta de o enunciador retomar conteúdos reportados em uma enunciação pretérita dele mesmo. Não há marca de adesão/refutação, nem aspectos que mostrem uma coocorrência de modalidade epistêmica em estratégias evidenciais, porém, entendemos que o

fato de a fonte retomar uma ideia dela mesma em outro momento da enunciação indica um médio comprometimento do produtor textual com o conteúdo asseverado.

f) Fonte terceira pessoa indefinida com evidencialidade inferida

No *corpus* analisado, apareceram 3 ocorrências com esse cruzamento, revelando que o produtor de material didático impresso para EaD utiliza a fonte *terceira pessoa indefinida*, com uma evidencialidade inferida quando pretende fazer constatações advindas de conhecimento prévio ou outros conhecimentos elencados e disponíveis, mas cuja fonte ele não quer determinar, como observamos no exemplo a seguir:

(129) Por todas estas razões brevemente delineadas, **percebe-se que** o problema moral é permanente, e não passageiro. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 89)

Em (129), temos a fonte *terceira pessoa indefinida*, com a evidencialidade *inferida*, acessada por meio de uma *inferência baseada em conhecimento prévio*; não apresenta marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, porém, o adjunto adverbial, “Por todas estas razões brevemente delineadas” reforça a inferência, indicando, assim, um *médio* comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo asseverado.

g) Fonte domínio comum com evidencialidade inferida

(130) **Como pode se perceber**, essas poucas palavras não deixam esconder a complexidade da empresa. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 48)

Em (130), o conteúdo expresso por uma inferência possível a todos, e o verbo está impessoalmente colocado marcando uma fonte do tipo *domínio comum*. Por outro lado, a evidencialidade *inferida* é marcada por meio de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado*, disseminado na comunidade da empresa; não há marcas de adesão/refutação, nem

modalização epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, porém atribuímos um *médio* comprometimento pelo fato de o produtor textual também poder perceber o ocorrido, já que a fonte é de *domínio comum*.

A seguir, faremos a relação entre tipo de evidencialidade e efeito de comprometimento.

5. 11 A relação entre tipo de evidencialidade e efeito de comprometimento

Há uma relação motivada entre o tipo de evidencialidade e o efeito de comprometimento, uma vez que, como afirma Carioca (2009, p. 131), “o falante/produtor textual manifesta a sua certeza sobre a veracidade do fato que está enunciando, assim como também o posicionamento dele no que diz respeito à informação dada quanto à gradação de sua confiabilidade na proposição veiculada”. Dessa forma, o produtor textual se utiliza de marcas evidenciais para dar informações, tendo a possibilidade de escolher se o fará com um *alto*, *médio* ou *baixo* grau de comprometimento, pois a depender da qualidade da fonte indicada para um conteúdo asseverado, o efeito pode ser de maior ou menor comprometimento com esse conteúdo.

Do *corpus* analisado, verificamos que, quando a evidencialidade é do tipo *reportativa*, há um predomínio de um *baixo* grau de comprometimento, uma vez que o produtor textual atribui a outro a fonte do conhecimento asseverado, tirando de si um maior efeito de comprometimento. Percebemos, também, que, na evidencialidade *inferida* e na *genericidade*, predomina o *médio* grau de comprometimento. Por outro lado, observamos que nada impede, por exemplo, que a evidencialidade *reportativa* possa aparecer atrelada a um *alto* ou *médio* grau de comprometimento, uma vez que, como Lucena-Silva (2013), acreditamos que o produtor textual tem total liberdade com o manejo da fala reportada e pode utilizar recursos para marcar seu envolvimento com o discurso citado em um maior ou menor grau de comprometimento. Isso se estende, também, a evidencialidade *inferida* e *genericidade*, porém, em relação a esta, não encontramos ocorrência de evidencialidade do tipo *genericidade* com *alto* grau de comprometimento.

Percebemos, também, que nos tipos de evidencialidade encontrados no *corpus*, predominou na *reportativa* e na *genericidade*, o *baixo* comprometimento, e na *inferida* sobressaiu-se o *médio* comprometimento, conforme observamos na tabela (10), a seguir:

Tabela 10 - Relação entre tipo de evidencialidade e efeito de comprometimento

Tipo de Evidencialidade	Efeito de comprometimento			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Reportativa	4	39	435	478
Inferida	10	67	5	82
Genericidade		9	11	20
Total	14	115	451	580

Os exemplos a seguir mostram algumas das ocorrências que ilustram os resultados acima:

a) Evidencialidade reportativa com baixo comprometimento

Como observamos na tabela 10, esse cruzamento apresentou 435 ocorrências. Isso revela que, de fato, o produtor textual prefere resguardar seu comprometimento em um argumento de autoridade, no sentido de fundamentar e respaldar melhor o seu texto, dando, assim, ao aluno a oportunidade de se aprofundar mais nas fontes citadas e avaliar os conceitos veiculados. Dessa forma, a evidencialidade *reportativa* serve para indicar uma fonte que não é o autor do texto, justificando, assim, o baixo comprometimento da fonte em relação ao conteúdo reportado, como podemos observar no exemplo (131):

(131) O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, no seu texto *Raça e História* (1975), **relata** uma história vivida pelos colonizadores e os índios americanos que mostra claramente como ambos os grupos estavam interessados buscando entender esse outro. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 9)

Em (131), o enunciador não apresenta nenhum tipo de adesão/refutação à fonte reportada, “Claude Lévi-Strauss”, apenas faz referência a ela, informando o conteúdo citado no texto “*Raça e História* (1975)”, indicando, portanto, um *baixo* grau de comprometimento.

Temos, pois, uma evidencialidade reportativa, acessada a partir de um *relato de segunda mão* que, também, não apresenta modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, portanto, indicando um *baixo* comprometimento do enunciador à fonte reportada no enunciado.

b) Evidencialidade inferida com médio comprometimento

Esse tipo de cruzamento ocorreu em 67 casos, revelando que ao inferir um determinado Conteúdo Proposicional, o produtor textual produz um efeito de médio de comprometimento, como podemos observar no exemplo a seguir:

(132) **Resta-nos concluir**, então, que: o homem vive ladeado de signos, cria signos para representar tudo o que quer, interpreta os signos naturais para entender os fenômenos da natureza e, acima de tudo, convencionam-os com a finalidade de perpetuar a consciência humana. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 10/11)

Em (132), temos uma fonte do tipo *enunciador*, acessada por meio de *inferência baseada em conhecimento prévio do próprio falante*, portanto, marcando a evidencialidade *inferida*, em que não há marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, porém, atribuímos um *médio* grau de comprometimento, tendo em vista, ser a fonte enunciador, com plural de modéstia, que, pelo contexto, dá a entender que o produtor textual também conclui o que está descrito no conteúdo veiculado.

c) Evidencialidade genericidade com baixo comprometimento

Os dados da tabela 10 revelam que a evidencialidade *genericidade* está associada a um *baixo* grau de comprometimento, pois das 20 ocorrências desse tipo presentes no *corpus*, 11 foram com *baixo* comprometimento, indicando que por ser o conteúdo asseverado de conhecimento geral de uma comunidade, o produtor textual acaba por não elevar seu comprometimento em relação ao dito, como podemos observar no exemplo a seguir:

(133) **É sabido** que nas regiões onde a altitude é elevada, o ar é rarefeito, ou seja, há pouco oxigênio no ar: em consequência disso nosso organismo tem que produzir modificações para solucionar o problema causado por esse ar rarefeito. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 19)

Em (133), temos a *genericidade* marcada pela locução verbal “ser (É) + particípio passado do verbo saber (sabido)”, uma fonte do tipo *domínio comum*, com evidencialidade *genericidade*, acessada a partir de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade*, em que não há marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais. Nesse exemplo, vemos que o enunciador preferiu diluir a responsabilidade pelo dito ao afirmar que algo é sabido por todos, ou seja, ele apresenta um conteúdo como uma verdade universal, portanto, indicando um *baixo* grau de comprometimento com o conteúdo veiculado.

d) Evidencialidade reportativa com médio comprometimento

Esse cruzamento apresentou 39 ocorrências, o que indica que, apesar de não ser tão usado pelos produtores textuais, foram identificadas no *corpus* e servem para mostrar que sua ocorrência, geralmente, está atrelada a uma marca de adesão, como podemos observar no exemplo a seguir:

(134) Afinal, como **disse** Sahlins (1979, p.08), “o homem apreende o mundo a partir de esquemas simbólicos que ordenam o mundo, mas que jamais são os únicos possíveis”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 10)

Em (134), a fonte é do tipo *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade *reportativa*, cujo acesso se deu por meio de um *relato de segunda mão*, em que a voz do produtor textual aparece quando ele utiliza como marca de adesão o operador argumentativo, “Afinal”, indicando um *médio* grau de comprometimento.

e) Evidencialidade inferida com alto comprometimento

Foram identificadas no *corpus* 10 ocorrências com esse tipo de cruzamento, o que indica que, ao acessar um conteúdo baseado em leituras prévias, o produtor textual pode inferir conhecimentos importantes e pelo contexto deixar claro seu completo comprometimento em relação ao fato inferido, como podemos observar em (135):

(135) Todavia, investigando as teorias de Vigotski e Wallon, **constatamos** que embora utilizem termos diferentes, eles também se referem a estes quatro fatores. (CH.PSI.PD.UECE. p. 30)

Em (135), temos uma fonte do tipo *enunciador* (plural de modéstia), com uma evidencialidade *inferida* em que o acesso se deu por meio de uma *inferência baseada em conhecimento prévio do próprio falante*, cuja carga semântica do verbo, nesse contexto, demonstra seu *alto* grau de comprometimento com o conteúdo asseverado.

f) Evidencialidade genericidade com médio comprometimento

A tabela 10 registra 9 ocorrências no *corpus* com esse tipo de cruzamento. Isso significa que, ao usar a evidencialidade *genericidade*, o produtor textual pode se comprometer em um nível moderado, como observamos em (136):

(136) **Pode-se verificar** que normalmente consideramos o poder como algo que alguém possui e do qual faz uso voluntário em benefício próprio, [...]. (CH.FIL.FIL.UFSC. P. 112)

Em (136), temos uma fonte do tipo *domínio comum*, com evidencialidade *genericidade*, acessada por meio de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade*, que, apesar de não apresentar marca de adesão/refutação, o verbo “poder” permite uma leitura epistêmica, no sentido de que é “possível identificar”, ou seja, o autor

trata como uma possibilidade a ser verificada, portanto, podemos dizer que, há modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, pois a carga semântica do verbo “poder” enfatiza o comprometimento do produtor textual, indicando, assim, um *médio* comprometimento.

g) Evidencialidade reportativa com alto comprometimento

A evidencialidade *reportativa* com *alto* comprometimento, apesar de difícil ocorrência no *corpus*, 4 casos, não é impossível, como podemos verificar no exemplo, a seguir:

(137) Em todo caso, apoiando-nos em análise do biólogo italiano Edoardo Boncinelli, **não podemos deixar de reconhecer** uma importante mudança que aconteceu mais recentemente, e pode continuar a se aprofundar pelo desenvolvimento da técnica, na relação entre biologia e cultura. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 165)

Em (137), não há dúvida de que a fonte do conteúdo asseverado é uma terceira pessoa definida, o autor Boncinelli, porém, vemos também a voz do produtor textual se reportando à fonte citada e aderindo a ela, com um grau *alto* de comprometimento, ao afirmar “não podemos deixar de reconhecer uma importante mudança que aconteceu mais recentemente”.

h) Evidencialidade inferida com baixo comprometimento

Cinco ocorrências exemplificam esse cruzamento no *corpus* desta tese. Vejamos como ele ocorre, a partir do exemplo (138):

(138) **O que se pode comentar** é que o esquema da comunicação humana, inicialmente proposto pela Teoria da Informação, foi adaptado à Linguística por Jakobson e é um dos mais famosos. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 67)

Em (138), temos uma fonte do tipo *domínio comum*, e uma evidencialidade *inferida*, cujo acesso se deu por meio de *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade*. Não há marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, o que demonstra um *baixo* comprometimento.

5. 12 A relação entre tipo de fonte e efeito de comprometimento

A relação entre tipo de fonte e efeito de comprometimento, nesta tese, revelou que, quando a fonte é o *enunciador*, predomina o médio comprometimento e não há ocorrência de *baixo* comprometimento com esse tipo de fonte. Já quando a fonte é uma *terceira pessoa definida*, predomina um efeito de *baixo* comprometimento e, quando a fonte é do tipo *domínio comum* ou *terceira pessoa indefinida*, há certo equilíbrio entre o *médio* e o *baixo* comprometimento, conforme demonstra a tabela 11, a seguir:

Tabela 11 - Relação entre tipo de fonte e efeito de comprometimento no material didático impresso para EaD

Tipo de Fonte	Efeito de comprometimento			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Enunciador	10	66		76
3PDef	7	35	433	475
3PInd		6	6	12
DComum		8	9	17
Total	17	115	448	580

Vejamos algumas ocorrências que exemplificam os resultados acima:

a) Fonte enunciador com médio comprometimento

Os resultados revelam que esse cruzamento acontece por conta de o produtor textual assumir, moderadamente, as informações contidas no texto por ele produzido, conforme podemos verificar no exemplo a seguir:

(139) Isso **nos permite comentar**, então, que a linguagem humana pode apenas ser compreendida, se ancorada na dimensão social de sua origem. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 66)

Em (139), a marca evidencial verbal formada pela 1ª pessoa do plural (plural de modéstia), indica uma fonte *enunciador*, com evidencialidade *inferida*, acessada por meio de *inferência baseada em conhecimento prévio* do próprio produtor textual. Não registramos marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, porém, pelo contexto e pela forma verbal, observamos um *médio comprometimento* do autor com o conteúdo expresso.

b) Fonte terceira pessoa definida com baixo comprometimento

Com esse cruzamento foram identificadas 433 ocorrências, revelando, assim, que o produtor de material didático impresso para EaD prefere atribuir a outrem a responsabilidade pelo conteúdo expresso. Isso demonstra que essa é uma marca característica desse tipo de texto, pois, de acordo com os dados analisados, verificamos que mais de 80% do *corpus* apresenta esse tipo de fonte atrelado a esse tipo de comprometimento, como podemos observar no exemplo a seguir:

(140) Vejamos o que nos **diz** o Dicionário Aurélio século XXI sobre os significados da palavra estado (do latim *statu*), que possui tantas acepções diferentes: situação ou disposição em que se acham as pessoas ou as coisas em um momento dado [...]. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 15)

Em (140), a marca evidencial é o verbo de elocução “dizer”, na terceira pessoa do singular, seguida da fonte *terceira pessoa definida*, “o Dicionário Aurélio”, acessada a partir de um *relato de segunda mão*, sem marca de adesão/refutação, nem aspectos que identifiquem a coocorrência de modalidade epistêmica em contexto evidencial, indicando, pois, um *baixo* comprometimento do produtor textual com o conteúdo veiculado. O produtor textual, nesse caso, usa o argumento de autoridade e atribui a esse renomado dicionarista o comprometimento pelo dito, tirando de si uma maior responsabilidade.

c) Fonte terceira pessoa indefinida com médio comprometimento

No *corpus*, seis ocorrências exemplificam esse tipo de cruzamento. Vemos, pois que é raro, mas existe, servindo, portanto, para os casos em que o produtor textual utiliza uma fonte *indefinida* para ensaiar um conteúdo que é certo, mas que o deixa, de certa forma, inseguro para assumi-lo como sendo seu. Dessa forma, ele divide com esse sujeito indefinido o comprometimento com o dito, como podemos observar no seguinte exemplo:

(141) Dito isso, **parece** que já se tem alguma clareza para definir a Filosofia.
(CH.FIL.FIL.UFSC. p. 33)

Em (141), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa indefinida* e uma evidencialidade do tipo *inferida*, acessada a partir de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado na comunidade* filosófica. Não há marca de adesão/refutação, nem aspectos que possam expressar a coocorrência de modalidade epistêmica em estratégias evidenciais, mas pelo contexto, atribuímos um *médio* comprometimento do produtor textual ao conteúdo veiculado.

d) Fonte domínio comum com baixo comprometimento

Com base na tabela 11, ocorreram 9 casos desse tipo de cruzamento neste estudo. Estamos diante de um conhecimento que é de todos, mas que o produtor textual não expressa nenhuma forma de adesão a ele, ou seja, ele sabe que se trata de algo de conhecimento de todos, mas se distancia dele, como podemos observar em (142):

(142) **É sabido que** nas regiões onde a altitude é elevada, o ar é rarefeito, ou seja, há pouco oxigênio no ar: em consequência disso nosso organismo tem que produzir modificações para solucionar o problema causado por esse ar rarefeito. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 19)

Em (142), a marca evidencial é percebida a partir da impessoalidade da construção verbal formada pelo verbo ser + particípio passado, “É sabido”, o que vai indicar uma fonte do tipo *domínio comum*, acessada por meio de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado*. Não apresenta marca de adesão/refutação, nem aspectos que indiquem haver coocorrência de modalidade epistêmica em estratégias evidenciais, portanto, indicando, assim, um *baixo* comprometimento.

e) Fonte terceira pessoa definida com médio comprometimento

Esse cruzamento apareceu em 35 ocorrências, indicando que mesmo atribuindo a origem do conteúdo veiculado a uma terceira pessoa definida, o produtor de material didático impresso para EaD pode ter um *médio* comprometimento com o dito, como podemos observar no exemplo a seguir:

(143) Considerando essas ideias, **podemos dizer** que para Vigotski (1986) nossas funções mentais nascem de nossas relações com o meio, ou seja, nos tornamos humanos indo do plano inter-psíquico para o intra-psíquico. (CH.PSI.PD.UECE. p. 24)

Em (143), a marca evidencial é formada pela locução verbal, “podemos dizer”, seguida da fonte uma *terceira pessoa definida*, “Vigotski (1986)”, marcando uma evidencialidade do tipo *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, apresentando o verbo modal, “poder”, na primeira pessoa do plural, com uso do plural de modéstia, indicando, assim, um *médio* grau de comprometimento do produtor textual em relação ao conteúdo reportado.

f) Fonte terceira pessoa indefinida com baixo comprometimento

Esse tipo de cruzamento apareceu em 6 ocorrências em nosso *corpus*. Ele ocorre quando o produtor textual utiliza uma fonte indefinida e não faz uso de nenhuma marca que possa evidenciar seu compromisso com o dito. É como se ele não quisesse determinar quem é a fonte por não querer imprimir um maior comprometimento com o dito. Vejamos o exemplo, a seguir:

(144) **Percebe-se** que o problema moral é permanente, e não passageiro.
(CH.FIL.FIL.UFSC. p. 89)

Em (144), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa indefinida*, com uma evidencialidade *genericidade*, acessada a partir de uma *inferência com base em conhecimento acumulado*. Não há marcas de adesão/refutação, nem aspectos que indiquem uma coocorrência de modalidade epistêmica nas estratégias evidenciais, indicando, assim, um *baixo* comprometimento do produtor textual em relação ao conteúdo asseverado.

g) Fonte domínio comum com médio comprometimento

Mesmo que a fonte seja de domínio comum, há a possibilidade de o produtor textual ter um grau de comprometimento mediano em relação ao conteúdo expresso. 8 ocorrências exemplificam esse tipo de cruzamento no *corpus*. O exemplo, a seguir, mostra como ela ocorre:

(145) **O que se pode comentar** é que o esquema da comunicação humana, inicialmente proposto pela Teoria da Informação, foi adaptado à Linguística por Jakobson e é um dos mais famosos. (LLA.LIN.LINII.UFMS. p. 67)

Em (145), o conteúdo compartilhado pode ser comentado por toda uma comunidade de falantes, indicando, portanto, uma fonte do tipo *domínio comum*. Não apresenta marca de adesão/refutação, pois o produtor textual também se insere nesse contexto, nem coocorrência de modalização epistêmica com estratégias evidenciais, porém, o verbo modal “poder” indica, nesse contexto, um *médio* comprometimento do enunciador ao conteúdo asseverado.

h) Fonte enunciador com alto comprometimento

Apesar de acreditarmos que, a fonte *enunciador* está ligada a um *alto* comprometimento do produtor textual, vimos que, neste *corpus*, esse cruzamento não é um dos mais recorrentes, pois, de acordo com a tabela 11, tivemos, apenas, 10 exemplos, revelando que, mesmo se colocando na posição de enunciador, o produtor textual pode não se comprometer tanto com o dito. Mas, por outro lado, quando o produtor textual usa esse tipo de fonte, ele pode o fazer imprimindo um nível mais elevado de comprometimento com o conteúdo expresso, como observamos no exemplo, a seguir:

(146) É isso, **repito**, o niilismo; é isso a “vida nua”. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 178)

Em (146), temos uma fonte *enunciador*, marcada pelo uso do verbo em primeira pessoa do singular, em que o enunciador diz: “repito”, confirmando algo que ele já disse anteriormente, portanto, imprimindo um *alto* comprometimento do produtor textual com o dito.

i) Fonte terceira pessoa definida com alto comprometimento

Apareceram 7 ocorrências com esse tipo de cruzamento no *corpus*. Isso revela que nada impede que uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* possa aparecer com um alto comprometimento por parte do enunciador em relação ao conteúdo reportado, como podemos observar em (147):

(147) Vale lembrar a simples e precisa **definição de Antônio Gramsci**: “crise é quando o velho morreu e o novo não consegue nascer”! (CH.FIL.FIL.UFSC, p. 94)

Em (147), a marca evidencial é o modificador na forma de um sintagma preposicionado ligado ao substantivo “definição”, indicando a fonte do tipo *terceira pessoa definida* e uma evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*. A marca de adesão expressa por meio dos adjetivos, “simples” e “precisa” demonstra o *alto* comprometimento do enunciador à fonte do conteúdo reportado.

5.13 A relação entre os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e o efeito de comprometimento

Para investigar a relação entre meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e efeito de comprometimento, verificamos as possibilidades de expressão dessa categoria a partir do cruzamento entre algumas classes morfossintáticas e os graus de comprometimento, conforme discriminado na tabela 12, a seguir:

Tabela 12 - Relação entre os meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e o efeito de comprometimento no material didático impresso para EaD

Meio Meio linguístico de manifestação da evidencialidade	Efeito de comprometimento			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Verbo	14	93	112	219
Substantivo			7	7
Preposição/locução prepositiva		10	151	161
Justaposição simples		8	171	179
Comentários metadiscursivos		4	10	14
Total	14	115	451	580

Como podemos observar na tabela 12, a evidencialidade se manifestou primordialmente através do *verbo* (219 ocorrências), seguida da *justaposição da fonte* (179 ocorrências) e da *preposição/locução prepositiva* (161 ocorrências). Os *substantivos* (7 ocorrências) e os *comentários metadiscursivos* (14 ocorrências) apareceram em menor escala. Cabe ressaltar que, a maior parte desses resultados estão relacionados a um *baixo* comprometimento do enunciador.

Passemos, pois, à exemplificação das marcas evidenciais em relação aos níveis de comprometimento:

a) Marca evidencial verbal com baixo comprometimento

Como já dissemos, o verbo é a forma prototípica de manifestação da evidencialidade. Sendo assim, no resultado desta pesquisa, ele aparece como o meio mais recorrente. Porém, o cruzamento dessa marca evidencial com o grau de comprometimento poderia ter sido outro, mas isso, também, não nos surpreendeu pelo fato de que, depois da análise, vemos esse tipo de comprometimento do produtor textual em relação ao conteúdo asseverado como traço característico dos materiais didáticos impressos analisados. Vejamos um exemplo a partir do cruzamento realizado:

(148) Erikson **destaca** que o êxito na resolução dos conflitos anteriores, contribui para o fortalecimento da singularidade do adolescente, fundamental para a resolução dos conflitos nas idades posteriores. (CH.PSI.PD.UECE. p. 19)

Em (148), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, “Erikson”, mais a marca evidencial verbal, com verbo na terceira pessoa do singular (ele), apontando para uma evidencialidade do tipo *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que não é possível identificar marcas de adesão/refutação ou aspectos que indiquem coocorrência de modalidade epistêmica no domínio evidencial, o que sugere um *baixo* comprometimento do enunciador à fonte.

b) Marca evidencial substantiva com baixo comprometimento

Desse tipo de cruzamento surgiram apenas 7 ocorrências, o que equivale a dizer que o produtor desse tipo de material usa o *substantivo* para indicar *baixo* comprometimento, pois, em todas as vezes em que essa marca foi utilizada no *corpus*, estava atrelada a um *baixo* comprometimento do produto textual. Vejamos o exemplo, a seguir:

(149) Se cada cultura pode seguir um rumo particular fica clara então a **explicitação** de Boas de que o objetivo da pesquisa antropológica tem que ser o “estudo dos processos pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa. Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem – em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33) - **Marca evidencial substantiva com baixo comprometimento**

Em (149), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* marcada por meio do *substantivo*, “explicitação”, sugerindo uma evidencialidade do tipo *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, que não apresenta marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, portanto, indicando um *baixo* comprometimento do enunciador à fonte da enunciação.

c) Marca evidencial prepositiva com baixo comprometimento

A marca evidencial prepositiva é bastante recorrente no *corpus*. Quando cruzada com o grau de comprometimento, associa-se, mais frequentemente a um *baixo* comprometimento (151 ocorrências), servindo, na maioria das vezes, apenas para introduzir a fonte do conteúdo reportado, como observamos em (150):

(150) **Para** Ralph Linton (1893-1953) e Abram Kardiner (1891-1981), cada cultura forma um tipo básico de personalidade que vai caracterizar os indivíduos que vivem nela. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 35)

Em (150), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, introduzida pela marca evidencial prepositiva, apontando para uma evidencialidade do tipo *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que não é possível constatar a presença de marca de adesão/refutação ou aspectos que indiquem a coocorrência de modalidade epistêmica no domínio das estratégias evidenciais, portanto sugerindo um *baixo* comprometimento do produtor textual em relação ao dito.

d) Marca evidencial justaposição com baixo comprometimento

Usada a partir das normas da ABNT, a *justaposição simples* da fonte ao conteúdo, por si só já indica um efeito de *baixo* comprometimento do produtor textual, pois o leitor/aluno, ao ler o texto, pode perceber facilmente que a fonte do conteúdo asseverado não é o autor do material didático. Apareceram no *corpus* 171 ocorrências com esse tipo de cruzamento. Vejamos o exemplo, a seguir:

(151) “No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais formas de identidade social. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso, estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós

efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 1999, p. 47). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 122)

Em (151), o produtor textual simplesmente abre aspas e lança o conteúdo descrito pela fonte, justapondo no final a fonte. Vemos que não há nenhuma marca de adesão/refutação, nem marca de modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, portanto, indicando um *baixo* comprometimento do produtor textual em relação à fonte e ao conteúdo.

e) Marca evidencial comentário metadiscursivo com baixo comprometimento

Poucos casos ocorreram no *corpus* com esse tipo de cruzamento (apenas 10), indicando que essa não é uma marca muito utilizada pelos autores desse tipo de material e quando usadas são direcionadas a notas explicativas de rodapé. Esse tipo de comentário costuma ser um enunciado cujo propósito é esclarecer a fonte da informação, conforme observamos em (152):

(152) Parece que os seus antepassados foram gente nobre, mas o filósofo e moralista viveu pobre e desde a infância teve de ser mestre de si mesmo. **Estas e outras informações sobre a vida de Confúcio podem ser encontradas em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conf%C3%BAcio>.** (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 16) - **Marca evidencial comentário metadiscursivo com baixo comprometimento**

Em (152), temos um comentário metadiscursivo em que o enunciador dá a informação e indica a fonte onde poderemos encontrá-la. É uma fonte do *tipo terceira pessoa definida*, com evidencialidade *reportativa*, sem marca de adesão/refutação, nem modalização epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, indicando, assim, um *baixo* comprometimento.

f) Marca evidencial verbal com médio comprometimento

Vimos que a marca evidencial verbal está associada, mais comumente, a um *baixo* comprometimento, porém, nada impede que o produtor textual a utilize com um *médio* comprometimento, tanto que foram identificadas no *corpus* 93 ocorrências com esse cruzamento. Vejamos como ele ocorre:

(153) Com Marilena Chauí, que nos serve de apoio para várias observações feitas nestas páginas, **podemos também afirmar que**, do ponto de vista mais específico, a Filosofia se apresenta com quatro definições gerais: (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 20)

Na ocorrência (153), temos a marca evidencial verbal com o predicado encaixador formado pela locução verbal, verbo auxiliar flexionado + também + infinitivo, “podemos também afirmar”, indicando uma fonte do *tipo terceira pessoa definida*. A evidencialidade é do tipo *reportativa*, cujo acesso se deu por meio de um *relato de segunda mão*. Não há uma marca de adesão, mas o verbo “poder” reforça o comprometimento do enunciador com o conteúdo asseverado. Sendo assim, consideramos como médio o comprometimento.

g) Marca evidencial prepositiva com médio comprometimento

Esse cruzamento apareceu em apenas 10 ocorrências. Vejamos como ele acontece no *corpus*:

(154) Ainda sobre o CNE, é importante observar, **conforme** previsão legal (Lei nº 9.131/95, Art. 2º), que “as deliberações e pronunciamentos do Conselho Pleno e das Câmaras deverão ser homologados pelo Ministro de Estado da Educação”. (CH.EDU.PE.UFMG. p. 53)

Em (154), a marca evidencial prepositiva indica a fonte do conteúdo asseverado como sendo do tipo *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade do tipo *reportativa*,

acessada por meio de um *relato de segunda mão*, mas vemos a voz do produtor textual quando diz “é importante observar”, indicando, de certa forma, uma adesão à fonte reportada, sugerindo, assim, um *médio* comprometimento.

h) Marca evidencial justaposição com médio comprometimento

Esse tipo de cruzamento apareceu em, apenas, 8 ocorrências e, pelo resultado, vemos que o produtor textual de material didático impresso para EaD prefere não associar o uso da justaposição simples a um efeito de médio comprometimento.

(155) O importante para nós, aqui, é frisar que o nacionalismo possibilita aos sujeitos, ainda que haja rupturas nesse processo, construir suas identidades; é mais “um foco de identificação e um sistema de representação” (HALL, 1999, p. 58). (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 121)

Em (155), analisando o contexto, vemos que, mesmo citando a fonte do tipo *terceira pessoa definida*, podemos ouvir a voz do produtor textual por meio da assertiva inicial. Os menos atentos diriam que há uma mistura confusa de vozes, mas podemos ver claramente, nesse exemplo, a voz reportada ser inserida no texto pela voz do produtor textual que demonstra ser parcialmente comprometido com ela.

i) Marca evidencial comentário metadiscursivo com médio comprometimento

Esse tipo de cruzamento também ocorreu muito pouco no *corpus*, apenas 4 casos. Vejamos o exemplo, a seguir:

(156) **Podemos citar Adam Kuper, para resumir em poucas linhas a perspectiva dos estudos culturais:** “a alta cultura oficial é questionada, e a cultura produzida pela massa, condenada como falsa, ou como irremediavelmente corrompida, mas a cultura popular é tratada com simpatia” (Kuper, 2002, p. 291). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 27)

Em (156), notamos que o *comentário metadiscursivo* aparece na posição *anteposta*, indicando o autor do conteúdo a ser citado, portanto, apontando para uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade *reportativa*, acessada a partir de um *relato de segunda mão*. Apesar de não estar expressa uma marca de adesão, o verbo modal deôntico, “poder”, indica um *médio* comprometimento do enunciador em relação à fonte do conteúdo asseverado.

j) Marca evidencial verbal com alto comprometimento

No exemplo (157), verificamos a marca evidencial verbal como predicado encaixador flexionado na 1ª pessoa do singular, indicando uma fonte do tipo *enunciador*, em que ela mesma assume o conteúdo asseverado como seu, portanto, demonstrando seu *alto* grau de comprometimento em relação ao conteúdo asseverado.

(157) [...] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, **assumo** a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 74)

A seguir, mostraremos como ocorreu, no *corpus* desta pesquisa, a relação entre a presença de marcas de adesão e o efeito de comprometimento.

5.14 A relação entre presença de marcas de adesão e efeito de comprometimento

Na relação entre a presença de marcas de adesão e o efeito de comprometimento, observamos que há a predominância de ausência de marcas de adesão, o que equivale dizer que há, em geral, um *baixo* comprometimento do produtor textual com o conteúdo/fonte veiculado, porém, observamos que, mesmo não havendo marcas de adesão à fonte do conteúdo veiculado, pode haver tanto um *médio* quanto um *alto* comprometimento do produtor textual em relação ao dito, conforme podemos observar na tabela 13, a seguir:

Tabela 13 - Relação entre marcas de adesão e efeito de comprometimento no material didático impresso para EaD

Marca de adesão	Efeito de comprometimento			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Adjetivo qualificativo	2	4		6
Verbo	3	17		20
Outro		13		13
Não se aplica	10	83	448	541
Total	15	117	448	580

Seguem alguns exemplos do cruzamento entre marca de adesão e efeito de comprometimento:

a) Marca de adesão adjetivo qualificativo com médio comprometimento

Em (158), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, sugerindo uma evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, cuja marca de adesão é o adjetivo qualificativo, “clara”, indicando, assim, um *médio* comprometimento do enunciador à fonte reportada.

(158) Se cada cultura pode seguir um rumo particular fica **clara**, então, a explicitação de Boas de que o objetivo da pesquisa antropológica tem que ser o “estudo dos processos pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa. Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem – em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento” (*Ibid*, p. 33). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33)

b) Marca de adesão verbo com médio comprometimento

Em (159), o produtor textual apresenta uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, com evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que aparece a marca de adesão, formada pela locução, “continuar afirmando”, usada para indicar um efeito de *médio* comprometimento.

(159) Neste sentido, há motivos para **continuar afirmando** como o sábio Sócrates: que o ato de filosofar em última instância nos leva a perceber que sabemos pouco, ou então, que quanto mais pensamos, mais percebemos o limite de nosso conhecimento. (CH.FIL.FIL.UFSC. p. 34)

c) Marca de adesão operador argumentativo com médio comprometimento

Em (160), temos uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, com uma evidencialidade reportativa acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que aparece como marca de adesão o *operador argumentativo*, “De fato”, indicando, portanto, um *médio* comprometimento do enunciador à fonte, “Durkheim”.

(160) **De fato**, Durkheim concebe as sociedades “arcaicas” como anteriores, no sentido temporal e no sentido lógico, às modernas (embora percebesse que também eram contemporâneas). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 43)

d) Marca de adesão adjetivo qualificativo com alto comprometimento

Retomamos o exemplo (101), a seguir, para mostrar o cruzamento entre a marca de adesão *adjetivo qualificativo* com o *alto* comprometimento. A marca evidencial formada pelo substantivo + o modificador (SP) ligado ao substantivo, “definição de”, indica a fonte do tipo *terceira pessoa definida* e a evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato*

de segunda mão. A marca de adesão está expressa por meio dos adjetivos, “simples” e “precisa”, demonstrando, assim, o *alto* comprometimento do enunciador à fonte do conteúdo reportado.

(161) Vale lembrar a simples e precisa **definição de Antônio Gramsci**: “crise é quando o velho morreu e o novo não consegue nascer”! (CH.FIL.FIL.UFSC, p. 94)

e) Marca de adesão verbo com alto comprometimento

Em (162), o verbo “comungar”, expressa, em si mesmo, a noção de adesão, de compartilhamento de responsabilidade pelo dito com uma fonte reportada. Estamos, portanto, diante de uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* e uma evidencialidade *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que a marca de adesão indica um *alto* comprometimento do produtor textual em relação à fonte do conteúdo asseverado.

(162) [...] **comungo** com Radcliffe-Brown quando diz que a cultura é uma teia que funciona não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 74)

Em relação aos cruzamentos realizados nesta subseção, nossa proposta era analisar, no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, a relação entre as seguintes variáveis: tipo de fonte e tipo de evidencialidade; tipo de evidencialidade e efeitos de comprometimento; tipo de fonte e efeitos de comprometimento; meios linguísticos de manifestação de evidencialidade e efeitos de comprometimentos; e, a presença de marcas de adesão e o efeito de comprometimento com relação ao conteúdo asseverado.

Partimos, inicialmente, da hipótese de que a fonte do tipo *enunciador* está ligada, mais frequentemente, à evidencialidade *inferida*, e constatamos que, de fato, isso acontece.

Pensávamos que as fontes dos tipos *terceira pessoa definida* e *domínio comum* se ligavam, mais comumente, ao tipo de evidencialidade *reportativa*, e verificamos que, enquanto a fonte do tipo *terceira pessoa definida* está ligada, mais comumente, à

evidencialidade *reportativa*; as fontes do tipo *domínio comum* e *terceira pessoa indefinida* se ligam, mais comumente, ao tipo de evidencialidade *genericidade*.

Pensávamos que os tipos evidenciais *inferida* e *genericidade* promoviam um efeito de *baixo* comprometimento, e verificamos que os tipos evidenciais *reportativa* e *genericidade* promovem efeito de *baixo* comprometimento, enquanto o tipo *inferida* está ligada, mais comumente, a um *médio* comprometimento.

Pensávamos que o tipo *percepção de evento* era pouco comum, não permitindo conclusões relevantes, mas constatamos que, esse tipo de evidencialidade não é usado no *corpus*, tendo em vista que os conteúdos veiculados não derivam de uma constatação direta de um Estado-de-Coisas por parte de seus produtores.

Quanto ao tipo *reportativa*, pensávamos não ser possível afirmar uma relação, uma vez que esta parecia ser a manifestação não marcada nos gêneros acadêmicos didático-científicos, porém, constatamos que, esse tipo de evidencialidade foi o mais recorrente no *corpus*, tendo em vista o respaldo teórico adquirido pelos argumentos de autoridade usados pelos produtores textuais, no sentido de melhor fundamentar seus textos.

Quanto à análise do nível de comprometimento, pensávamos que fatores como a marca de adesão podiam ser mais relevantes, e constatamos que, de fato, as marcas de adesão são relevantes na marcação do nível de comprometimento, pois, apesar de ser um recurso pouco utilizado pelos produtores de material didático impresso para EaD, elas servem para marcar um maior comprometimento do produtor textual em relação ao conteúdo asseverado.

Pensávamos que quando a fonte é o enunciador, o efeito é de maior comprometimento, e constatamos que, quando a fonte é o enunciador predomina, na verdade, um *médio* comprometimento, tendo em vista que o produtor de material didático impresso para EaD prefere, ainda que optando por esse tipo de fonte, não revelar seu total comprometimento em relação aos conteúdos asseverados, deixando para o aluno/leitor a tarefa de verificar a veracidade do dito.

Já quando a fonte é de *terceira pessoa indefinida*, pensávamos que o nível de comprometimento seria menor, mas verificamos que, na verdade, há um equilíbrio entre o *médio* e *baixo* comprometimento nesse tipo de fonte.

Pensávamos que se a fonte fosse uma *terceira pessoa definida*, produzia-se um efeito de *médio* comprometimento, e verificamos que, o produtor textual cita a fonte sem marcar sua adesão a ela, portanto, predominou um *baixo* comprometimento com esse tipo de fonte.

Com relação ao verbo, quando empregado em primeira pessoa, pensávamos que era produzido um efeito de *alto* comprometimento, mas verificamos que, na relação meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e o grau de comprometimento, todos os meios estão relacionados, mais comumente, ao *baixo* comprometimento, tendo em vista a predominância da fonte *terceira pessoa definida* e da evidencialidade *reportativa*.

Pensávamos que, marcas como *preposições* e *justaposição* estavam relacionadas ao *baixo* comprometimento, e verificamos que, de fato, essas marcas estão relacionadas a esse nível de comprometimento.

Este é o resultado da análise feita entre os cruzamentos realizados nesta tese.

Passemos, agora, a uma pequena síntese do capítulo aqui encerrado.

5.15 Síntese do capítulo

Neste capítulo, analisamos a evidencialidade no material didático impresso para EaD, levando em consideração os seguintes tópicos: (i) tipo de evidencialidade no *corpus*; (ii) tipo de fonte; (iii) modo de acesso; (iv) meio de adesão; (v) o meio de refutação; (vi) presença de marcador modal no enunciado; (vii) grau de comprometimento; (viii) meios linguísticos de manifestação da evidencialidade; (ix) posição da marca evidencial no enunciado. Analisamos, ainda, o cruzamento entre as variáveis: tipo de fonte x tipo de evidencialidade; tipo de evidencialidade x efeito de comprometimento; tipo de fonte x efeito de comprometimento; meios linguísticos de manifestação da evidencialidade x efeito de comprometimento; e presença de marca de adesão x efeito de comprometimento.

Quanto à evidencialidade presente no *corpus*, verificamos que a evidencialidade do tipo *reportativa* predomina em mais de 80% dos casos analisados, seguida pela evidencialidade *inferida* (14,1%) e pela evidencialidade *genericidade* (3,4%). O *corpus* analisado não apresentou casos de *percepção de evento*, tendo em vista os conteúdos veiculados não derivarem de uma constatação direta de um Estado-de-Coisas por parte de seus produtores. Constatamos que a evidencialidade do tipo *reportativa* predominou no *corpus* por ser característico desse tipo de texto o uso do argumento de autoridade, e, ainda, porque os conteúdos apresentados são mais conceituais, isto é, assumem uma natureza mais abstrata.

Percebemos que, em relação à fonte do conteúdo asseverado, o tipo predominante foi uma *terceira pessoa definida*, em virtude do propósito de garantir respaldo teórico às

fundamentações usadas por seus produtores textuais, no sentido de estimular leituras que fossem capazes de levar o alunado a um maior aprofundamento dos conteúdos nas fontes citadas. O acesso evidencial se deu predominantemente através do *relato de 2ª mão*, o que, de certa forma, induz a um *baixo* grau de comprometimento.

Constatamos, ainda, que, os produtores dos textos analisados preferem não usar marcas linguísticas de adesão, pois, das 580 ocorrências analisadas, 541 não explicitam marcas. Quando a adesão do autor à fonte reportada se manifesta, o *verbo* é a marca mais utilizada. Por outro lado, quanto a marcas de refutação, os autores manifestam ainda menos seu afastamento em relação à fonte da informação reportada. Vimos que, o uso de tais marcas permite que o produtor textual avalie a fonte citada, demonstrando, assim, um maior ou menor comprometimento. Quanto à relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade, há uma baixa frequência de uso de modalizadores epistêmicos, o que revela que essa relação não é produtiva no contexto dos produtores de material didático impresso para EaD.

Verificamos que, do ponto de vista morfossintático, o *verbo* se mostra como a classe de palavra mais produtiva de manifestação das estratégias evidenciais, que se coloca, preferencialmente, no enunciado, nas posições *anteposta* e *posposta*.

A seguir, elaboramos, a partir dos dados analisados nesta pesquisa, um capítulo com algumas sugestões de uso dos evidenciais em materiais didáticos impressos para EaD.

6 SUGESTÕES DE USO DE ESTRATÉGIAS EVIDENCIAIS EM MATERIAIS DIDÁTICOS IMPRESSOS PARA EAD

“Na modalidade a distância, numa abordagem sistêmica, são vários os sujeitos e os componentes interligados que atuam e interagem para que o processo de ensinar seja objetivado e o de aprender se concretize de maneira efetiva.”

(PRETI, 2009, p. 1)

A história da Educação a Distância no Brasil tem seus primeiros registros no ano de 1904, quando o Jornal do Brasil registrou um anúncio em seus classificados oferecendo profissionalização por correspondência para datilógrafo. A partir de então, mudanças significativas aconteceram nesse universo, entre elas, a criação oficial da EaD, em 20 de dezembro de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), bem como a criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2005, uma parceria entre o MEC, Estados e Municípios, no sentido de integrar cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância. Obviamente que outras iniciativas surgiram e somaram-se para ajudar a compor a história dessa modalidade de ensino no país, porém, apesar dos avanços e do sucesso constatado, vemos que sempre há possibilidades de melhoria em alguns de seus aspectos.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo trazer, para a modalidade em tela, sobretudo para os produtores de materiais didáticos impressos para EaD, algumas sugestões de uso da categoria linguística evidencialidade, no sentido de ajudá-los a usar adequadamente as estratégias evidenciais, bem como a produzir textos que não só ajudem o aluno a buscar novas fontes de conhecimento como também o leve a se posicionar melhor diante dos conteúdos citados pelos produtores desses textos.

6.1 A indicação da fonte dos conteúdos no material didático impresso para EaD

Das estratégias que devem ser usadas pelo produtor de textos para EaD elencadas no capítulo 4 desta tese, é difícil definir qual é a mais importante para o escopo deste estudo, uma vez que tanto as referências bibliográficas das obras citadas, conforme as normas da ABNT, quanto a discursividade manifestada pelo produtor textual são relevantes, pois, como sabemos a produção de um texto ocorre a partir das várias leituras que fazemos de outros textos e que dão subsídio teórico para a indicação das fontes dos conteúdos veiculados no material didático impresso para EaD.

Não há nada de errado com o uso de ideias que já foram propagadas por outros autores; isto, inclusive, faz parte do colhimento de ideias que irão compor o texto. Porém, as normas técnicas descritas pela ABNT deixam claro que devemos fazer o uso adequado das citações (diretas e/ou indiretas) para que não caiamos no crime de plágio, tipificado no art. 184 do Código Penal Brasileiro, que consiste em copiar uma obra de outrem ou parte dela como se sua fosse. Mesmo que os trechos citados sejam pequenos, devemos indicar devidamente sua autoria.

Além de evitar o plágio, a citação da fonte ajuda a desenvolver a capacidade intelectual de quem lê o texto, aguçando seu pensamento crítico e, conseqüentemente, acelerando seu aprendizado, pois, a partir dela, o leitor busca outras leituras que tratem do mesmo assunto, aumentando, assim, seu conhecimento. Sendo assim, resumidamente, podemos dar dois pequenos exemplos bastante corriqueiros, tanto em textos científicos como em textos didáticos, que mostram como se dá o uso da citação da fonte em textos acadêmicos ou científicos:

Exemplo 1 – citação direta

Essas questões aparecem na música de Arnaldo Antunes ao referir-se a esse conflito do jovem que lida com um novo corpo e tem novas exigências sociais, ou seja, à raiz das transformações físicas que vai percebendo em si mesmo, perde o seu lugar de criança na família, não se sente mais compreendido e fala uma linguagem diferente dos demais:

“Eu não caibo mais na roupa que eu cabia eu não encho mais a casa de alegria, os anos se passaram enquanto eu dormia, será que eu falei o que não devia, será que eu falei o que ninguém ouvia, não vou me adaptar, me adaptar”. (CH.PSI.PD.UECE. p. 44)

Vemos, no exemplo 1, que o autor cita de forma direta um trecho da letra da música “Não vou me adaptar”, do cantor e compositor Arnaldo Antunes, para tratar das mudanças ocorridas no corpo dos jovens quando estão passando da adolescência para a fase adulta. Nessa citação vemos que o autor informa de quem é o texto em que ele se apoiou para fazer seu comentário e, em seguida, abre aspas para o dito, fechando-as no final.

Analisando essa ocorrência a partir das categorias, por nós, utilizadas nesta tese, vemos que a indicação da fonte, *terceira pessoa definida*, foi feita por meio de um comentário metadiscursivo, “Essas questões aparecem na música de Arnaldo Antunes...”, indicando, assim, uma evidencialidade do tipo *reportativa*, acessada por meio de um *relato de segunda mão*, em que não aparece uma marca específica de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, portanto indicando um *baixo* comprometimento do produtor textual.

Ao usar uma citação no formato *ipse literis*, o autor se apropria de uma proposição veiculada para reforçar o conteúdo que está sendo ensinado no material didático impresso para EaD, com isso reforça no leitor, através do artifício musical, desse exemplo, aquilo que ele intenciona, ou seja, mostrar as fases pelas quais passam um adolescente.

No exemplo 2, a seguir, o autor prefere colocar, com suas próprias palavras, o que leu na fonte citada, Harmer (1996). Nesse caso, não foi preciso abrir aspas para o conteúdo, pois não houve cópia fiel, mas, sim, uma reestruturação das ideias lidas nessa fonte, ficando claro que o texto é do produtor do material, mas o conteúdo/ideia foi retirado da fonte citada.

Exemplo 2 – citação indireta

Após a exposição de tal ideia, surgiram vários métodos naturais, diretamente úteis ao ensino das línguas estrangeiras. Os linguistas transformacionais, apoiados por análises de gramáticas infantis, que fornecem provas abundantes de que a aprendizagem não pode ser explicada como imitação reforçada de associações estímulo-resposta, forneceram uma descrição de o que uma criança aprende, baseados no pressuposto de que ela está internalizando gradualmente a gramática completa da língua adulta (HARMER, 1996). (LLA.LIN.LINII.UFMS. pp. 27/28)

Nesse exemplo, temos, também, uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, e uma evidencialidade do tipo *reportativa*, cujo acesso se deu por meio de um *relato de segunda mão*. Não há marca de adesão/refutação, nem modalidade epistêmica coocorrendo com estratégias evidenciais, o que indica um *baixo* comprometimento do produtor textual.

Em nossas análises, verificamos que esses recursos são muito utilizados pelos produtores de material didático impresso, uma vez que constatamos uma preferência pela evidencialidade *reportativa*, porém sem indicação de uma marca de adesão ou refutação capaz de demonstrar a concordância ou o afastamento do produtor textual em relação ao conteúdo obtido da fonte citada, o que pode ser interpretado como indicativo de *baixo* comprometimento do produtor textual com o dito. Observamos, também, que, ao utilizar como fonte autores renomados no assunto que eles desenvolvem, o fazem para minimizar seu comprometimento e se resguardar por meio de um argumento de autoridade.

Sendo assim, sugerimos que, ao produzir material para essa modalidade de ensino, o produtor, além de estimular o aluno a aprender através das informações adquiridas em suas leituras e indicar-lhe fontes de busca de informação, para que esse aluno possa trilhar por novas leituras e construir novos conhecimentos, faça também sua marcação de posicionamento em relação ao conteúdo, ainda que atribuído à outra fonte.

Quando o produtor marca sua adesão ou refutação, o leitor passa a compreender melhor a relação de comprometimento ou afastamento da fonte produtora do material com a fonte citada. Dessa forma, o texto produzido dá ao leitor a oportunidade de comungar com a fonte produtora e com a fonte citada ou não, ou simplesmente discordar de ambas, bem como faz com que esse aluno adquira uma maior confiança em relação à informação.

Analisemos o exemplo a seguir e vejamos como o uso de uma marca de adesão ou refutação pode deixar o leitor mais bem situado quanto à posição do produtor em relação à fonte citada:

(179) Foi no Século XVIII que essas viagens de exploradores para conhecer o mundo adquiriram o caráter de pesquisas científicas, mas, como **ressalta** Paul Mercier (1990): “as explorações desse Século e do Século XIX, ainda não serão feitas por especialistas”. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 12)

Em um exemplo como o (179), temos como fonte uma terceira pessoa definida, “Paul Mercier (1990)”, com uma evidencialidade do tipo *reportativa* em que observamos um acesso feito a partir de um *relato de 2ª mão*, cujo meio é o *verbo* precedido da conjunção “como” (como + verbo), na posição *anteposta* à fonte e ao conteúdo, sem, contudo, apresentar uma marca de adesão, refutação ou modalização aparente, o que indica um baixo grau de comprometimento do enunciador à fonte reportada. Nossa sugestão para o caso em tela é que

o enunciador utilize uma marca de adesão/refutação (um adjetivo qualificativo, um advérbio ou um outro meio linguístico) que possibilite, ao leitor, medir seu grau de comprometimento com a fonte asseverada. Portanto, no exemplo acima, poderíamos acrescentar ao trecho “como **ressalta** Paul Mercier (1990)” o advérbio “bem”, para indicar sua adesão, conforme disposto a seguir: “como **bem** ressalta Paul Mercier (1990)”.

No que diz respeito à indicação de afastamento, o exemplo a seguir mostra claramente a refutação do produtor textual às ideias dos “puristas”, o que sugere ao leitor do material, que o produtor textual não comunga com a ideia desses pensadores:

180) **Temos que** tomar um certo cuidado em relação às avaliações dos “puristas”. Vemos que às vezes elas são mais preconceituosas do que críticas. (LLA.LET.LP.UFSCAR. p. 15)

Outra forma de um produtor textual demonstrar seu comprometimento com o conteúdo asseverado é o uso da fonte do tipo enunciador, isto é, uso do verbo na primeira pessoa do singular ou do plural (nós), indicando, pois, que ele não só se inclui como fonte da informação veiculada, assumindo o conteúdo asseverado como seu, como também dá a entender ao leitor que este pode se incluir nessa relação. O exemplo (181) demonstra bem essa forma de comprometimento do enunciador:

(181) Aqui é comum vermos uma criança abrir os braços para contar que ganhou um brinquedo bem grande. **Podemos dizer** que a criança projeta seu pensamento nos seus gestos. (CH.PSI.PD.UECE. p. 28)

O uso desse plural majestático ou plural de modéstia, isto é, a 1ª pessoa do plural no lugar da 1ª pessoa do singular, é uma estratégia que poderia ser utilizada pelos produtores de material didático, pois assim eles demonstram comprometimento com o conteúdo asseverado e trazem o aluno/leitor para mais próximo de si, dando-lhe a impressão de que ele também está participando do processo de construção do conhecimento.

A sugestão acima decorre do fato de termos encontrado no *corpus* poucas ocorrências em que o pronome em primeira pessoa do singular “EU”, como vimos no exemplo (82), aqui retomado (182), em que o verbo “acreditar” aparece na primeira pessoa do

singular explicitamente para marcar a fonte/enunciador, sendo mais usual a primeira pessoa do plural:

(182) **Acredito** que seria vão alimentar essas esperanças. Os fenômenos de nossa ciência são tão individualizados, tão expostos a acidentes externos, que nenhum conjunto de leis pode explicá-las. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 33)

Existem algumas ocorrências que nos chamaram a atenção pela complexidade ou talvez pela forma como foi organizada a estrutura do texto em relação à disposição das marcas evidenciais. Vejamos alguns exemplos:

(183) No primeiro capítulo do livro chamado *Cultura Primitiva*, de 1871, Edward Tylor, na busca de estabelecer uma filosofia da história, e preocupado com a quantidade de dados com os quais teria que trabalhar, **chega à conclusão** de que é possível alcançar uma explicação histórica de largo alcance, tomando como objeto a cultura. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 29)

Em (183), fica claro que estamos diante de uma fonte do tipo *terceira pessoa definida*, “Edward Tylor”, em que o enunciador especifica, inclusive, a data e a obra de onde foi retirado o Conteúdo Comunicado. Porém, estamos diante de um caso de difícil definição do tipo de evidencialidade, pois “chegar à conclusão” é uma construção com verbo suporte que significa “concluir”, o que nos leva a classificá-la como uma evidencialidade do tipo *inferida*, apesar de, em sua base, encontrarmos uma atitude reportativa. Dessa forma, assim como Carioca (2009), Nogueira (2011) e Lucena (2013), distinguimos os parâmetros *fonte* e *tipo de evidencialidade*, de modo que uma fonte pode ser de terceira pessoa, mas a evidência ser classificada como inferencial.

Uma sugestão para o mesmo exemplo é a inserção de uma marca de adesão ao conteúdo citado. Sendo assim, uma proposta de redação para o texto seria:

Tylor (1871), na busca de estabelecer uma filosofia da história, e preocupado com a quantidade de dados com os quais teria que trabalhar, **chega à brilhante conclusão** de que é possível alcançar uma explicação histórica de largo alcance, tomando como objeto a cultura.

Outro exemplo interessante a ser analisado é o (184):

(184) Por exemplo, foi Sainsaulieu (1977) quem **mostrou** que, variando as categorias profissionais, também havia variações nas formas comportamentais das empresas (CUCHE, 1999). (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 89)

Estamos diante de um mesmo caso com duas ocorrências, dois conteúdos e duas fontes. A primeira ocorrência se dá com o verbo **mostrar**:

[...] Sainsaulieu (1977) quem **mostrou** que, variando as categorias profissionais, também havia variações nas formas comportamentais das empresas.

Neste caso, o Conteúdo é: “[...] que, variando as categorias profissionais, também havia variações nas formas comportamentais das empresas”. Sendo assim, analisando a ocorrência temos: uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* (Sainsaulieu (1977)); uma evidencialidade do tipo *reportativa*; um acesso feito através de um *relato de 2ª mão*; sem marca de adesão; sem marca de refutação; um *baixo* comprometimento; sem marca de modalização; o meio é o *verbo*; e a posição da marca evidencial está *intercalada* à fonte e o conteúdo.

A segunda ocorrência se dá com a justaposição da fonte (**CUCHE, 1999**).

[...] Sainsaulieu (1977) quem mostrou que, variando as categorias profissionais, também havia variações nas formas comportamentais das empresas (**CUCHE, 1999**).

Vemos que este é um caso bastante recorrente no *corpus* analisado. A impressão que temos é que há um enunciador dizendo que uma terceira pessoa definida (**Sainsaulieu (1977)**) mostrou algo, porém a fonte em que ele (enunciador) pesquisou o que foi dito por essa primeira fonte citada foi pesquisada em outra fonte (**CUCHE, 1999**). É uma evidencialidade do tipo *reportativa* que confunde o leitor, sobretudo quando ele está tendo contato com esse tipo de texto pela primeira vez. Nossa sugestão para o caso é ir direto à obra

em que foi mostrada a citada variação, no caso (**Sainsaulieu (1977)**), ou usar o *apud* conforme as normas da ABNT.

Analisemos, agora, a ocorrência a seguir:

(185) Nesse sentido, falamos de uma identidade relacional, mas que ainda pressupõe um eu interno ou real como dado, **como afirma Hall**. (CH.ANT.ANT.UFJF. p. 112)

Em (185), temos que: o Conteúdo Comunicado é que uma identidade relacional pressupõe um eu interno ou real como dado; a fonte é uma *terceira pessoa definida*; a evidencialidade é *reportativa*; o acesso é o *relato de 2ª mão*; ausência de marca de adesão ou refutação; o comprometimento é *baixo*; não há presença de modalizadores; o meio linguístico utilizado é o *verbo*, na verdade, a composição formada pela conjunção “Como/Conforme + Verbo”; e a posição da marca está *intercalada* entre conteúdo e fonte. Nossa sugestão para este caso é inserir uma marca de adesão/refutação que mostre o grau de comprometimento do enunciador à fonte asseverada. Portanto, no trecho “como afirma Hall”, é possível colocar um advérbio ou um adjetivo qualificativo, tal como: *bem, renomado, vultoso, sensato* etc., que marque, de fato, até que ponto o enunciador comunga com o dito ou discorda dele.

Na ocorrência (186), a seguir, verificamos que a fonte é do tipo *enunciador*, com modéstia intelectual. Apesar de tratar-se de um caso de voz impessoal, pelo contexto, percebemos que é o próprio enunciador, imbuído de modéstia, que repassa o conteúdo asseverado. A evidencialidade é *inferida*, pois se trata de um acesso feito através de uma *inferência baseada em conhecimento prévio do falante*. Vemos o adjetivo “importante” como marca que evidencia modalização, sobretudo porque ele afirma que “é importante salientar”, portanto, consideramos um *alto* comprometimento do enunciador com o dito. O meio utilizado para marcar a evidencialidade é o *verbo* e está em uma posição *intercalada* entre a fonte e o conteúdo. Nossa sugestão para este exemplo é que o produtor textual marqu ainda mais sua adesão ao trabalho de Vigotski, usando o adjetivo “brilhante” na primeira oração: “Para concluir estas ideias sobre a **brilhante** teoria histórico-cultural de Vigotski”.

(186) Para concluir estas ideias sobre a teoria histórico-cultural de Vigotski, é importante **salientar** que muitos de seus trabalhos foram desenvolvidos em

parceria com outros dois importantes nomes da Psicologia soviética: Alexander R. Luria e A. Leontiev. (CH.PSI.PD.UECE. p. 27)

Outro exemplo parecido com o acima descrito é o (185):

É possível perceber que o estudo do desenvolvimento humano envolve pensar muitos aspectos. (CH.PSI.PD.UECE. p. 33)

Nessa ocorrência temos uma evidencialidade do tipo *inferida*, pois o acesso se dá por meio de uma *inferência baseada em conhecimento acumulado*. Não há uma marca de adesão/refutação; também não há aspectos que indiquem uma modalização, mas, ainda assim, entendemos que há um *médio* comprometimento, exatamente por conta do conhecimento acumulado do enunciador. O meio de manifestação da evidencialidade é o *verbo* “perceber”, que está em posição *anteposta* à fonte e ao conteúdo.

Outra sugestão para o produtor desse tipo de material é que ele evite o uso excessivo de fórmulas com o verbo “poder” (*Podemos dizer, podemos perceber, podemos verificar...*). Pois, nem sempre fica claro para o leitor o que esse verbo significa. Afinal, podemos afirmar, concluir, perceber etc. qualquer coisa, mas isso não implica que um dado conteúdo (afirmado, concluído, percebido...) seja verdadeiro. Em geral, esse uso parece ser uma fórmula de dizer que um dado conteúdo é razoável e que, por esse motivo, é permitido que seja afirmado, concluído ou percebido.

Em relação às estratégias evidenciais, sugerimos que, nesse caso especificamente, o uso do advérbio “claramente” depois do verbo “perceber” para indicar um maior grau de comprometimento do enunciador com o conteúdo asseverado.

Concluimos este capítulo reforçando a ideia de que entendemos que os produtores de material didático impresso citam outras fontes em seus livros, sobretudo quando abordam teorias que foram desenvolvidas por outros autores. Contudo, o que não pode acontecer é fazer uso das ideias de outros estudiosos sem a devida marcação da fonte.

Quanto ao uso dos evidenciais, sugerimos que os produtores de material didático para EaD o façam aplicando marcas de adesão/refutação que deem pistas ao leitor do seu grau de comprometimento com o conteúdo asseverado, indicando a fonte da informação veiculada

no texto, permitindo, assim, a avaliação quanto à veracidade do dito ou dando indícios para que o aluno/leitor possa avaliar a confiabilidade da informação.

6.3 Síntese do capítulo

Neste capítulo, trouxemos algumas sugestões de uso das estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD, pois, de acordo com as análises, verificamos algumas possibilidades de uso dessa categoria linguística que podem ajudar tanto o produtor do material didático quanto o aluno durante o processo ensino-aprendizagem.

Entre as sugestões dadas está o uso das marcas de adesão/refutação que possam indicar, aos leitores do material analisado, o grau de comprometimento do produtor textual com o conteúdo asseverado.

7 CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo geral investigar as estratégias evidenciais em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, identificadas no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, no sentido de avaliar as indicações das fontes dos conteúdos asseverados. Utilizamos como suporte teórico o Funcionalismo linguístico, mais especificamente a Gramática Discursivo-Funcional proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), tendo em vista a concepção de que a expressão linguística expressa a intenção comunicativa do Falante, que, por sua vez, adéqua suas escolhas às mais variadas situações de interação social.

Assumimos a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional, que revela tanto a fonte da informação quanto, dependendo da qualidade da fonte expressa, o grau de comprometimento do enunciador com o conteúdo asseverado, podendo se manifestar através de elementos gramaticais e lexicais.

Quanto às estratégias evidenciais presentes no *corpus*, nos propusemos analisá-las no sentido de verificar a frequência com que ocorriam, observando qual tipo era predominante, e chegamos à conclusão de que, de fato, nossa hipótese inicial estava correta, pois, como podemos observar nas análises realizadas, há uma predominância da evidencialidade *reportativa*, uma vez que, em mais de 80% das ocorrências, identificamos esse tipo evidencial. Isso se deve ao fato de esse tipo de texto ter o propósito de veicular vários conceitos que são objetos de ensino-aprendizagem e que constroem a heterogeneidade que é constitutiva do material didático.

A evidencialidade do tipo *inferida* ocorreu em 14,1% dos casos, a *percepção de evento* não se manifestou no *corpus* e a *genericidade* ocorreu em 3,4% das ocorrências. De acordo com os dados, concluímos que a evidencialidade *inferida* e a *genericidade* são menos frequentes, em virtude de os produtores desses materiais optarem pelo uso do argumento de autoridade, o que, de certa forma, sugere uma fonte do tipo *terceira pessoa definida* e uma evidencialidade do tipo *reportativa*.

Em relação à fonte do conteúdo asseverado, verificamos que, em mais de 80% das ocorrências, os produtores textuais preferem usar a fonte do tipo *terceira pessoa definida*. Entendemos que, para eles, é mais prático informar a fonte em que obtiveram o conhecimento, pois, dessa forma, eles dão ao aluno/leitor a possibilidade de buscar mais informações e, ainda, isentam-se do comprometimento com aquilo que está sendo veiculado.

A fonte do tipo *enunciador* ocorreu em 13,3% dos casos analisados, a fonte *terceira pessoa definida* ocorreu em 81,7% das ocorrências. A fonte *terceira pessoa indefinida* se manifestou em 2,1% dos casos e a fonte do tipo *domínio comum* ocorreu em 2,9%.

Quanto à fonte do conteúdo asseverado, propusemo-nos analisar que tipos de fonte de informação eram indicados nas estratégias evidenciais do material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância, observando qual tipo era predominante e chegamos à conclusão de que, de fato, nossa hipótese inicial estava correta, pois, como podemos observar nas análises, há uma predominância pela fonte do tipo *terceira pessoa definida* em virtude do propósito de garantir fundamentação teórica respaldada em argumento de autoridade e de estimular leituras para aprofundamento nas fontes citadas.

Quanto ao modo de acesso evidencial da informação, verificamos que o *relato de segunda mão* se manifestou em 80,2% das ocorrências; a *inferência baseada em conhecimento prévio do falante*, em 12,4%; a *inferência baseada em conhecimento acumulado*, em 6,0%; e o relato de terceira mão, em 1,4%. Não identificamos ocorrências com *experiência sensorial*, nem *inferência baseada nos sentidos*, uma vez que, nos materiais analisados, os conteúdos são mais abstratos e não condicionam que o produtor textual constate algo a partir dos sentidos.

Propusemo-nos analisar o modo de acesso no sentido de avaliar como o produtor textual adquiria as informações repassadas. Vimos que há uma predominância pelo *relato de segunda mão*, pois, para o produtor desse tipo de texto, exibir ao leitor a fonte onde ele teve acesso à informação, diminui sua responsabilidade em relação ao conteúdo, bem como demonstra a esse leitor a abordagem de uma autoridade conhecedora do tema.

Quanto às marcas de adesão, predominou a ausência de marcas de adesão, isto é, em 93,3% dos casos analisados, não observamos marcas linguísticas que pudessem demonstrar a adesão dos produtores aos conteúdos e fontes reportados. A análise sugere também que, entre as marcas usadas pelos produtores textuais, o verbo se sobressai em relação a outros marcadores. Dessa forma, podemos afirmar que os produtores desse tipo de texto preferem não revelar adesão à fonte do conteúdo asseverado. Há uma tendência a atribuir à fonte reportada o comprometimento com a informação veiculada.

Aqui, neste ponto, reside como sugestão desta explicitação da adesão do produtor textual ao conteúdo, ainda que atribuído a outra fonte, pois, quando há uma marca de adesão, o leitor passa a compreender melhor a relação de adesão/comprometimento da fonte produtora do material com a fonte citada por esse produtor. Sendo assim, o texto produzido dá ao

aluno/leitor a oportunidade de comungar com a fonte produtora e a fonte citada ou não, ou, simplesmente, discordar de ambas e, ainda, averiguar a veracidade do conteúdo veiculado.

Em relação às marcas de refutação, os dados analisados demonstram que o produtor do material didático prefere não demonstrar nenhum tipo de refutação/afastamento à fonte da informação, ele deixa essa tarefa para o aluno/leitor, que, ao ler o conteúdo reportado, faz sua avaliação quanto à qualidade da fonte da informação, de acordo com o conhecimento que tem sobre ela.

Quanto à coocorrência de modalidade epistêmica na indicação das fontes dos conteúdos asseverados, verificamos que ela existe no *corpus* analisado, mas não é frequente, pois sua manifestação se deu em, apenas, 10,2% das ocorrências.

Em relação ao grau de comprometimento, verificamos o *baixo* grau de comprometimento dos autores com a fonte dos conteúdos asseverados em 77,8%, contrariando nossa hipótese inicial de que as estratégias evidenciais no material didático se caracterizavam pelo efeito de *médio* comprometimento do enunciador em relação aos conteúdos veiculados. Vimos que, somente em 19,8% das ocorrências, o comprometimento se manifesta como *médio* e, em 2,4%, ele ocorre como *alto*.

Quanto aos meios linguísticos de manifestação da evidencialidade, verificamos que o *verbo* e a *justaposição* ocorrem com mais frequência, pois, das 580 ocorrências analisadas, 219 (37,8%) foram estratégias que ocorreram com o *verbo*. Em seguida, apareceram a *justaposição simples* da fonte, em 179 ocorrências (30,9%), a *preposição/locução prepositiva*, em 161 ocorrências (27,8%), os *comentários metadiscursivos*, em 14 ocorrências (2,4%), e o *substantivo*, em 7 ocorrências (1,2%).

Em relação à posição da marca evidencial no enunciado, constatamos que os produtores de material didático para EaD têm preferência pelo uso da marca evidencial *anteposta* à fonte e ao conteúdo comunicado, pois 55,7% dos casos analisados aparecem dessa forma, geralmente com o uso de preposição ou de locução prepositiva. Em seguida, a *posposição* se sobressai, com 2,4% das ocorrências. E, por fim, o *intercalamento* aparece em 20,3% das ocorrências analisadas.

Quanto à relação entre tipo de fonte e tipo de evidencialidade, verificamos que a fonte do tipo *enunciador* está ligada, mais frequentemente, à evidencialidade *inferida*; enquanto que a fonte *terceira pessoa definida* se liga, mais comumente, ao tipo evidencialidade *reportativa*, o que corrobora nossa hipótese inicial. Por outro lado, as fontes *domínio comum* e *terceira pessoa indefinida* associam-se, na maioria das vezes, à evidencialidade do tipo *genericidade*.

Quanto à relação entre tipo de evidencialidade e efeito de comprometimento, verificamos que, em geral, se a evidencialidade é do tipo *reportativa*, ocorre um *baixo* grau de comprometimento, uma vez que o produtor textual atribui a outro a fonte do conhecimento asseverado, porém em alguns casos pode haver um *médio* comprometimento desse produtor, caso haja marcas de adesão, por exemplo. Percebemos, também, que, na evidencialidade do tipo *genericidade*, predomina também o baixo comprometimento, mas na *inferida* há o predomínio do *médio* grau de comprometimento. Por outro lado, observamos que nada impede, por exemplo, que a evidencialidade *reportativa* possa aparecer atrelada a um alto grau de comprometimento, uma vez que, como Lucena (2013), acreditamos que o produtor textual tem total liberdade com o manejo da fala reportada e pode utilizar recursos formais e funcionais para marcar seu envolvimento com o discurso citado em um maior ou menor grau de comprometimento, e isto se estende também aos tipos *inferida* e *genericidade*.

Quanto à relação entre tipo de fonte e efeito de comprometimento, a análise revelou que, quando a fonte é uma *terceira pessoa definida*, o efeito de comprometimento é *baixo*. Porém, em raras exceções, aparece fonte do tipo uma terceira pessoa definida com *médio* grau de comprometimento. Quando a fonte é o *enunciador*, predomina o *médio* comprometimento, entretanto aparecem casos deste tipo de fonte tanto com *alto* quanto com *baixo* comprometimento. Em relação à fonte do tipo *domínio comum*, predomina o *baixo* comprometimento.

Quanto à relação entre meios linguísticos de manifestação da evidencialidade e efeito de comprometimento, constatamos que a evidencialidade se manifestou basicamente através do *verbo*, da *justaposição* e da *locução prepositiva*, relacionados, em sua maioria, a um *baixo* comprometimento do enunciador.

Quanto à relação entre presença de marcas de adesão e efeito de comprometimento, observamos o pouco uso de marcas de adesão, o que equivale dizer que há um *baixo* comprometimento do enunciador à fonte reportada. Por outro lado, verificamos que, entre as categorias de meios linguísticos, o *verbo* é o único que apresenta ocorrências de *alto*, *médio* e *baixo* comprometimento.

Diante dos dados encontrados, constatamos que nossa hipótese básica se confirma, pois, como prevíamos, as estratégias evidenciais no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância apresentam aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que indicam como tipo de fonte e como tipo de evidencialidade predominantes uma *terceira pessoa definida* e evidencialidade *reportativa*, respectivamente,

em virtude do propósito de garantir fundamentação respaldada em argumento de autoridade aos conteúdos e estimular leituras para aprofundamento nas fontes citadas.

De fato, não é frequente a coocorrência de estratégias linguísticas da modalidade epistêmica na indicação das fontes dos conteúdos. Quando utilizadas nesse material, produzem efeito de *médio* comprometimento do enunciador.

Por fim, sabemos que, apesar de esta tese dispor de dados empíricos que demonstram o uso da evidencialidade em materiais didáticos impressos para EaD, acreditamos que ela possa ensejar outras ideias para o estudo desse domínio funcional, sobretudo no que se refere à comparação entre as grandes áreas de estudo presentes nesta tese ou, por exemplo, das grandes áreas das Ciências Exatas e da Terra com as Engenharias e as Ciências Sociais Aplicadas, em relação ao grau de comprometimento da fonte a partir do uso de marcas evidenciais, o que contribuiria, sobremaneira, para detectarmos se, a depender da área do conhecimento, existe variação do comprometimento do produtor desse tipo de material aos conteúdos reportados. Portanto, não se esgotam aqui as possibilidades de estudo das estratégias evidenciais no material didático para EaD.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change, and mental map. *In*: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds). **Evidentiality**: the logistic coding of epistemology. Norwood, NJ: Ablex, 1986.
- ARAÚJO, J.; ARAÚJO, N. (Orgs.). **EaD em tela**: docência, ensino e ferramentas digitais. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- AVERBUG, R. Material didático impresso para a educação a distância: tecendo um olhar. **Colabora**, Santos, v. 2, n. 5, agosto, p. 16-31, 2003. Disponível em: <http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- AWERA, J.; PLUNGIAN, V. Modality's Semantic Map. **Journal Linguistic Typology**, v. 2, p. 79-124, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior)
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARBOSA, I. B. Metodologia para produção de material impresso para EaD. Curso: Formação de Professores para Educação a Distância, 2005. Disponível em: <<http://www.ead.ufsc.br/ambiente/mod/resource/view.php?id=132>>. Acesso em: 20/10/2011.
- BOAS, F. K. **Handbook of American Indian languages**. Washington, DC: Government Printing Office, 1911. (part 1).
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in *lega*. **Studies in Language**, v. 3, n. 21, p. 09-532, 1997.
- BOYE, K.; HADER, P. Linguistic categories and grammaticalization. **Functions of Language**, v.16/1, p. 9-43. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais para elaboração de material didático para EaD no ensino profissional e tecnológico**. Disponível em: <www.etecbrasil.mec.gov.br/.../upload/file/ref_mat_erialdidatico.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dec_2494.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- BRASIL. Decreto Federal n.º 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/.../decreto/D5622.htm>. Acesso em: 03 mai. 2011.

BUTLER, C. S. Structure and function: a guide to three major structural-functional theories. **Studies in language companion series**, Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 63-64, p.573, 2003.

BUZEM, C.; ROJO, R. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: VAL, M. da C.; MARCUSCHI, B. (Orgs.) **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005.

BYBEE, J. **Morphology**: a study of the relation between meaning and form. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of Grammar**: tense, aspect, and modality in the languages of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. **A manifestação da evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo**. 2009. 200f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. **A manifestação da evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 228 p.

CASSEB-GALVÃO, V. C. **Evidencialidade e gramaticalização do português do Brasil**: os usos da expressão *diz que*. 2001. 213f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. Uma propriedade distintiva na gramaticalização de um operador evidencial reportativo: *token* de narrativa. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). **Gramaticalização em perspectiva**: cognição, textualidade e ensino. Paulistana: São Paulo, 2010. p. 121-137.

_____. O componente evidencial da linguagem. In: NOGUEIRA, M.T.; LOPES, M.F.V. (Org.). **Modo e modalidade**: gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 41-58.

CERVONI, J. **A enunciação**. Tradução: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

CHAFE, W; NICHOLS, J. (eds.). **Evidentiality**: the logistic coding of epistemology. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

CRYSTAL, D. **A dictionary of linguistics and phonetics**. Oxford: Blackwell, 1991.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica**: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. 1995. Tese (Doutorado em

Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. *In*: NEVES, M.H.M. (Org.). **Gramática do Português Falado**. Volume VII: Novos Estudos. São Paulo: FAPESP, 1999.

_____ *et al.* Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. *In*: NEVES, M. H. de M. (Org.). **Descrição do português**: definindo rumos de pesquisa. Araraquara: FCL/UNESP. Cultura Acadêmica, 2001. (Séries Trilhas Linguísticas, 1).

DE HANN, F. **Evidentiality and epistemic modality**. Artigo apresentado no 2º. ALT meeting, Eugene, OR, 1997a. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~fdehann/evidempi.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. **Evidentiality in Dutch**, 1997b. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~fdehann/dutch.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

_____. The relation between modality and evidentiality. **Linguistische Berichte**, Sonderheft 9, 2001. p.201-216.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Presentation. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. **Langue Française**, v. 102, 1994. p. 3-7.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. Parte I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. **The theory of functional grammar**. Parte II: Complex and derived constructions. 2.ed. N. Y.: Mouton de Gruyter, 1997.

FIorentine, L; MORAES, R. **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLOYD, R. **The structure of evidential categories in wanka quechua**. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GONÇALVES, S. C. L. **Banco de dados Iboruna**: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

_____. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade**: um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. *In*. P. COLE; J. L. MORGAN. (eds.) **Syntax and**

Semantics 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GUEDES, J. F. **Produção de material didático para EaD nos cursos de licenciatura em matemática: o caso da UAB/IFCE.** 2010. 137f. Dissertação de Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar.** London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HARDMAN, M. J. Datasource marking in the Jaqi languages. *In: CHAFE, W; NICHOLS, J.* (eds.). **Evidentiality: the logistic coding of epistemology.** Norwood, NJ: Ablex, 1986.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of spanish. *In: Journal of Semantics*, v. 6, 1988, p. 227-269.

_____. Functional Discourse Grammar. In **Functional/Generative Grammar.** Curso de Pós-graduação. Universidade de Amsterdã, 2004.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. **J. Linguistics**, n. 25, 1989.

JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. **Selectd writings.** The Hague: Mouton, 1957.

KLINGE, A. The impact of context in modal meaning in English and Danish. **Nordic Journal of Linguistics**, v. 19, 1996. p. 35-54.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. **Journal of Pragmatics**, n. 33, 2001. p. 359-367.

LEMOS, D. **Material instrucional em educação a distância (EAD) para professores - formadores.** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_Delba_GuariniLemos.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

LUCENA, I. L. **A expressão da evidencialidade: uma análise do discurso político da Assembleia Legislativa do Ceará.** 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza.

LUCENA-SILVA, I. L. **A expressão da evidencialidade no português escrito do século xx no contexto de gêneros textuais.** 2013. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza.

LYONS, J. Modality. *In: Semantics.* vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p.787- 849.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINET, A. Qu'est-ce La linguistique fonctionnelle? **ALFA**, v. 38, 1994. p. 11-18.

NEDER, M. L. C. **Produção de material didático para Educação a Distância**. Curso: Formação de Professores para Educação a Distância. Fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.ead.ufsc.br/ambiente/mod/resource/view.php?id=126>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2010.

NOGUEIRA, M. T.; LOPES, M. F. V. **Modo e modalidade**: gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. **Linguística**: funcionalismo. UFC Virtual, 2013.

NUYTS, J. **Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language**: on cognition, functionalism, and grammar. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992.

_____. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v.31, 1993. p.933-969.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v.33, 2001. p.383-400.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PEZATTI, E. G. O modelo funcionalista de S. Dik: a ordem. **Estudo Linguísticos**, v. XXXII, 2003.

PIACENTINI, M. T. de Q. Fórmulas de modéstia e majestade. Disponível em: <<http://sampaonline.com.br/pluralmajestatico2006mar31.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

PLUGIAN, V. A. The place of evidentiality within the universal grammatical space. **Journal of Pragmatics**, n. 33, 2001. p. 349-357.

PRETI, O. **Material didático impresso na ead**: experiências e lições apre(e)ndidas. Texto apresentado no III Encontro Nacional de Coordenadores UAB - I Encontro Internacional do Sistema Universidade Aberta do Brasil - Brasília, 23 a 25 de novembro de 2009. Disponível em: <www.uab.ufmt.br/uab/images/.../material_didatico_impresso_ead.pdf>. Acessado em: 01 out. 2013.

SANTOS, M. F. **Modalidade epistêmica e evidencialidade**: um exercício de análise funcionalista em textos acadêmicos e em entrevistas com pesquisadores. 2008. 92f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SAPIR, E. **Language**. An introduction to the study of speech. New York: Harcourt, Brace&Co., 1921.

SCHERER, S. **Material impresso**: um diálogo sobre estatística aplicada à educação. In: 12º Congresso Internacional de Educação a Distância, 8, 2005. Florianópolis, SC: ABED, 2005. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/044tcf5.pdf>>. Acesso: 8 ago. 2010.

SILVA, I. M. M. Elaboração de Materiais Didáticos Impressos para Educação a Distância. Eutomia **Revista on line de literatura e linguística**: julho/ 2011. <www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano4.../LINGIMARTINS.pdf>. Acesso em: 07 out. 2013.

TIMÓTEO, L de M. **As manifestações epistêmicas e evidenciais como marcas de (des)comprometimento em artigos científicos**. 2001. 131f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

THOMPSON, G. **Introduction functional grammar**. Londres: Arnold Publishers, 1996.

VENDRAME, V. **A evidencialidade em construções complexas**. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. **Os verbos ver, ouvir, sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. 2010. 173f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

ZAVAM, A. Da escrita à revisão: o processo de produção de material para ead. *In*: ARAÚJO, J, & ARAÚJO, N. **Ead em tela: docência, ensino e ferramentas digitais**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 209-236.

WILLET, T. A. Cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, 1988. p. 51-97.

REFERÊNCIAS DO MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO

ASSMANN, S. J. **Filosofia**. Florianópolis: CAD/UFSC, 2006. 192p.

LIGNELLI, C.; PACHECO, S. V. **Laboratório de teatro I**. Brasília: UNB. 47 p.

MIRANDA, A. B. **Política Educacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 103p.

MOURA, M. I. de. **Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. 2009. 115p.

SILVA, R.V. da. ET AL. **Linguística II**. Campo Grande: Editora UFMS. 2009. 148 p.

SIQUEIRA, E. D. **Antropologia**: uma introdução. Sistema Universidade Aberta do Brasil: DPEAD/UFJF. 160p.

XAVIER, A. S; NUNES, A. I. B L. **Psicologia do desenvolvimento**. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SEAD/UECE). 2011. 146 p.

PAULITSCH, V. S.; DUMONT, H. de L. V. **História das artes visuais I**. Universidade Aberta do Brasil - UAB - Unimontes. 98 p.